



ACADEMIA MILITAR

O emprego dos binómios cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência. O caso do Exército Português.

Autor: Aspirante de Cavalaria Davide Miguel Sá da Silva

Orientador: Coronel de Artilharia César Reis

Co-Orientador: Major de Engenharia Sérgio Trindade

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019



ACADEMIA MILITAR

O emprego dos binómios cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência. O caso do Exército Português.

Autor: Aspirante de Cavalaria Davide Miguel Sá da Silva

Orientador: Coronel de Artilharia César Reis

Co-Orientador: Major de Engenharia Sérgio Trindade

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019

EPÍGRAFE

“The relationship between a military working dog and a military dog handler is about as close as a man and dog can become. You see this loyalty, the devotion, unlike any other and the protectiveness”

(Robert Crais)

DEDICATÓRIA

A todos os meus amigos, camaradas e à minha família pelo seu contributo e por terem sempre acreditado em mim.

AGRADECIMENTOS

Esta investigação carrega em si um percurso cheio e altos e baixos, ao qual fico eterna e extremamente agradecido àqueles que sempre me apoiaram e mostraram estar lá quando precisei. Gostaria assim de agradecer:

Ao Diretor de Curso, o Tenente-Coronel de Cavalaria José Baltazar, por todo o apoio demonstrado e pela palavra amiga que sempre se dignou a dar. Sempre se mostrou pronto a auxiliar em qualquer obstáculo ou dificuldade que surgisse.

Ao meu Orientador, Coronel de Artilharia César Reis por se ter disponibilizado a apoiar e a orientar-me na execução do trabalho de investigação.

Ao meu Co-orientador, Major de Engenharia Sérgio Trindade pelo incansável apoio que prestou e por toda a disponibilidade que mostrou. Pelos seus conselhos e pela sua palavra amiga mostrou ser uma mais valia, colaborando sempre na melhor medida possível.

A todos os entrevistados deixo um enorme agradecimento pela disponibilidade e prontidão que mostraram para colaborar na investigação, através da partilha de conhecimentos e das experiências de cada um.

À Joana e à Rita, que me apoiaram bastante, ao longo destes últimos anos, e sempre tiveram uma palavra amiga, mas crítica para me dar.

À Cátia, um especial agradecimento por todo o apoio dado e pela palavra amiga que sempre mostrou, nestes últimos meses. Sem dúvida um pilar fundamental.

Fica também o agradecimento à família, em especial à minha irmã Sandra que sempre se mostrou pronta a ajudar em tudo que fosse necessário.

Por fim fica também o agradecimento ao curso de Exército- Armas, que me acompanharam nesta longa etapa de 5 anos e ao amigo e camarada Tiago Maciel, que dentro das suas possibilidades apoiou-me na realização do trabalho.

A todos estes e eventualmente outros que não referi por falha de memória, um sincero obrigado por tudo! Sem dúvida que todos foram pilares essenciais ao longo desta etapa.

RESUMO

A presente investigação está subordinada ao tema “O emprego de binómios cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência. O caso do Exército Português”. Perante o intuito da investigação, foi definido como objetivo geral “Aferir quais são os aspetos a desenvolver para que seja possível criar a capacidade de busca e salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos no Exército Português, aferindo as suas vantagens e inconvenientes neste processo”.

De modo a ir de encontro ao objetivo geral, foi empregue como método científico o método dedutivo. A valência da busca e salvamento já tem provas dadas ao nível das Forças de Segurança, que é o caso da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, e nas demais entidades civis, que para o caso serve o Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa a Associação de Resgate Cinotécnico e a K9H- Corpo de Intervenção de Proteção e Socorro. Tal facto mostra que esta capacidade também é passível de ser desenvolvida no Exército (que atualmente não possui capacidade cinotécnica vocacionada para missões de busca e salvamento), nomeadamente no Regimento de Lanceiros n.º 2, que de facto já conta com historial em atividade cinotécnica.

O trabalho de investigação está organizado em cinco capítulos, em que se inicia com um breve enquadramento teórico, de modo a dar a conhecer alguns conceitos e mostrar o estado atual da busca e salvamento em entidades com capacidade cinotécnica. Após uma análise às mesmas identificou-se as potencialidades e vulnerabilidades do modo como estas têm desenvolvida a questão da busca e salvamento com binómios cinotécnicos vocacionada para atuar sob o âmbito da proteção civil. No final é proposto um modelo que serve de apoio a que se desenvolva esta capacidade no Exército.

As principais conclusões assentam na premissa que existem muitas lacunas e obstáculos ao desenvolvimento desta capacidade no Exército, nomeadamente no Regimento de Lanceiros n.º 2 e tendo em vista o seu desenvolvimento, é necessário que sejam ultrapassadas. As mais determinantes são a não existência de um programa de certificação de binómios a nível nacional e a questão da limitação a nível de pessoal, dado que se traduzem em sérios entraves ao desenvolvimento da capacidade suprarreferida.

Palavras-Chave: Busca e Salvamento, Capacidade Cinotécnica; Apoio Militar de Emergência.

ABSTRACT

The present investigation is subordinated to the theme "The use of cinotechnical binomials in search and rescue missions in the context of emergency military support. The case of the Portuguese Army ". In view of the research, it was defined as a general objective "To check what are the aspects to be developed so that it is possible to create search and rescue capacity using the kinetic techniques in the Portuguese Army, assessing its advantages and disadvantages in this process."

In order to meet the general objective, the deductive method was used as the scientific method. The valence of search and rescue has already been proven at the level of Security Forces, which is the case of the Republican National Guard and the Public Security Police, and in the other civil entities, which serve as an example the Regiment Firefighters of Lisbon, the Cinotechnical Rescue Association and the K9H - Protection and Relief Intervention Corps. This fact shows that this capacity can also be developed in the Army (which currently does not have a cinotechnics capacity for search and rescue missions), namely the Lancers Regiment No. 2, which in fact already has a history of cinotechnics activity.

The research work is organized in five chapters, starting with a brief theoretical framework, in order to present some concepts and show the current state of search and rescue in entities with cinotechnical capacity. After analysis, they identified the potentialities and vulnerabilities of the way they have developed the search and rescue issue with cinotechnics techniques aimed at acting under the scope of civil protection. In the end, a model is proposed that supports the development of this capacity in the Army.

The main conclusions are based on the premise that there are many shortcomings and obstacles to the development of this capacity in the Army, in particular, the Lancers Regiment No. 2 and with a view to their development, they must be overcome. The most important of these is the lack of a national binomial certification program and the issue of staff constraints as they result in serious obstacles to the development of the above-mentioned capacity.

Keywords: Search and Rescue, Cinotechnical Capacity; Emergency Military Support

ÍNDICE GERAL

Epígrafe	i
Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice geral	vi
Índice de Figuras	ix
Índice de Tabelas	x
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xi
Introdução	1
Capítulo 1- Enquadramento Teórico	5
1.1. Breve Síntese Histórica da Cinotecnia	5
1.2. Apoio Militar de Emergência	7
1.3. Busca e Salvamento	10
1.4. Conceito de Capacidade(s).....	13
1.5. Guarda Nacional Republicana.....	14
1.6. Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa	16
1.6.1. Destacamento de Intervenção em Catástrofes	16
1.6.2. Unidade Cinotécnica de Resgate	17
1.7. Associações Cívicas.....	17
1.7.1. Associação de Resgate Cinotécnico de Sintra.....	18
1.7.2. K9H - Corpo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro ...	18
1.8. Regimento de Lanceiros N. º2.....	18
1.9. <i>Unidad Militar de Emergencias</i>	19
Capítulo 2- Metodologia	22

2.1.	Tipo de Abordagem.....	22
2.2.	Método Científico	25
2.3	Questão Central e Questões de Investigação.....	26
2.4.	Técnica de Recolha de Dados	27
2.5.	Amostra	28
2.6.	Delimitação da Abordagem.....	29
Capítulo 3 – Apresentação, Análise e Discussão de Resultados		30
3.1.	Apresentação e análise das entrevistas.....	30
3.1.1.	Apresentação e análise das entrevistas do Guião A	30
3.1.2.	Apresentação e análise das entrevistas do Guião B e C	48
3.1.3.	Busca e Salvamento com recurso à cinotecnia – Modelo da UME....	51
3.1.4.	Matriz SWOT – Capacidade Cinotécnica no RL2 vocacionada para a Busca e Salvamento.....	53
Capítulo 4-Conclusões.....		55
Capítulo 5-Proposta de modelo		60
Bibliografia.....		63
Apêndices.....		I
	Apêndice A - Modelo de Análise	II
	Apêndice B-Vetores DOTMLPII/ Vetores de Desenvolvimento	III
	Apêndice C - Relação entre a recolha de dados e as Perguntas Derivadas.....	IV
	Apêndice D - Tabela de Pessoas Entrevistadas.....	V
	Apêndice E - Carta de Apresentação para Guiões de Entrevista	VI
	Apêndice F - Declaração de Consentimento para realização de Entrevistas	IX
	Apêndice G – Corpo de Questões Guião de Entrevista A.....	X
	Apêndice H - Corpo de Questões Guião de Entrevista B	XII
	Apêndice I – Corpo de Questões Guião de Entrevista C	XIII
	Apêndice J - Entrevista Sr. Mário Ferreira (RSBL).....	XIV

Apêndice K - Entrevista Capitão GNR Cavalaria Rui Sobreira (GNR)	XIX
Apêndice L - Entrevista Sr. Gonçalo Santos (ARC).....	XXV
Apêndice M - Entrevista Sr. Hermínio (K9H-CIOPS)	XXIX
Apêndice N - Entrevista Brigadeiro-General Duarte da Costa (ANEPC)	XXXIII
Apêndice O – Entrevista Coronel de Infantaria Mário Álvares (RAME).....	XXXVI
Apêndice P - Entrevista Tenente-Coronel GNR Cavalaria Marco Pinto (GNR)	XXXVII
Apêndice Q – Entrevista Exploratória Informal 1º Sargento de Cavalaria Fábio	
Laforêt	XXXIX
Apêndice R – Entrevista Exploratória Informal Tenente GNR Cavalaria Luís Pires	
(ideias a reter)	XLII
Anexos	XLIII
Anexo A-Estados de alerta, níveis e graus de prontidão dos ModInter	XLIV
Anexo B- Requisitos necessários às operações BREC, de acordo com os vetores de	
desenvolvimento	XLV
Anexo C-Atuação das equipas USAR.....	XLVII
Anexo D – Organograma da UME.....	XLVIII
Anexo E – Organização das Equipas Cinotécnicas.....	XLIX
Anexo F – Plano de Treino das Equipas Cinotécnicas.....	L

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Relação entre a recolha de dados e as Perguntas Derivadas	IV
Figura 2 – Organograma da UME	XLVIII
Figura 3 - Organização da Equipa Cinotécnica A	XLIX
Figura 4- Organização da Equipa Cinotécnica B	XLIX
Figura 5 - Plano de Treinos	L

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Síntese de repostas às questões enquadradas na Doutrina	30
Tabela 2- Síntese de repostas às questões enquadradas na Organização	33
Tabela 3 - Síntese de repostas às questões enquadradas no Treino.....	36
Tabela 4- Síntese de repostas às questões enquadradas no Material.....	39
Tabela 5 - Síntese de repostas às questões enquadradas na Liderança	41
Tabela 6 - Síntese de repostas às questões enquadradas no Pessoal	42
Tabela 7- Síntese de repostas às questões enquadradas nas Infraestruturas.....	45
Tabela 8- Síntese de repostas às questões enquadradas na Interoperabilidade	46
Tabela 9 - Síntese de repostas à questão n.º 1	48
Tabela 10- Síntese de repostas à questão n.º 3	49
Tabela 11- Síntese de repostas à questão n.º 4	50
Tabela 12 - Síntese de repostas à questão n.º 5	51
Tabela 13– Matriz SWOT – Capacidade cinotécnica no RL2 vocacionada para a busca e salvamento.....	54
Tabela 14 -Prospecção de um possível modelo a implementar	60
Tabela 15 - Modelo de Análise.....	II
Tabela 16 – Vetores DOTMLPPII / Vetores de Desenvolvimento	III
Tabela 17 – Tabela de Pessoas Entrevistadas.....	V
Tabela 18 - Corpo de Questões.....	X
Tabela 19 - Estados de alerta, níveis e graus de prontidão dos ModInterv	XLIV
Tabela 20 - Requisitos necessários às operações BREC, de acordo com os vetores de desenvolvimento.....	XLV
Tabela 21 - Atuação das equipas USAR	XLVII

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AME – Apoio Militar de Emergência
- AR – Assembleia da Republicana
- BCP – Batalhão de Caçadores Paraquedistas
- BIEM - Batallónes de Intervención em Emergencias*
- BREC- Busca e Salvamento em Estruturas Colapsadas
- CEDN - Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional
- CEM - Conceito Estratégico Militar
- CIEN - Compañia de Intervención de Emergencias Naturales*
- CITFA - Centro de Instrução e Treino da Força Aérea
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- DIC - Destacamento de Intervenção em Catástrofes
- EEINP – Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente
- FAP - Força Aérea Portuguesa
- FFAA – Forças Armadas
- FND - Forças Nacionais Destacadas
- FRI – Força de Reação Imediata
- GIC - Grupo de Intervenção Cinotécnico
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- GPE - Grupo de Polícia do Exército
- ICNF – Instituto da Conservação das Natureza e das Florestas
- INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica
- INSARAG - International Search and Rescue Advisory Group*
- K9H-CIOPS – K9H-Corpo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro
- LDN – Lei de Defesa Nacional
- NATO - *North Atlantic Treaty Organization*
- PNEPC - Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil
- PSP – Polícia de Segurança Pública
- QO - Quadro Orgânico
- RAME- Regimento de Apoio Militar de Emergência
- RL2 – Regimento de Lanceiros N.º 2
- RPara – Regimento Paraquedista

RSBL – Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa

SAR - *Search and Rescue*

SIER - Sección de Intervención en Emergencias y Rescate

Sr. - Senhor

TO - Teatro de Operações

U/E/O- Unidades/Estabelecimentos/Orgãos

UAME - Unidade de Apoio Militar de Emergência

UCR - Unidade Cinotécnica de Resgate

UE - União Europeia

UEPS – Unidade de Emergência Proteção e Socorro

UME – *Unidad Militar de Emergencias*

USAR - *Urban Search and Rescue*

1 INTRODUÇÃO

2 No âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de
3 Cavalaria, é parte integrante para os alunos que frequentam o último dos cinco anos de curso,
4 o desenvolvimento de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada.

5 Desde há muitos milhares de anos que o cão surge como um excelente aliado para o
6 Homem, do qual este tem vindo a tirar o maior proveito.

7 Resultado das suas características inatas levou a que fossem empenhados em missões
8 de segurança, patrulhas e também missões voltadas para a deteção, seja de estupefacientes
9 seja de explosivos. Cada vez mais, é notório uma maior instabilidade resultante dos conflitos
10 armados e das alterações climáticas, apresentando novos desafios no âmbito da deteção,
11 busca e salvamento (Allsopp, 2011). O cão tem agora um papel preponderante no campo de
12 batalha e nos diversos Teatros de Operações (TO) na medida em que características como a
13 sua agilidade, velocidade e resistência aliadas ao olfato, visão e audição potenciam o seu
14 emprego, criando assim sinergias que se mostram ser bastante úteis e vantajosas. “É bem
15 conhecido o facto de os cães possuírem o mais alto desenvolvimento do olfato” (Ministério
16 da Administração Interna [MAI], 2007). Estes garantem ainda com base nos seus recursos
17 sensoriais, uma capacidade de deteção e dissuasão podendo assim ser empregues num uso
18 menos letal da força (NATO, 2018).

19 Atualmente o recurso cinotécnico já tem provas dadas da sua eficácia, sendo assim
20 um elemento fulcral nas Forças Armadas (FFAA), não só as portuguesas, mas também de
21 todo o mundo. No caso do Exército Português, temos a trabalhar com cinotecnia o
22 Regimento de Paraquedistas (RPara) em Tancos, o Regimento de Lanceiros N.º2 (RL2) na
23 Amadora e ainda na Brigada Mecanizada no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM).

24 Se atentarmos aos Incêndios de 2017 e aos resultados catastróficos, tanto em perdas
25 humanas como em bens materiais, verificou-se que após o sucedido, as FFAA,
26 nomeadamente o Exército, se encontram sob uma maior responsabilidade. Segundo o Plano
27 de Apoio Militar de Emergência do Exército (PAMEEX), o Exército tem como missão
28 colaborar com os Agentes de Proteção Civil¹ (ProCiv) em todo o território nacional,

¹ Cf. Artigo 46º, “ 1 - São agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias: a) Os corpos de bombeiros; b) As forças de segurança; c) As Forças Armadas; d) Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional; e) A Autoridade Nacional da Aviação Civil; f) O INEM, I. P., e demais entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde; g) Os sapadores florestais. 2 — A Cruz Vermelha Portuguesa exerce, em

1 empenhando se necessárias capacidades que se encontrem sob a sua alçada, em missões de
2 Apoio Militar de Emergência (AME) (Estado-Maior do Exército [EME], 2018). Entre as
3 diversas capacidades, a Busca e Salvamento é uma importante área a desenvolver e a
4 potenciar. Se atentarmos às capacidades inatas dos canídeos é possível, desde logo, perceber
5 o quão vantajoso pode ser o empenhamento em missões de Busca e Salvamento.

6 Urge assim a necessidade de desenvolver uma investigação orientada para a “O
7 emprego de binómios cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio
8 militar de emergência. O caso do Exército Português”.

9 A motivação para a escolha do tema suprarreferido surgiu do facto que a capacidade
10 da Busca e Salvamento com Recurso aos Cães, apesar de já existir noutros Agentes de
11 ProCiv, como é o caso, das Forças e Serviços de Segurança (FSS)², e também em diversas
12 entidades civis, como é caso do Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa (RSBL),
13 ainda não está levantada no Exército. Assim sendo, pretendo com este trabalho de
14 investigação propor um conjunto de possibilidades enquadradas nos respetivos eixos
15 estruturantes, que conjugados resultam num possível modelo para desenvolver e potenciar
16 esta capacidade.

17 No âmbito do mestrado já supramencionado, este tema apresenta-se como sendo
18 pertinente na medida em que a capacidade de Busca e Salvamento com Recurso aos
19 Binómios Cinotécnicos está a ser desenvolvida no Exército, nomeadamente no RL2 no
20 âmbito da Força de Reação Imediata³ (FRI). Sendo assim uma mais valia, na medida em que
21 a FRI é uma força orientada para “missões de evacuação de cidadãos nacionais em áreas de
22 crise ou conflito e de resposta nacional autónoma em situações de emergência complexas”
23 (Resolução de Conselho de Ministros, 2013b, p. 9) e que dado a sua missão apresenta elevada
24 prontidão. Apesar da capacidade não estar levantada dentro do AME, podemos ver nas FSS
25 e nos restantes Agentes da ProCiv que possuem a mesma, que é uma mais valia. Acima de
26 tudo, a Busca e Salvamento traduz-se numa capacidade cuja finalidade é ir ao encontro do
27 apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens. (Conselho de Chefes de Estado-Maior
28 [CCEM], 2014b) Sendo essa também a missão das FFAA, o Exército sendo um dos ramos,
29 assume por inerência essa missão, a Defesa da República tendo em vista o bem-estar e a

cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio, funções de proteção civil nos domínios da intervenção” (Assembleia da República [AR], 2015, p. 5323).

² Segundo o PDE 3-00 *Operações* são FSS: Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; Polícia Judiciária; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviço de Informações e Segurança; exercem ainda funções de segurança, nos casos e nos termos previstos na respetiva legislação, os órgãos da Autoridade Marítima Nacional e do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

³ Cf. Diretiva Operacional N° 004/ CEMGFA/ 2018- ALT 1.

1 segurança dos cidadãos. A Lei de Defesa Nacional (LDN) estabelece como objetivo
2 permanente da política de defesa nacional, assegurar “a segurança das populações, bem
3 como os seus bens e a protecção do património nacional” (Assembleia da República [AR],
4 2005)⁴ ao mesmo tempo que Constituição da República Portuguesa (CRP) estabelece que
5 “as FFAA podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção
6 civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da
7 qualidade de vida das populações” (AR, 2005)⁵.

8 Para o trabalho de investigação, em questão, foi definido como objetivo geral “Aferir
9 quais são os aspetos a desenvolver para que seja possível criar a capacidade de busca e
10 salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos no Exército Português, aferindo as suas
11 vantagens e inconvenientes neste processo.”. De forma a auxiliar a prossecução do mesmo,
12 foram definidos os seguintes objetivos específicos “Analisar como a capacidade
13 suprarreferida está desenvolvida em diferentes Agentes de Protecção Civil”, “Aferir quais as
14 vantagens e inconvenientes de desenvolver esta capacidade no Exército Português” e “Aferir
15 as necessidades e os vetores a desenvolver de modo a esta potenciar capacidade no Exército”.

16 Foi definido como foco de estudo para a sua investigação a seguinte pergunta de
17 partida “Em que medida o Exército pode desenvolver a capacidade cinotécnica em missões
18 de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência?”.

19 De forma a conseguir responder tanto às perguntas derivadas como à pergunta de
20 partida e a ir de encontro ao que são os objetivos definidos é apresentada a seguinte estrutura
21 pelo autor:

22 - Um primeiro capítulo, onde é apresentado o enquadramento teórico. É feita uma
23 contextualização de alguns dos conceitos, nomeadamente, conceitos que foram identificados
24 como sendo fulcrais, é também apresentado o estado da arte relativamente à temática em
25 causa.

26 - O segundo capítulo, aborda a questão da metodologia aplicado na elaboração do
27 trabalho. Aqui é feita a explanação do método científico adotado e qual foi a abordagem
28 aplicada de modo a concretizar os objetivos do trabalho e conseguir responder às perguntas
29 derivadas e pergunta de partida.

30 - O terceiro capítulo, é referente à apresentação, análise e discussão de resultados.
31 Aqui são apresentados os dados obtidos provenientes das entrevistas (formal e exploratória
32 informal), no caso das entidades a nível nacional, e da análise documental, caso da *Unidad*

⁴Cf. Artigoº n. º5.º b.

⁵Cf. Artigoº 275.º, n.º 6.

1 *Militar de Emergencias* (UME). Após a apresentação dos mesmos é feita a análise e
2 discussão tendo em vista que, os resultados obtidos da discussão possam ser comparados
3 com os resultados provenientes do RL2.

4 - O quarto capítulo, é referente às conclusões, onde irão ser dadas respostas às
5 perguntas derivadas e por conseguinte, à pergunta de partida. Também neste capítulo serão
6 apresentadas as limitações referentes à investigação e são ainda propostas temáticas futuras
7 passíveis de serem alvo de investigação.

8 - O quinto capítulo, culmina com o ponto alto da investigação, onde tendo em atenção
9 as respostas obtidas ao terceiro capítulo e as conclusões referentes ao quarto capítulo, foi
10 proposto um conjunto de possibilidades relativas aos diferentes eixos estruturantes, que neste
11 caso correspondem aos diferentes vetores de desenvolvimento. As conjugações das
12 diferentes possibilidades materializam-se num possível modelo.

13

CAPÍTULO 1- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Breve Síntese Histórica da Cinotecnia

De forma a conhecermos a síntese histórica da cinotecnia, é conveniente numa fase inicial definir o conceito de cinotecnia. Segundo Prodanov & Freitas (2013) é imperativo definir todos os termos que estejam sujeitas a uma interpretação que não a mais correta. Assim sendo “cinotecnia” é um vocábulo composto de «cino» e «tecnia» e que poderá definir-se, embora sem rigor científico, como o estudo da origem, a vida e a evolução da família *canidae* (que nos dias de hoje, integra o cão, o lobo, o coiole e o chacal). Por conseguinte temos que atividade cinotécnica ou cinotecnia poderá significar o adestramento ou técnica de treino e utilização de cães pelo homem. (MAI, 2007)

“Ao longo dos séculos a sombra do Homem projectou-se num animal doméstico – o cão, cuja importância foi objecto permanente de atenção de homens das letras e das ciências, artistas e militares, naturalistas e filósofos, que lhe endereçaram pensamentos e citações, tornando-o ímpar na nossa História Universal” (MAI, 2007).

O uso de cães para fins militares remonta à antiguidade, onde inúmeros exércitos empregavam-os para fins bélicos. Cenário este que se manteve até ao século XIX. No entanto foi “no Século XX que o emprego de cães para fins militares conheceu a sua maior expansão.” (Exército Português, 2015, pp. 1-1). Durante o período da Grande Guerra, temos o caso dos alemães, franceses e belgas a fazer uso dos cães em grande número. “. Nesta altura os cães eram dedicados a tarefas de sentinela, exploração, tração de trenó, transporte de mensagens, deteção de minas e controlo de Prisioneiros” (Exército Português, 2015, pp. 1-1).

No caso de Portugal, para entendermos o emprego de cães temos que recorrer à fase inicial da existência do Batalhão de Caçadores Paraquedistas (BCP). À data, foi solicitado ao Centro de Instrução e Treino da Força Aérea (CITFA) doutrina para o treino e formação dos cães com base na doutrina Inglesa.

“Os trabalhos e diligências efetuados pelo Comando do BCP para que fosse criado na Unidade um Centro Cinotécnico acabariam por ser recompensados em 4 de Julho de 1957 quando o Subsecretário de Estado da Aeronáutica exarou o seguinte despacho: “Deve constituir-se um canil no Batalhão de Caçadores Paraquedistas que não só se destina a fornecer cães para esta Unidade, como para todas as da Força Aérea.”” (Exército Português, 2015, pp. 1-2)

Dá-se assim um novo marco histórico, em que temos o caso das Tropas Paraquedistas, à data ainda integrados na Força Aérea Portuguesa (FAP), que empregam os cães em ações

1 sobretudo de combate e tarefas de guarda e sentinela. À posteriori os militares da FAP, que
2 à data pertenciam à Polícia Aérea tiveram formação com os paraquedistas, promovendo
3 assim uma generalização daquilo que à data era o emprego dos cães (Exército Português,
4 2015).

5 Assim sendo temos os Paraquedistas como os pioneiros no aproveitamento dos cães
6 e das qualidades inatas que estes possuem para a segurança. Segue-se depois então a FAP,
7 em que o uso dos cães data do tempo da Guerra Colonial.

8 A origem do emprego dos cães no Exército Português, data do ano de 1961 no
9 Regimento de Infantaria N.º 1, à data localizado na Amadora. Anteriormente, já se tinha
10 dado a criação de um Centro de Instrução de Cães de Guerra em Boane – Moçambique
11 (Exército Português, 2015).

12 Previam-se o emprego dos cães em diversas tarefas e ações, contudo alguns dos TO em
13 que estes eram empenhados mostraram ser limitadores à atuação dos mesmos. Esta limitação
14 era agravada com a falta de conhecimento à época em matérias de conhecimento do ponto
15 de vista médico, formação/ treino e por fim do treino ambiental. Estas limitações vieram
16 restringir as tarefas em que os cães eram empenhados (Exército Português, 2015).

17 “Assim, limitou-se o seu emprego a tarefas de pistagem, sentinela, ações de combate
18 de curta duração e guarda de prisioneiros” (Exército Português, 2015, pp. 1-2).

19 Atualmente no Exército Português, segundo a Publicação Doutrinária do Exército
20 (PDE) 0-20-18 – *Emprego de Cães Militares* temos Unidades/ Estabelecimentos/ Órgãos
21 (U/E/O) com cães em dois regimentos distintos, o RPara com a Secção de Cães de Guerra
22 com binómios de exploração e cães de sentinela e no Regimento de Lanceiros N.2 (RL2)
23 com binómios de uso da força, binómios de deteção de explosivos, binómios de deteção de
24 estupefacientes e binómios de dupla valência entre uso da força e deteção de explosivos.
25 Mais recentemente, temos também o uso de cães no CMSM, onde fazem a segurança física
26 dos paióis.

27 O RL2 possui uma ligação aos cães mais recente que o RPara, dado que começaram
28 apenas a integrá-los na sua orgânica em 1997 (Exército Português, 2015).

29 De acordo com a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), as capacidades
30 sensoriais e físicas dos *Military Working Dogs* em combinação com o seu tratador traduzem-
31 se num significativo multiplicador de potencial de combate em todo o espectro de operações
32 militares (NATO, 2018).

33 Atualmente, estamos perante um cenário onde a cinotecnia tem um papel
34 preponderante em questões de segurança, seja em âmbito nacional seja nos TO's no exterior,

1 onde integra as Forças Nacionais Destacadas (FND) em missões no estrangeiro. Isto porque
2 executam missões de deteção e guarda (Exército Português, 2015). É tida como uma valência
3 multifacetada, na medida em que os cães não surgem apenas ligados às ações de combate,
4 facto que remonta desde a antiguidade até à atualidade, mas têm novas missões.

5 Os cães continuam a ser empregues em missões de patrulhamento e deteção, contudo
6 perante as novas necessidades provocadas pelas alterações resultantes dos conflitos armados
7 e também pelas alterações climáticas, surgem agora o seu emprego na vertente da busca e
8 salvamento (Allsopp, 2011) Constituem-se assim, como uma ferramenta versátil e adaptável
9 para fazer face às ameaças que atualmente caracterizam o volátil e incerto ambiente
10 operacional (NATO, 2018). Não há nenhum país moderno no mundo que não empregue cães
11 nas respetivas FFAA (Inspección General de Sanidad de la Defensa, 2012).

12 Os binómios são constituídos pelo cão e pelo seu tratador segundo as normas NATO⁶
13 e também de acordo com o PDE 0-20-18 *Emprego de Cães Militares*. O treino destes
14 binómios tem os seus frutos quando existe uma relação de confiança e subordinação do cão
15 para com o seu tratador. Só assim é possível testar e eventualmente numa fase mais avançada
16 do processo de treino, certificar os mesmos para operar de forma vocacionada para uma
17 função ou valência específica. O sucesso do treino está muito pendente nos *feedbacks* que o
18 cão dá e da forma como o tratador recebe e lida com eles, sempre tendo em vista a
19 consecução dos objetivos pré-determinados (NATO, 2018).

20 Dentro daquilo que são as diversas funções de combate, referidas no PDE 3-00
21 *Operações*, a cinotecnia é um multiplicador do potencial de funções como as informações,
22 dado a capacidade sensorial do cão, e a proteção, relativamente à segurança em a instalações
23 físicas ou na busca e deteção de explosivos.

24 **1.2. Apoio Militar de Emergência**

25 A principal missão das FFAA é a Defesa da República tendo em vista o bem-estar e
26 a segurança dos cidadãos. A LDN estabelece como objetivo permanente da política de defesa
27 nacional, assegurar “a segurança das populações, bem como os seus bens e a proteção do
28 património nacional” (LDN, 2009)⁷ ao mesmo tempo que CRP estabelece que “as Forças
29 Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção
30 civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da

⁶ Cf. (NATO, 2018).

⁷ Cf. Artigo ° n.º 5.º b.

1 qualidade de vida das populações” (CRP, 2005)⁸, e que “as leis que regulam o estado de sítio
2 e o estado de emergência fixam as condições de emprego das FFAA, quando se verificarem
3 essas situações” (CRP, 2005)⁹.

4 As FFAA desempenham missões que servem de reforço a instituições que servem o
5 bem comum, que contribuem para a consecução dos objetivos nacionais de segurança e
6 desenvolvimento. Enquadra-se neste âmbito as ações de cooperação nas atividades de
7 ProCiv (CCEM, 2014a).

8 O Exército, como ramo das FFAA deve “preparar, aprontar e disponibilizar meios
9 militares para colaborar, com as autoridades de proteção civil e outras instituições do Estado,
10 no esforço integrado de apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens, em ações de
11 proteção civil” (CCEM, 2014a).

12 O Exército desempenha um role abrangente de missões, entre as quais estão as
13 missões voltadas para o interesse público. Segundo o PDE 3-00 *Operações* estas enquadram-
14 se no âmbito das Operações de Apoio Civil. Este desempenha tarefas orientadas para a
15 satisfação de necessidades básicas bem como para a melhoria da qualidade de vida das
16 populações. Desempenha ainda tarefas em situações de acidente grave, catástrofe e de
17 calamidade em que se articula com Agentes de ProCiv (Exército Português, 2012).

18 “O Exército, enquanto Ramo das Forças Armadas, é agente de proteção civil e
19 colabora, no âmbito das suas missões específicas, em funções de proteção civil. As
20 suas forças e elementos empregues neste tipo de missões são-no sob a cadeia de
21 comando do Exército e das Forças Armadas, sem prejuízo da necessária articulação
22 com os comandos operacionais da estrutura de proteção civil” (Exército Português,
23 2012, pp. 9-1).

24 Assim sendo, o Exército como parte integrante que é em missões de Proteção Civil,
25 deverá dar uma resposta rápida e eficaz. Juntamente com a ANEPC e outros Agentes de
26 ProCiv deverá “preparar as medidas de protecção, limitar os riscos e minimizar os prejuízos
27 que impendem sobre a população civil nacional, causados por catástrofes naturais ou
28 emergências imputáveis a guerra ou por tudo o que represente ameaça ou distribuição dos
29 bens públicos, privados e recursos naturais repartidos pelo território nacional” (Laranjeira,
30 1987, p. 103).

31 A origem do AME tem como enquadramento legal o Conceito Estratégico de Defesa
32 Nacional (CEDN) 2013 e Conceito Estratégico Militar (CEM) 2014. Estes expressaram a
33 necessidade de desenvolvimento da capacidade de AME, materializada na Reforma *Defesa*

⁸ Cf. Artigoº 275.º, n.º 6.

⁹ Cf. Artigoº 275.º, n.º 7.

1 2020.¹⁰ (EME, 2018) O Exército encontra-se pronto para “continuadamente cumprir missões
2 no âmbito da segurança e defesa do território e da população e do apoio militar de
3 emergência” (Resolução de Conselho de Ministros, 2013b, p. 11). Para tal deu-se a “criação
4 de uma unidade militar de ajuda de emergência e a valorização do princípio de duplo uso¹¹”
5 (Resolução de Conselho de Ministros, 2013b, p. 13).

6 Assim sendo, foi criado o Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME). Este
7 encontra-se sob direta responsabilidade do Comando das Forças Terrestres para o
8 cumprimento de missões no âmbito do AME. Constitui-se como o regimento que apronta a
9 Unidade de Apoio Militar de Emergência (UAME) e como principal órgão de base para sua
10 ativação e emprego. A UAME é uma força que apenas entra em ação quando a ANEPC
11 solicita o apoio às FFAA e estas, por sua vez, ao Exército através do Comando das Forças
12 Terrestres, investido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército que acionará os meios
13 militares necessários para intervir em cenários de emergência associados a acidentes graves
14 ou catástrofes. É de referir que a UAME não apoia exclusivamente a Autoridade Nacional
15 de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)¹² mas também diferentes agentes de ProCiv (e.g.:
16 Municípios, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Guarda Nacional
17 Republicana, entre outros) (EME, 2018).

18 A estrutura da UAME fomenta a rápida mobilização dos meios necessários e permite
19 a adaptação a cada cenário de intervenção, envolvendo as valências de engenharia militar,
20 manutenção e transportes, apoio sanitário e psicossocial, reabastecimento e serviços,
21 segurança e vigilância, apoio ao combate a incêndios, defesa NBQR (Nuclear, Biológica,
22 Química e Radiológica) e busca e salvamento terrestre. Todas estas valências acompanhadas
23 dos recursos necessários constituem os ModInterv, que sendo solicitados pelo CFT através
24 da UAME, materializam as capacidades necessárias para o AME. (EME, 2018).

25 Segundo o PAMEEX (EME, 2018) as “ capacidades do Exército organizam-se por
26 ModInterv com os graus de prontidão periodicamente estabelecidos e em conformidade com
27 os estados de alerta e vigor”¹³ (EME, 2018, p. 11). Os valores em horas referidos no Anexo

¹⁰ Ver (Resolução do Conselho de Ministros, 2013a).

¹¹ Segundo o Despacho N.º 44/ CEME/ 17 é tido como a possibilidade de empregar o mesmo meio/ equipamento tanto no âmbito militar como no âmbito civil (em apoio à população).

¹² Segundo o Artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 45/2019 de 1 de abril, a Autoridade de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) sucede em todos os direitos, obrigações e atribuições da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e que as referências efetuadas à ANPC devem considera-se feitas à ANEPC. “Enquanto autoridade nacional, articula e coordena a atuação das entidades que desenvolvem, nos termos da lei, competências em matéria de emergência e proteção civil e de proteção e socorro”. (Assembleia da República [AR], 2019, p. 1798).

¹³ Cf. Anexo A.

1 A são contados desde a receção do pedido de solicitação pelos órgãos das estruturas da
2 ProCiv até à saída da U/E/O.

3 **1.3. Busca e Salvamento**

4 No plano internacional, se pretendermos uma definição de busca e salvamento temos
5 que recorrer à *International Search and Rescue Advisory Group (INSARAG)*¹⁴. Estas
6 advogam que busca e salvamento (*Search and Rescue, SAR*), que aliás é designada de *Urban*
7 *Search and Rescue (USAR)*, é tida como conjunto de operações vocacionadas para fazer
8 face a situações de risco, em que há a necessidade de localizar e salvar pessoas (International
9 Search and Rescue Advisory Group [INSARAG], 2015).

10 A nível nacional, a busca e salvamento, além da satisfação das necessidades
11 nacionais, assume “responsabilidades internacionais no âmbito da busca e salvamento
12 marítimo e da busca e salvamento aéreo em áreas que se inscrevem no EEINP¹⁵. Inclui-se
13 ainda neste subcenário, o apoio à busca e salvamento terrestre.” (Conselho de Chefes de
14 Estado-Maior [CCEM], 2014a, p. 21).

15 No plano nacional, no âmbito das Operações de Apoio Civil, segundo o Plano
16 Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC), é possível verificar de entre umas das
17 diversas áreas de intervenção, nomeadamente o socorro e salvamento, que existem diversas
18 entidades intervenientes. São elas: Câmaras Municipais; Corpo de Bombeiros; Cruz
19 Vermelha Portuguesa; Direção Geral de Autoridade Marítima /Polícia Marítima; FFAA;
20 GNR; Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), Instituto Nacional de
21 Aviação Civil; Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); Outras Organizações Não
22 Governamentais (ONG’s), Polícia de Segurança Pública (PSP) e Sapadores Florestais. Entre
23 as diversas prioridades de ação referidas no Plano supramencionado, é possível retirar como
24 ideias-chave a minimização de perdas de vidas em catástrofes (incêndios, inundações,

¹⁴ Em 1991, a ONU criou a INSARAG. Uma rede global com mais de 80 países e organizações sob a tutela das Nações Unidas. As diretrizes INSARAG estão preconizadas na Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 57/150 de 2002. Esta rede foi criada para lidar com a busca e salvamento urbano (USAR) de forma a que consiga dar resposta a catástrofes e estabelecer táticas técnicas e procedimentos, para assim formar equipas internacionais de USAR que, por sua vez, consigam prestar apoio a uma nação afetada por uma catástrofe. (Gaspar, 2014).

¹⁵ Segundo o CEM 2014, traduz-se no “ espaço que corresponde ao território nacional compreendido entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens, e do ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Mirando do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional” (CCEM, 2014, p. 12).

1 desabamentos, entre outros) através da coordenação de ações e busca e salvamento, em que
2 existe assim a necessidade de constituir equipas no âmbito desta valência.

3 Assim sendo podemos atentar à busca e salvamento de diferentes perspetivas. No
4 caso Espanhol, busca e salvamento é entendido como a procura e deteção de pessoas
5 imobilizadas ou feridas sob detritos, escombros, água, neve, lama, pedras ou em grandes
6 áreas. A UME realiza busca e salvamento nos seguintes cenários (Inspección General de
7 Sanidad de la Defensa, 2012):

- 8 - Busca e salvamento em estruturas colapsadas;
- 9 - Busca e salvamento em deslizamentos de terra;
- 10 - Busca e salvamento em terreno montanhoso;
- 11 - Busca e salvamento a pessoas desaparecidas após uma inundação/ cheias;
- 12 - Busca e salvamento a pessoas soterradas na neve, resultado de avalanches;
- 13 - Em alguns casos, alguns elementos podem atuar na busca de cadáveres.

14 No caso da GNR, esta adota a designação de Proteção e Socorro. Entende-se assim
15 como a prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso
16 de catástrofes naturais ou noutras situações de acidente grave ou calamidade (Guarda
17 Nacional Republicana [GNR], s.d.).

18 Se atendermos ao PAMEEX, em que a designação em uso é *Busca e Salvamento*
19 *Terrestre*, podemos considerar o emprego desta valência nas seguintes situações (EME,
20 2018):

- 21 • Busca e salvamento em condições extremas em média e alta montanha;
- 22 • Busca e salvamento em situações extremas de neve e gelo;
- 23 • Busca e salvamento em espaços confinados;
- 24 • Vigilância de situações de emergência a grandes distâncias.

25 Um dos Agentes de ProCiv que desenvolve frequentemente operações de busca e
26 salvamento são os Bombeiros. Assim sendo, segundo Artur Gomes (2005) a busca e
27 salvamento traduzem-se em dois objetivos. O primeiro concerne à procura das vítimas e
28 consequentemente ao seu salvamento e o segundo consiste em perceber a dimensão da
29 catástrofe (e.g: incêndio, sismo, entre outros). À semelhança do PAMEEX que equipara o
30 USAR à busca e salvamento terrestre, também os Bombeiros equiparam o USAR ao Busca
31 e Salvamento em estruturas Colapsadas (BREC). Digamos que o BREC ao nível do
32 PAMEEX e das situações de busca e salvamento que este apoia (já supramencionadas),
33 aproxima-se da busca e salvamento em espaços confinados. “Embora não ocorram com tanta

1 frequência (...) os salvamentos em espaços confinados representam um tipo de acidente com
2 o qual os bombeiros têm de lidar” (Gomes, 2005, p. 10).

3 As operações BREC em Portugal, de facto assumem-se como uma tipologia de
4 operações que junto das FFAA, FSS e entidades civis ligadas à ANEPC ocorrem com alguma
5 frequência. Seja resultantes de catástrofes naturais como sismos, incêndios, entre outros, seja
6 por acidentes artificiais, dos quais resultaram situações de busca de salvamento em estruturas
7 colapsadas. Contudo, importa notar, que a busca e salvamento não se esgota nas Operações
8 BREC, pois temos ainda busca e salvamento a pessoas desaparecidas, em meio aquático,
9 entre outros. (Unidad Militar de Emergencias [UME], 2010)

10 O INSARAG, desde a sua criação em 1991, tem feito progressos significativos na
11 coordenação de equipas internacionais USAR para intervenção em estruturas colapsadas. O
12 principal intuito da criação do INSARAG é facilitar a coordenação entre as várias equipas
13 internacionais, que se disponibilizam para intervir na busca e salvamento de países que
14 experimentam cenários catastróficos. (Gaspar, 2014)

15 De acordo com o INSARAG (2015), a BREC é tida como o auxílio prestado a pessoas
16 que se encontrem em perigo, resultante de acidentes ou de situações de emergência ocorridas
17 em espaços urbanos. As operações de USAR são consideradas ações que se desenvolvem
18 em espaços destinados ao uso humano, que sofreram destruição parcial ou total, mas que
19 dependendo do estado de situação, podem permitir a sobrevivência de pessoas presas nos
20 escombros.

21 As equipas USAR, de acordo com o INSARAG (2015), abrangem cinco componentes
22 fundamentais para a eficiência do seu emprego e sua coordenação. São estas a
23 Gestão/Chefia, a Logística, a Busca, o Resgate e a Assistência Médica.

24 Aquando do desenvolvimento de capacidades USAR em dado país, torna-se essencial
25 a criação de um mecanismo de certificação internacional.

26 Segundo o INSARAG (2015), temos certos aspetos a cumprir relativamente às
27 operações BREC, no âmbito operacional¹⁶.

28 As equipas USAR, de acordo com o INSARAG (2015), têm características diferentes
29 segundo o nível, a autonomia, o campo de ação e o equipamento¹⁷.

¹⁶ Cf. Anexo B.

¹⁷ Cf. Anexo C.

1 **1.4. Conceito de Capacidade(s)**

2 Ao longo de todo o trabalho de investigação o conceito de Capacidade surge como
3 sendo essencial para toda a estrutura do mesmo. Isto porque, o foco deste trabalho é aferir
4 como a Capacidade da Busca e Salvamento com Recurso aos Binómios Cinotécnicos deve
5 ser desenvolvida. Assim sendo, torna-se imperativo dar a conhecer algumas conceções sobre
6 o conceito suprarreferido.

7 Segundo Dyčka (2017) citado em Kólesar (2016), podemos ter duas diferentes
8 abordagens ao conceito. De um lado temos aquilo que é a visão da NATO e do outro temos
9 a visão da União Europeia (UE). De acordo com aquilo que é pensamento NATO, temos
10 capacidade como a habilidade de executar uma determinada ação ou de alcançar
11 determinado efeito. Relativamente à abordagem por parte da UE, que comparativamente à
12 perspetiva NATO apresenta-se como sendo mais longa e assertiva, capacidade é a habilidade
13 de realizar determinada tarefa ou atingir determinados efeitos através da combinação de
14 diversos vetores, tais como, recursos humanos, disponibilidade, equipamento/ material,
15 treino, performance, interoperabilidade, sustentabilidade, prontidão e doutrina.

16 Por entre várias definições, podemos ainda recorrer à definição presente no CEM
17 2014, onde “capacidade militar deverá ser entendido o conjunto de elementos que se
18 articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um
19 conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes
20 de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e
21 interoperabilidade, entre outras (DOTMLPII)” (CCEM, 2014, p. 38).

22 Através da definição referida previamente, é possível realçar aspetos que irão ser
23 importantes para a conceção do trabalho, nomeadamente os vetores DOTMLPII ou vetores
24 de desenvolvimento. Estes carregam em si uma importância significativa, na medida em que
25 irá ser através destes que se propõe a edificação da capacidade de Busca e Salvamento com
26 Recurso aos Binómios Cinotécnicos no Exército Português.

27 Também Kolesár (2016) refere os vetores previamente referidos como uma
28 ferramenta importante que permite avaliar a performance e as competências de uma
29 determinada U/E/O.

30 Assim sendo, os vetores de desenvolvimento podem ser entendidos de acordo com o
31 Apêndice B.

32 Segundo a Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar a edificação de
33 capacidades militares apresenta-se como sendo necessária ao cumprimento das missões

1 atribuídas às FFAA seja em território nacional seja no estrangeiro ao abrigo das organizações
2 em que Portugal se encontra inserido (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014).

3 Existe ainda uma condição imprescindível na edificação de uma capacidade, isto é, a
4 agregação¹⁸ de todos vetores descritos na Tabela 16. No caso de esta estar garantida, assegura
5 o emprego da capacidade como também a sua sustentação, de forma a alcançar os objetivos
6 estabelecidos seja a nível tático, operacional ou estratégico.

7 O desenvolvimento de uma capacidade e o potenciar da mesma, segundo a Diretiva
8 Ministerial de Planeamento de Defesa Militar, “deverá ter em conta a possibilidade da
9 especialização nacional, em sintonia com os esforços multinacionais no âmbito da OTAN”
10 (MDN, 2014, p. 23657).

11 **1.5. Guarda Nacional Republicana**

12 A GNR dispõe de várias unidades especializadas, de representação e de intervenção
13 e reserva. Entre as quais temos a Unidade de Intervenção. Esta é uma unidade especialmente
14 vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução
15 e gestão de incidentes críticos, intervenção tática em situações de violência concertada e de
16 elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes
17 eventos, inativação de explosivos, proteção e socorro e aprontamento e projeção de forças
18 para missões internacionais. Dentro da panóplia de missões em que pode ser empregue
19 articula-se em subunidades de ordem pública, de operações especiais, de proteção e socorro
20 e de cinotecnia (Assembleia da República [AR], 2007, p. 8050).

21 O Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC) é a subunidade que contempla toda a
22 atividade cinotécnica, em que possui células operacionais distribuídas por todo o território
23 nacional¹⁹ (AR, 2007).

24 O GIC, naquilo que é a sua estrutura, é uma subunidade escalão batalhão. Articula-
25 se em duas companhias, que são elas a Companhia de Intervenção Cinotécnica e a
26 Companhia de Detecção Cinotécnica e conta ainda com o Centro de Formação Cinotécnica.

27 A Companhia de Intervenção Cinotécnica encontra-se vocacionada para as áreas da
28 Segurança e Intervenção e Intervenção Tática com vista o cumprimento de missões de
29 resolução de Incidentes Tático-Policiais e de Manutenção e Restabelecimento de Ordem
30 Pública. Enquanto que a Companhia de Detecção Cinotécnica, é responsável pelo treino e

¹⁸ Entenda-se a sincronização de todos os vetores de desenvolvimento, sem que se dê primazia a uns em detrimento de outros. É importante a consecução de todos eles.

¹⁹ Cf. Artº 44º nº2.

1 emprego operacional de binómios Detecção de Odores Diversos, nomeadamente químicos e
2 orgânicos, e na Detecção de Odores Humanos, mais concretamente as missões de socorro e
3 de proteção civil (Pinto, 2013).

4 Já, o Centro de Formação Cinotécnico tem como encargo planear e garantir que sejam
5 cumpridas as avaliações dos binómios da GNR e também a certificação de formação de civis.
6 É também sua responsabilidade, a produção e promoção de manuais e ferramentas de apoio
7 cuja finalidade é a estandardização de procedimentos cinotécnicos dentro da GNR (Pinto,
8 2013).

9 Como já foi referido previamente existem, para além do GIC, secções cinotécnicas
10 distribuídas ao longo do território nacional. Estas estão atribuídas aos Destacamentos de
11 Intervenção de cada Unidade Territorial. Apesar de organicamente serem parte integrante
12 dos Comandos Territoriais, tecnicamente encontram-se sob a dependência do GIC. Estas
13 secções são compostas por binómios de segurança e ocorro tendo em vista missões de
14 patrulhamento e missões de busca de pessoas desaparecidas ou deteção de suspeitos;
15 binómios de deteção de odores diversos, para situações de deteção de droga, explosivos,
16 armas e papel moeda; por fim, binómios de deteção de odores humanos, para missões de
17 busca e salvamento, nomeadamente para missões de emergência e ProCiv (Pinto, 2013).

18 Não se levantam grandes dúvidas, no que diz respeito ao emprego de cães em
19 “operações policiais de busca e salvamento”, nomeadamente em operações do âmbito da
20 ProCiv, na sequência de desastres naturais, como são os terremotos, as inundações, os
21 desmoronamentos, entre outros (MAI, 2007). É responsabilidade da GNR, em situações de
22 emergência empenhar meios cinotécnicos na busca e salvamento de vítimas (Autoridade
23 Nacional de Emergência e Proteção Civil [ANEPC], 2009).

24 Dentro da tipologia de missões de busca e salvamento existentes na GNR, interessa
25 para a investigação as a cinotecnia associada a missões BREC. A especialidade de BREC
26 assume esta designação derivado do termo internacional USAR. Esta especialidade
27 possibilita à GNR “atuar em cenários catastróficos (...) na busca e localização de vítimas
28 (...) através da busca primária” (Gaspar, 2014, p. 24). É então na busca primária onde se dá
29 a intervenção dos GIC (caso sejam acionados).

30 A especialidade de BREC do Unidade de Emergência Proteção e Socorro (UEPS)
31 está atualmente inscrita no INSARAG. A estrutura da GNR tem atualmente, de acordo com
32 as diretrizes do INSARAG, capacidade para constituir um módulo médio de busca e

1 salvamento urbano (MUSAR) que compreende 38 elementos²⁰. Este módulo tem objetivo a
2 localização e resgate de vítimas em escombros e o apoio e prestação de cuidados de saúde
3 de forma a estabilizar a vítima até que esta seja encaminhada (Gaspar, 2014).

4 Os binómios da GNR, são atualmente certificados pela Agência FRONTEX²¹. Só em
5 caso de certificação dos binómios pela mesma, é que se torna possível a participação da GNR
6 em missões ao nível da FRONTEX.

7 A participação da GNR nestas missões tem como principal objetivo prevenir, detetar
8 e reprimir ilícitos relacionados com a imigração ilegal, tráfico de seres humanos e outros
9 crimes transfronteiriços, contribuindo fundamentalmente para a salvaguarda de vidas
10 humanas no mar através de missões de busca e salvamento. (Guarda Nacional Republicana
11 [GNR], 2019).

12 **1.6. Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa**

13 De acordo com o Despacho n.º 3683/ 2011 de 3 de fevereiro, publicado no Diário da
14 República, 2.ª série, n.º 39, de 24 de fevereiro de 2011, no qual foi aprovada a estrutura base
15 dos serviços a prestar no município de Lisboa, o RSBL garante a segurança de pessoas e
16 bens na cidade de Lisboa, através de ações de socorro e prevenção. Colabora ainda, na
17 atividade de ProCiv, no âmbito do exercício das funções específicas que lhe forem atribuídas
18 (Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa [RSBL], s.d.). Em fase de emergência é
19 missão do RSBL empenhar-se em missões de busca e salvamento (ANEPC, 2009).

20 O RSBL dentro da sua estrutura orgânica possui várias equipas de intervenção
21 diferenciada. São elas: Núcleo de Emergência Pré-Hospitalar, Unidade de Controlo
22 Ambiental, Corpo de Mergulhadores, Núcleo de Intervenção Social de Apoio ao Cidadão,
23 Destacamento de Intervenção em Catástrofes e Unidade Cinotécnica de Resgate. De
24 interesse para a investigação, interessa incidir o foco no Destacamento de Intervenção em
25 Catástrofes e na Unidade Cinotécnica de Resgate (RSBL, s.d.).

26 **1.6.1. Destacamento de Intervenção em Catástrofes**

27 O Destacamento de Intervenção em Catástrofes (DIC) surgiu da necessidade de o
28 RSBL ter um grupo especializado em prestar socorro em situações de catástrofe, calamidade

²⁰ Cf. Anexo E.

²¹ A Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira é um organismo da UE que visa prestar apoio aos países da UE na correta aplicação das normas comunitárias, na questão de controlos nas fronteiras externas e do reenvio de imigrantes ilegais para os seus países de origem (FRONTEX, 2019).

1 ou outras necessidades públicas. Possui as mais diversas valências com elevado grau de
2 prontidão e tem por objetivo a busca e salvamento urbano na área de Lisboa (RSBL, s.d.).

3 Além de ter provas dadas na cidade de Lisboa, já participou além-fronteiras, no
4 âmbito da colaboração externa do Sistema Nacional de Emergência Proteção Civil, Serviço
5 Nacional de Bombeiros e Proteção Civil e Autoridade Nacional de Emergência Protecção
6 Civil de Portugal, em missões de socorro, ajuda humanitária e exercícios (RSBL, s.d.).

7 **1.6.2. Unidade Cinotécnica de Resgate**

8 No âmbito do DIC, surge a Unidade Cinotécnica de Resgate (UCR), criada em 2000.
9 Tem como finalidade intervir em missões de busca e salvamento urbano, nomeadamente em
10 cenários de sismo ou outros eventos que tenham ocorridos, dos quais resultaram estruturas
11 colapsadas. A formação na área da Busca e Salvamento em Estruturas Colapsadas (BREC)
12 é alvo de preocupação, sendo que se tem vindo a ministrar formação nesta área (RSBL, s.d.).

13 Para melhorar a resposta a situações BREC, o RSBL tem participado em experiências
14 internacionais, quer em situações reais, quer em exercícios. No contexto internacional, o
15 RSBL disponibiliza meios e pessoal enquadrados na valência BREC para intervenções
16 externas, ao abrigo dos critérios definidos ao nível da Comissão Europeia e do quadro do
17 Mecanismo Europeu de Protecção Civil, integrando o MUSAR²²(RSBL, s.d.).

18 **1.7. Associações Civas**

19 As associações civis, a seguir apresentadas, são ONG's e são caracterizadas por terem
20 carácter voluntário. De acordo com a Lei de Bases de ProCiv, estas atuam sob a égide do
21 Artigo 46.º - A, em que surgem como sendo entidades com dever de cooperação. “As
22 “Organizações de Voluntariado de Protecção Civil” instituições de voluntários com interesse
23 para a protecção civil, nomeadamente, são pessoas coletivas de direito privado, de base
24 voluntária, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e cujos fins estatutários refiram o
25 desenvolvimento de ações no domínio da protecção civil” (Autoridade Nacional de
26 Emergência e Protecção Civil [ANEPC], 2013, p. 85).

27 Segundo a ANEPC, é dever das ONG's em missões de busca e salvamento “apoiar o
28 socorro e o resgate das vítimas” e “apoiar o desenvolvimento de ações de busca e deteção
29 de vítimas confinadas” (2013, p.85).

²² Cf. Tabela 5.

1 **1.7.1. Associação de Resgate Cinotécnico de Sintra**

2 A Associação Resgate Cinotécnico (ARC) é uma associação de voluntários que têm
3 como objetivo, formar e manter permanentemente, uma equipa operacional com Cães de
4 Busca e Salvamento que possam colaborar em ações de Busca de Pessoas desaparecidas,
5 cooperação em situações de emergência sejam em Portugal ou no Estrangeiro. (Santos G. ,
6 2019).

7 É uma associação que procura obter certificação das suas equipas, mas que ainda não
8 conseguiu. Contudo, o seu valor é reconhecido entre as demais associações e entidades,
9 sendo que já operou em algumas situações.

10 **1.7.2. K9H - Corpo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro**

11 A K9H - Corpo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro (K9H – CIOPS)
12 é uma associação sem fins lucrativos. A sua origem data de 19 de fevereiro de 2014.

13 Esta entidade coopera em missões de Emergência e Proteção Civil, em articulação
14 com as demais entidades referidas na segunda alteração à Lei de Bases da ProCiv, de 3 de
15 julho (K9H - Corpo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro [K9H-CIOPS],
16 2019).

17 A Força de Busca e Salvamento é uma força multidisciplinar e tem no seu seio
18 operacionais com formação. Esta encontra-se certificada por entidades e empresas como,
19 INEM, Escola Nacional de Bombeiros, entre outras, possibilitando assim prestar apoio em
20 ações de busca e salvamento nos seguintes cenários: intervenção em pequenos focos de
21 incêndios, busca e salvamento em grandes áreas, BREC, *Firefighter Survival and Rapid*
22 *Intervention Crews*²³, salvamento e desencarceramento. (K9H-CIOPS, s.d.)

23 **1.8. Regimento de Lanceiros N. °2**

24 De acordo com o Quadro Orgânico (QO) nº 09.07.07 (2015), está explícito que o RL2
25 é a unidade militar responsável por aprontar o Grupo de Polícia do Exército (GPE). Tendo
26 por base, o QO suprarreferido, é possível constatar no organigrama do GPE a existência do
27 Módulo Cinotécnico (ModCino), umas das diversas subunidades que constitui o Pelotão de
28 Apoio (PelAp). De acordo com a constituição do PelAp, o ModCino é constituído pelo
29 Comando (Cmd), uma Equipa de Busca de Explosivos (EqBuscaDeExplo), duas Equipas de

²³ Equipa que presta apoio a bombeiros, em situações em que estes perderam-se, ficaram encurralados, magoados ou necessitam de algum cuidado médico urgente.

1 Busca de Estupefacientes (EqBuscaDeEstu) e ainda por três Equipas de Uso de Força
2 (EqUsoFor). (MDN, 2015)

3 No passado ano de 2018, a 17 de julho foi aprovada a Diretiva Operacional Nº 004/
4 CEMFGA/ 2018 que “tem por finalidade estabelecer as orientações referentes à composição
5 e organização da Força de Reação Imediata (FRI) e respetivo Comando e Estado-Maior,
6 assim como o seu conceito de aprontamento, o quadro de missões e as categorias de
7 prontidão dos comandos, forças, unidades e meios que lhe poderão ser atribuídos.” (Chefe
8 de Estado Maior-General das Forças Armadas, 2018).

9 Segundo está explícito no CEM 2014 e referente ao que é a segurança e defesa do
10 território nacional e dos cidadãos nacionais, estejam estes no país ou no estrangeiro, a FRI
11 caracteriza-se por ser uma força de natureza conjunta com elevada prontidão. Esta procura
12 salvaguardar os interesses nacionais e responder a situações de catástrofe ou calamidade quer
13 seja em Território Nacional quer seja no EEINC. Está assim orientada para missões de
14 evacuação de cidadãos nacionais em situações de emergência, em que existe uma ameaça à
15 segurança e bem-estar da população (CCEM, 2014a).

16 Na Diretiva Operacional Nº 004/ CEMFGA/ 2018, refere a necessidade de a partir de
17 2021, o GPE ter disponível, de imediato, no PelAp um ModCino com valências de busca e
18 salvamento.²⁴ (Chefe de Estado Maior-General das Forças Armadas, 2018).

19 De facto, é evidente a lacuna existente nas FFAA, e, por conseguinte, no Exército,
20 relativo ao emprego de binómios cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito
21 do AME. Prova disso é o “Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil”, em que nas
22 responsabilidades atribuídas numa fase de emergência às FFAA, não existe qualquer tópico
23 relativo ao emprego de meios cinotécnicos em missões de busca e salvamento. Algo que,
24 por sua vez acontece na GNR, como já foi previamente referido. Relativo à atuação das
25 FFAA numa situação de emergência, apenas refere que efetua “operações de busca e
26 salvamento, socorro imediato e evacuação primária” (ANEPC, 2013, p. 63).

27 **1.9. *Unidad Militar de Emergencias***

28 A UME é uma força militar conjunta de carácter permanente dentro das Forças
29 Armadas Espanholas, criado por acordo do Conselho de Ministros em 7 de outubro de 2005,
30 com a finalidade de intervir de forma rápida em qualquer lugar do território nacional
31 espanhol em casos de catástrofe, grave risco ou outras necessidades públicas. Esta procura

²⁴ Cf. Anexo A-2.

1 contribuir para a segurança e bem-estar dos cidadãos em qualquer situação em que os
2 mesmos estejam em risco (Inspección General de Sanidad de la Defensa, 2012).

3 A principal característica das equipas de busca e salvamento da UME é o facto de
4 esta possuir uma estrutura autossuficiente. Assim é capaz de operar em qualquer ponto por
5 intermédio dos seus próprios meios e iniciar a localização e resgate das vítimas. A UME
6 dispõe de todos os meios necessários para localizá-las, resgatá-las e fornecer o apoio médico
7 necessário nas suas próprias unidades de saúde, mais especificamente em acampamentos
8 organizados por intermédio das suas capacidades logísticas. (Inspección General de Sanidad
9 de la Defensa, 2012)

10 De acordo com a sua orgânica²⁵, a UME é constituída por diversas subunidades, entre
11 as quais os *Batallónes de Intervención en Emergencias* (BIEM's). O BIEM é a subunidade
12 fundamental de ação da UME, com capacidade de receber reforços. Deverá ocorrer a
13 qualquer emergência (quando oportunamente determinado), desde que a primeira
14 intervenção seja prestada no período máximo de uma hora a partir da receção da ordem de
15 ativação. Dentro de sua estrutura, o BIEM conta com a *Compañia de Intervención de*
16 *Emergencias Naturales* (CIEN), unidade básica de emprego que é capaz de assumir reforços
17 e dar uma resposta rápida e permanente a emergências naturais e consequente resgate de
18 pessoas. O CIEN possui uma *Sección de Intervención en Emergencias y Rescate* (SIER),
19 que se trata da unidade mínima de trabalho que, com seus meios, é capaz de realizar trabalhos
20 de escombros em cinco pontos diferentes e simultâneos; demolição de infraestruturas de
21 todos os tipos; provocar avalanches preventivas; extração de água e lama; extração de
22 madeira; evacuação de barcos e mergulho com quatro equipamentos simultâneos; combate
23 em duas frentes simultâneas contíguas de um incêndio florestal; e por fim, busca e
24 salvamento de pessoas desaparecidas em estruturas colapsadas através das suas equipas
25 cinotécnicas. A UME tem um total de oito equipas cinotécnicas, sendo que cada equipa é
26 constituída por quatro guias e seis cães (Inspección General de Sanidad de la Defensa, 2012).

27 A SIER, através das suas equipas cinotécnicas tem capacidade para fazer busca e
28 salvamento nas seguintes situações:

- 29 - BREC;
- 30 - Busca e Salvamento em cenários resultantes de avalanches;
- 31 - Busca e salvamento em grandes áreas;
- 32 - Busca e salvamento em meio aquático;

²⁵ Cf. Anexo D.

1 - Ainda tem possibilidade de detecção de cadáveres.

2 A UME desde 2011, que possui uma equipa MUSAR²⁶, cuja a certificação no
3 INSARAG é feita a cada cinco anos. Esta equipa tem capacidade para operar em qualquer
4 lugar do mundo numa questão de horas. A capacidade de busca na equipa é baseada na
5 combinação do uso de cães de busca especialmente treinados, bem como de dispositivos
6 eletrónicos específicos, como câmaras de resgate, geofones, sensores *Ultra-wide Band* e
7 drones. A parte do resgate conta com especialistas com equipamentos necessários para
8 realizar operações de escoramento, corte e perfuração, resgate vertical, resgate em espaços
9 confinados, movimentação e levantamento de grandes cargas (Ministerio de Defensa, s.d.).

10 A logística é essencial para uma equipa internacional de USAR, de modo a que esta
11 deve ser autossuficiente em dado local por sete dias²⁷ e deve ainda ter instalações de
12 acampamento, para serem implantadas em qualquer lugar do mundo (Ministerio de Defensa,
13 s.d.).

14

²⁶ Cf. Tabela 5.

²⁷ Cf. Tabela 3.

CAPÍTULO 2- METODOLOGIA

Segundo Prodanov & Freitas a metodologia trata-se da “aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (2013, p.14).

Dado este trabalho tratar-se de uma investigação científica é importante definir uma linha orientadora, isto é, uma estrutura de investigação e qual o método²⁸ a seguir de modo a atingir os objetivos propostos. Assim sendo, neste capítulo é apresentado o tipo de abordagem definida, o método científico mais adequado à investigação e por conseguinte o modelo de análise aplicado para dar resposta às questões colocadas numa fase inicial.

2.1. Tipo de Abordagem

A capacidade da busca e salvamento com cães tem -se mostrado relevante e pertinente em diferentes Agentes ProCiv a nível nacional. Assim sendo, e tendo por base os modelos já em uso nas entidades previamente referenciadas, iremos deduzir um conjunto de conclusões que irão permitir propor um novo modelo para desenvolver esta capacidade no Exército. Assim sendo, iremos utilizar como método de abordagem, o método dedutivo.²⁹

Tendo em vista o cumprimento dos objetivos, a investigação³⁰ assenta em três fases. Inicialmente, a fase exploratória, seguindo-se a analítica com uma análise qualitativa³¹, com recurso à entrevista e à análise SWOT³² (*Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*) e por fim a conclusiva, orientada para as conclusões, dando assim resposta às perguntas derivadas e por conseguinte à pergunta de partida, propondo assim um modelo para o levantamento desta capacidade no Exército.

²⁸ Pode-se ser definido como o caminho para chegar a determinado fim. Traduz-se num conjunto de “procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento” (Prodanov & Freitas, 2013)

²⁹ O método dedutivo “parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 27)

³⁰ Cf. Apêndice A - Relação de recolha de dados com perguntas derivadas.

³¹ “A análise qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação (...) definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a sua categorização, sua interpretação e a redação do relatório.” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 113)

³² Representa uma ferramenta que permite identificar as forças e fraquezas de uma dada organização no âmbito interno, tal como as oportunidades e ameaças reveladas na análise do ambiente externo. Isto leva a que seja possível identificar os aspetos onde dada organização deve concentrar esforços de modo a garantir a sua sobrevivência (Fernandes, Figueiredo, Júnior, Sanches, & Brasil, 2015).

1 Numa fase inicial da investigação as pesquisas exploratórias³³ assumiram um papel
2 de realce. Com base nestas pesquisas, que essencialmente resumiram-se a entrevistas
3 exploratórias de carácter informal e análise documental³⁴. Esta última compreendeu
4 essencialmente, leitura de leis, decretos de lei, regulamentos, artigos e livros que sustentam
5 o AME e a capacidade de busca e salvamento em diferentes Agentes de ProCiv e que
6 permitem perceber o estado atual da cinotecnia a nível nacional e lá fora, no caso de
7 Espanha, mais especificamente na UME. Ainda enquadrada na fase exploratória foram
8 realizadas duas entrevistas exploratórias³⁵ de carácter informal, uma ao Comandante de
9 Pelotão de Odor Humano do Grupo de Intervenção Cinotécnica (GIC) da GNR, o Tenente
10 GNR Cavalaria Tiago Pires e outra Sargento Adjunto do 1º Esquadrão de Polícia do
11 Exército, o 1º Sargento Fábio Laforêt. A primeira serve de reforço à entrevista formal
12 realizada no GIC. Enquanto esta última permitiu confirmar a lacuna existente no Exército
13 relativa à busca e salvamento com cães. Serve assim de fundamento à pertinência da
14 investigação em questão.

15 Na fase analítica, realizou-se uma análise qualitativa³⁶ com recurso à entrevista³⁷,
16 sendo que a amostra teve foco em diferentes Agentes de ProCiv, entre os quais Comandante
17 Operacional da ANEPC, o Brigadeiro-General Duarte da Costa, o Comandante do RAME,
18 o Coronel de Infantaria Mário Álvares, o Comandante do GIC, o Tenente-Coronel de GNR
19 Cavalaria Marco Pinto, o Comandante da Companhia de Detecção Cinotécnica do GIC, o
20 Capitão de GNR Cavalaria Rui Sobreira, o SubChefe 1ª Classe do RSBL, Sr. Mário Ferreira,
21 o Presidente da ARC, Sr. Gonçalo Santos e o Coordenador Operacional da K9H- Corpo de
22 Intervenção em Operações de Proteção e Socorro, Sr. Hermínio Ferreira. As entrevistas
23 foram de grau semiestruturada, uma vez que não foram totalmente livres nem totalmente
24 abertas e também não foram rigorosas ao nível de uma entrevista estruturada nem inflexíveis
25 ao nível de uma entrevista não- estruturada. A intenção do entrevistador foi levar o
26 entrevistado a visar os objetivos da entrevista (Santos & Lima, 2016). Dado que a intenção

³³ Segundo Gil (2008, p. 27) estas têm “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos (...) para estudos posteriores (...) envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (...) este tipo de pesquisa é realizado quando o tema escolhido é pouco explorado”.

³⁴ Trata-se de uma “fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (Bardin, 2016).

³⁵ Segundo Prodanov & Freitas as entrevistas podem assumir um carácter exploratório ou de recolha de informações (2013).

³⁶ “Nas estratégias qualitativas a recolha de dados é efetuada recorrendo à entrevista, à observação e à análise documental” (Santos & Lima, 2016).

³⁷ Trata-se de uma forma de obtenção de “informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema.” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 106).

1 que se procurava atingir com o guião da entrevista era de obter informação objetiva e
2 respostas concretas e assim -sendo “quando o objetivo da coleta de dados são as afirmações
3 concretas sobre um assunto, o meio mais eficiente é a entrevista semiestruturada” (Santos &
4 Lima, 2016, p. 103). A vantagem de utilizar esta tipologia de entrevistas consiste na
5 “melhoria da comparatividade e da estruturação de dados, pelo uso coerente do guião da
6 entrevista” (Flick, 2005 citado em Santos & Lima, 2016, p. 102- 103). As entrevistas antes
7 de se efetivarem, foram testadas. Isto é, foi apresentado o Guião A, ao Comandante do
8 ModCino. Tenente de Cavalaria Tiago Maciel e o Guião B ao Coronel de Artilharia César
9 Reis (antigo comandante do RAME, agora a exercer funções no Estado-Maior do Exército).
10 O intuito, foi perceber se a interpretação que por estes foi feita, ia de encontro ao conteúdo
11 que era suposto recolher com as questões dos respetivos guiões. Antes de cada entrevista e
12 de forma a que os entrevistados pudessem estar melhor preparados, os guiões foram enviados
13 previamente por e-mail.

14 Após a recolha de dados qualitativos, através de entrevistas, procedeu-se à análise de
15 conteúdo. A análise de conteúdo constitui-se como sendo uma técnica de investigação com
16 intuito de transformar dados obtidos, neste caso nas entrevistas, por intermédio de uma
17 descrição objetiva, sistemática em dados quantitativos (Gil, 2008). Procedeu-se à
18 comparação das respostas obtidas às questões por parte dos diferentes entrevistados, visando
19 a perceção de pontos em comum e que se devem manter, identificar lacunas existentes e em
20 que medida estas podem ser colmatadas.

21 Com base em análise documental, nomeadamente documentos fornecidos pelo
22 Comandante da Equisa USAR do 1º *Batallón de Intervención de Emergencias* Jose Luis
23 Escobar Rincon, procedeu-se ao estudo de como a capacidade de busca e salvamento se
24 encontra levantada na UME. Foi possível chegar ao elemento supramencionado, através do
25 *Teniente Coronel del Ejército del Aire* Daniel Garrido que se encontra a desempenhar
26 funções na *Sección de Relaciones Externas* da UME. Este foi contactado via email, por via
27 do Major de Engenharia Sérgio Trindade.

28 Ainda na fase analítica, realizou-se uma análise com recurso à ferramenta SWOT,
29 que permitiu identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do atual estado de
30 desenvolvimento da capacidade no Exército Português, nomeadamente no RL2. A análise
31 *SWOT*, enquanto instrumento, permitiu identificar os vetores das capacidades que podem ser
32 desenvolvidos ou redirecionados, servindo assim de apoio à construção do modelo para o
33 cumprimento das missões de busca e salvamento com recursos aos binómios cinotécnicos
34 no âmbito do AME.

1 Na fase conclusiva, após ser feita uma análise e um levantamento dos aspetos a
2 manter, das lacunas identificadas que, por conseguinte, traduzem-se em aspetos a
3 desenvolver, é proposto um modelo a ser aplicado pelo Exército para o desenvolvimento da
4 capacidade da busca e salvamento com recursos aos binómios cinotécnicos.

5 **2.2. Método Científico**

6 De modo a que a investigação científica permita atingir os objetivos inicialmente
7 definidos, esta está dependente do método científico. Método científico é tido como o
8 “conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a
9 linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 24).
10 Trata-se, essencialmente, de procedimentos a adotar pelo autor naquele que é o caminho até
11 a consecução dos objetivos estabelecidos.

12 Assim sendo, no âmbito desta investigação é aplicado o Estudo de Caso. O estudo de
13 caso conta com um conjunto de entrevistas e documentos como fonte de evidências. De
14 facto, uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso são as
15 entrevistas (Yin,1994). Estas desempenham um papel preponderante para a execução do
16 trabalho e consecução dos objetivos propostos, existe a necessidade de ter entrevistados que
17 de facto ofereçam perceções e interpretações sobre a matéria em questão. Além do qual,
18 torna-se ainda necessário que, fruto dos cargos/ funções que ocupam, que disponibilizem
19 dados concretos que permitam auxiliar na consecução dos objetivos já previamente
20 referenciados.

21 Como é sabido, numa entrevista temos o entrevistador e o entrevistado. Não
22 descorando do papel do entrevistador, o entrevistado assume devida importância pois,
23 segundo Yin (2001), é nele que reside o papel de “informante”. De facto, os “informantes-
24 chave são sempre fundamentais para o sucesso de um estudo de caso” (Yin, 2001, p.112).
25 Estes além das perceções e interpretações que oferecem ao entrevistador, podem ainda
26 sugerir fontes às quais é possível encontrar evidências que permitem corroborar essas
27 mesmas perceções e interpretações (Yin, 2001).

28 Segundo Yin (2004) as entrevistas, mesmo sendo uma fonte importante de
29 evidências, estão sujeitas a imprecisão, a má articulação de ideias, entre outros. Assim sendo,
30 e de modo a enriquecer a informação obtida é necessário a triangulação de dados. Entende-
31 se triangulação de dados como a busca de outras fontes que corroborem as evidências

1 fornecidas pelos entrevistados. Uma maior quantidade de fontes está diretamente
2 proporcional a uma maior validade da informação obtida.

3 As entrevistas foram realizadas segundo três guiões diferentes, são eles o Guião A, B
4 e C. Com o guião A, juntamente com análise documental e ainda com Q1 e Q4 do Guião C,
5 pretende-se dar resposta à PD1. O Guião A foi aplicado ao Comandante da Companhia de
6 Detecção Cinotécnica do GIC, o Capitão de GNR Cavalaria Rui Sobreira, ao SubChefe 1ª
7 Classe do RSBL, Sr. Mário Ferreira, Presidente da ARC, Sr. Gonçalo Santos e Coordenador
8 Operacional da K9H- Corpo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro, Sr.
9 Hermínio Ferreira.

10 A resposta à P2, é dada, única e exclusivamente, com base em análise documental,
11 fornecida por elementos à estrutura da UME, como já foi previamente referido.

12 De forma a dar resposta à PD3 foram elaborados os Guiões de Entrevista B e C. O
13 Guião B foi aplicado ao Comandante Operacional da ANEPC, Brigadeiro-General Duarte
14 da Costa e ao Comandante do RAME, Coronel de Infantaria Mário Álvares. O Guião C, foi
15 aplicado ao Comandante do GIC, Tenente-Coronel GNR Cavalaria Marco Pinto. Dado ter
16 sido necessário proceder a algumas alterações ao Guião B, de modo a ser possível aplicar ao
17 Comandante do GIC, foi elaborado um novo guião. Apesar de haver alterações às questões,
18 o intuito do questionário mantém-se. Através destes dois últimos guiões pretende-se aferir
19 sob a perspetiva da ANEPC, RAME e GNR a pertinência de potenciar esta capacidade no
20 Exército e em que medida pode mostrar-se como sendo uma mais valia.

21 A resposta à P4, há de ser dada com base na análise SWOT aplicada à entrevista
22 exploratória informal realizada ao Sargento Adjunto do Esquadrão de Polícia de Exército e
23 com base na resposta à P1 e à P2.

24 **2.3 Questão Central e Questões de Investigação**

25 Através da metodologia anteriormente apresentada e segundo o Modelo de Análise³⁸
26 aplicado pretende-se com o trabalho responder à seguinte questão: *Em que medida o Exército*
27 *pode desenvolver a capacidade cinotécnica em missões de busca e salvamento no âmbito do*
28 *apoio militar de emergência?*

29 De modo a responder à de partida e a concorrer para os objetivos que foram definidos
30 para a investigação, foram formuladas as seguintes perguntas derivadas:

³⁸Cf. Apêndice A - Modelo de Análise.

1 PD1- Como é que esta capacidade está desenvolvida em diferentes agentes de
2 proteção civil?

3 PD2- De que forma é que esta capacidade está desenvolvida na *Unidad Militar de*
4 *Emergencias*?

5 PD3- Quais as vantagens ou inconvenientes de desenvolver esta capacidade no
6 Exército Português?

7 PD4- Quais são os vetores a desenvolver para a capacidade de busca e salvamento
8 com recurso aos binómios cinotécnicos?

9 **2.4. Técnica de Recolha de Dados**

10 Durante o processo de investigação a recolha de dados assume um carácter de
11 extrema importância. Isto porque qualquer processo de investigação engloba uma recolha de
12 dados de diversas fontes, independentemente do método científico aplicado ao trabalho
13 (Marconi & Lakatos, 2003).

14 Neste trabalho a recolha de dados baseou-se em pesquisa documental³⁹ e pesquisa
15 bibliográfica⁴⁰. Esta recolha de dados materializou-se em diretivas, despachos, decretos-lei,
16 leis e restante documentação enquadrante já aprovada, livros, artigos científicos e artigos de
17 revista.

18 Foi ainda utilizado como técnica de recolha de dados as entrevistas exploratórias
19 informais e as entrevistas formais. As últimas foram feitas sempre com consentimento, e
20 foram gravadas sempre mediante autorização dos entrevistados em questão, de forma a
21 garantir uma análise de conteúdo com maior qualidade e veracidade. Além da informação
22 proveniente das respostas obtidas junto dos entrevistados, foi também utilizada
23 documentação fornecida pelas entidades entrevistadas (desde registos de operações em que
24 as entidades associadas foram empregues a documentação referente ao processo de
25 certificação das equipas cinotécnicas), de modo a conseguir obter um maior valor científico.

26 Aquando da realização das entrevistas formais foi dado sempre primazia a entrevistas
27 presenciais. Porém dado a indisponibilidade ou a dificuldade em realizar uma entrevista
28 presencial, foi tido como alternativa, a obtenção de respostas via e-mail. Neste caso os
29 entrevistados de forma presencial foram: o Comandante Operacional da ANEPC, o

³⁹ Apesar das semelhanças com a pesquisa bibliográfica, esta difere, pois, baseia -se em material que ainda não sofreu “tratamento analítico” e que pode ainda ser editado consoante o que seja os objetivos da pesquisa. (Gil, 2008)

⁴⁰ De acordo com Gil (2008, p.50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

1 Comandante da Companhia de Detecção Cinotécnica do GIC, o ao SubChefe 1ª Classe do
2 RSBL, o Presidente da ARC e o Coordenador Operacional da K9H- Corpo de Intervenção
3 em Operações de Proteção e Socorro. Os entrevistados via e-mail foram: o Comandante do
4 RAME, o Comandante do GIC. Relativamente às entrevistas exploratórias informais, estas
5 foram presenciais e houve a necessidade de se deslocar ao RL2 e ao GIC. Após o término
6 das mesmas, foi elaborado um documento em *word* com as ideias-chave de cada uma e
7 enviada ao respetivo entrevistado, de modo a que estes fizessem as devidas correções.

8 **2.5. Amostra**

9 A amostra, segundo Marconi & Lakatos (2003), traduz-se numa “parcela
10 convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

11 As pessoas que são pretendidas como possíveis entrevistados devem adequar-se à
12 temática que está a ser investigada. Devem ser escolhidas pessoas que forneçam conteúdo
13 que vá de encontro aos objetivos definidos para a investigação (Marconi & Lakatos, 2003).

14 Segundo está presente no Apêndice C⁴¹, foram escolhidos para amostra, pessoas
15 ligadas (se possível que exercessem uma função de comando e que ao mesmo tempo
16 estivessem dentro daquilo que é a vertente operacional das equipas cinotécnicas) ao Exército
17 (RL2 e RAME), ANEPC, diferentes FSS e entidades civis.

18 Dentro do Exército foi possível realizar a entrevista com o Sargento Adjunto do 1º
19 Esquadrão de Polícia do Exército do RL2 e com o Comandante do RAME.

20 No caso das FSS, apenas foi conseguido estreitar contacto com elementos da GNR,
21 mais precisamente do GIC, em concreto com o Comandante da Companhia de Detecção
22 Cinotécnica e com o Comandante do GIC.

23 Das entidades civis foi estreitado contacto com um elemento do RSBL,
24 nomeadamente, Subchefe 1ª Classe, o Presidente da ARC de Sintra e um elemento da K9H
25 – Corpo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro, concretamente o Coordenador
26 operacional da força de busca e salvamento.

⁴¹ Cf. Apêndice D – Tabela de Pessoas Entrevistadas.

1 **2.6. Delimitação da Abordagem**

2 A investigação encontra-se delimitada em termos de matérias, ao emprego de
3 binómios cinotécnicos⁴² em missões de Busca e Salvamento em Estruturas Colapsadas.⁴³

4 É importante ter em atenção que as possibilidades criadas, referentes aos diferentes
5 eixos estruturantes que mediante a sua conjugação resultam numa possível proposta de
6 modelo, não englobam todos os aspetos inerentes à capacidade da busca e salvamento com
7 binómios cinotécnicos. As possibilidades criadas surgem com base nas respostas obtidas ao
8 Guião A.⁴⁴

9 Temporalmente, a investigação encontra-se delimitada entre o ano de 2018, ano em
10 que foi previsto, na Diretiva para a FRI, a necessidade do GPE dispor de um ModCino com
11 a valência de busca e salvamento, até ao ano de 2021 (ano em que a capacidade deve estar
12 pronta a operar, segundo o que está previsto na FRI).

⁴² Nas equipas USAR, os binómios cinotécnicos são utilizados para localizar vítimas (UME, 2013).

⁴³ Segundo a UME (2013), existem quatro modalidades de busca e salvamento com cães: BREC, busca e resgate em grandes áreas, busca e resgate em cheias e avalanches e busca e resgate em deslizamento de terras.

⁴⁴ Cf. Apêndice G.

CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

É através deste capítulo que se materializa o culminar da investigação. Iremos, por intermédio da análise de conteúdo, cruzar os dados fornecidos pelos entrevistados, nas entrevistas realizadas, com pesquisa documental. A pesquisa documental tem como intuito confirmar ou infirmar dados obtidos através das entrevistas, conferindo assim maior valor científico.

3.1. Apresentação e análise das entrevistas

A apresentação dos dados obtidos provenientes das entrevistas, dividem-se em quatro partes. Numa primeira fase temos a análise das respostas dos entrevistados que responderam ao Guião A. É de salientar que esta análise será feita tendo em atenção os diferentes vetores de desenvolvimento. De seguida iremos proceder à análise do Guião B e do Guião C⁴⁵. Depois serão apresentados alguns aspetos referentes ao modelo espanhol e como ele tem a capacidade pensada, única e exclusivamente com base em análise documental.

A análise a ser feita, acresce de um cuidado extra. Isto porque, estamos a analisar uma força de cariz militar, a GNR, e três entidades civis, o caso do RSBL, da ARC e da K9H- CIOPS. Sendo assim, torna-se óbvio que o facto de possuírem carizes diferentes, em certos aspetos irá dificultar a comparação e respetiva análise.

De seguida a análise será feita, tendo em vista os diferentes vetores de desenvolvimento.

3.1.1. Apresentação e análise das entrevistas do Guião A

Tabela 1- Síntese de repostas às questões enquadradas na Doutrina

E1	E2	E3	E4
P1 - Quanto tempo é que a capacidade da busca e salvamento demora a ser levantada?			

⁴⁵ Cf. Apêndice H - Corpo de Questões Guião de Entrevista B e Apêndice I – Corpo de Questões de Guião de Entrevista C.

<p>Formação dividida em 2 fases: formação do guia e a formação do cão.</p> <p>De modo a que o cão atinja o máximo de operacionalidade necessita de 10 a 12 meses. Tem-se também a formação do guia, que não existe um valor taxativo para a sua duração.</p>	<p>Após criação da organização, é necessário o reconhecimento da ANEPC, que demora cerca de 1 ano. Em paralelo é feita a formação do guia e o treino do cão.</p>	<p>Parte técnica (treino do cão), parte táctica (formação do militar), logística e recursos humanos. Um bom cão mediano demora cerca de 6 a 8 meses. A parte logística é algo que leva tempo e não tem um valor taxativo. A parte táctica tem a duração de 3 semanas.</p>	<p>Tempo médio para ter a capacidade pronta a operar, 1 ano e meio a 2 anos. Dado que existe a formação de pessoal e dos cães.</p>
<p>P2 - Qual o método escolhido para quantificar quantos binómios são necessários empenhar (área, vítimas desaparecidas, tempo de busca ou outro)?</p>			
<p>Vários fatores; Situação de Escombros, implica emprego de pelo menos 2 binómios; está estabelecido que o mínimo no regimento são 3 binómios.</p>	<p>Vários fatores. É de realçar condições meteorológicas e área a fazer busca. Por norma emprega-se, pelo menos, 3 binómios.</p>	<p>Vários fatores; 3 diferentes tipos de busca, primária, objetiva e subjetiva, que depende da análise feita ao terreno. A equipa mínima é sempre 2 binómios, e trabalha um cão de cada vez.</p>	<p>Vários fatores; pode ser também fator condicionante o facto de se tratar de uma ocorrência em território nacional ou em território estrangeiro. O ideal é, no mínimo trabalhar com 4 binómios, um de cada vez. Leva-se sempre o disponível.</p>
<p>P3 - Em que situações a força é empenhada?</p>			
<p>Derrocadas de edifícios, deslizamento de terras, explosões (que resultem em escombros ou projeção de escombros). Solicitação pela ProCiv ou entidades estrangeiras.</p>	<p>Empenhados em catástrofes naturais como: sismos, terremotos, cheias; e em acidentes provocados pela ação do homem como: derrocadas, explosões (que resultem escombros).</p>	<p>Catástrofes naturais, como deslizamento de terras, avalanches, cheias/ afogamento em meio aquático (vítimas afogadas, os cães no barco conseguem marcar a vítima caso os mergulhadores não consigam mergulhar por a corrente estar muito forte) e também estruturas colapsadas.</p>	<p>Abalos sísmicos, desabamentos de terras, derrocadas de edifícios, acidentes em obras de construção explosões, pessoas desaparecidas.</p>
<p>P4 - Quais as necessidades que os binómios devem ter quando estão a operar no TO em termos de sustentação? Qual o período que uma equipa/ força consegue ser autossustentável?</p>			

Integrados no módulo do regimento , 10 dias; Apenas a unidade cinotécnica, 4 dias;	A unidade cinotécnica tem capacidade para trabalhar até 5 consecutivos .	Integrados ou não numa força, temos um período de autossustentação de 10 dias .	Capacidade para estar autossustentável até 5 dias .
P5 - Como é que é prestado o apoio sanitário aos canídeos?			
Tem uma médica veterinária no regimento, por norma não apoia quando a unidade cinotécnica sai. Contudo existe a possibilidade de ela ir junto com a unidade;	Existe uma enfermeira veterinária na associação e por norma acompanha nas ocorrências . Os guias também possuem formação em primeiros-socorros para animais e estão acompanhados de kits de primeiros-socorros para animais.	A GNR não tem capacidade para enviar um médico-veterinário cada vez que sai. Contudo os militares têm formação específica para colmatar esta lacuna .	Não existe médica veterinária . Contudo os elementos contam com formação em primeiros-socorros a prestar ao cão. Parceria com Hospital Veterinário .
P6 - Qual é o tempo médio que um vetor pessoal-animal consegue operar no TO?			
Situações de escombros , 15-30 minutos; No caso de grandes áreas , 1 a 2 horas;	Os binómios trabalham 30 minutos por área.	O cão trabalha até 1 hora , mas não existe valor taxativo, depende do cão.	Tempo médio de trabalho, 30 minutos a 1 hora .

1

Fonte: Elaboração Própria

2

No que concerne ao levantamento de uma capacidade, existem aspetos a ter em conta.

3

Entre os quais, a parte técnica, que concerne à formação do cão, a parte tática, que diz respeito à formação do Homem e depois existe a questão da logística (esta que serve de base

4

tanto à parte técnica como tática). Consoante como estas componentes estão desenvolvidas

5

ou definidas nas respetivas estruturas orgânicas, varia o tempo de levantamento da

6

capacidade.

7

8

Quando está em causa o empenhamento de um binómio cinotécnico, existem vários

9

fatores a ter em conta, tal como é possível verificar pelos resultados obtidos através dos

10

entrevistados. Em termos de emprego, existe um consenso geral, na medida em que deve

11

haver sempre mais do que um binómio a empregar no TO.

12

Em termos de tipologia de cenários em que as entidades podem ser empenhadas, há

13

muitas semelhanças. Dado que a investigação se encontra delimitada às operações BREC, a

14

questão da atuação em escombros (E1 e E2) ou estruturas colapsadas (E3 e E4) é por todos

15

tida em conta. Este aspeto vem reforçar a ideia de que em Portugal um dos cenários mais

frequentes em missões de busca e salvamento é a questão do BREC. As operações BREC estão enquadradas nas equipas USAR. Quando se fala em BREC não é referente apenas a estruturas colapsadas, em áreas urbanas, como também existe a intenção de alargar o leque de cenários em que pode ser empregue a força, tais como, acidentes de meios de transporte, inundações, tempestades, entre outros (UME, 2013).

Associado ao emprego numa ocorrência encontra-se a questão da autossustentação. Aqui os resultados obtidos mostram valores diferentes para quando as equipas se encontram integradas numa força ou quando se encontram a atuar isoladas. Excetuando o caso da GNR, que segundo o E3, esteja ou não integrada numa força tem igual período de autossustentação pré-definido.

Aquando da atuação das equipas, a questão sanitária é fundamental e não deve ser descorada. Através dos resultados obtidos na P5, as forças em geral apresentam uma dificuldade, que é, nas ocorrências que têm, não terem a possibilidade de serem apoiados por um médico veterinário. Contudo e para colmatar essa lacuna, é dada formação aos militares em matérias de pronto socorro.

Relativamente à P6, os valores apresentados pelos entrevistados, que não sendo taxativos, pois o tempo de atuação do cão está sempre condicionado por fatores externos (como condições climáticas, terreno, o próprio cão, entre outros), possibilitam definir um intervalo de tempo de atuação de cão, que será entre os quinze minutos e os sessenta minutos. O terreno e o clima afetam o tempo que os cães podem trabalhar, porém com um descanso adequado, é expectável que cães de busca (bem treinados e motivados) trabalhem em buscas durante vários dias (Godfrey-Smith, 2004).

Tabela 2- Síntese de repostas às questões enquadradas na Organização

E1	E2	E3	E4
P7 - A força é constituída por quantos binómios?			
3 binómios operacionais;	5 binómios: operacionais e formação.	3 e 2 O Pelotão de Odor Humano tem 13 militares, com um cão atribuído respetivamente. Cada equipa, dentro do pelotão tem 3 ou 4 binómios (depende se a equipa for a 3 ou a 4).	11 binómios, dos quais 5 operacionais e 6 em formação.

P8 - Como é que a força deve estar organizada?			
<p>Equipa com 9 elementos, sendo que 3 são binómios e os restantes são auxiliares; Cada binómio tem no mínimo um auxiliar, para controlar o terreno, sendo que no RSBL usam-se dois; Acima das equipas têm-se o escalão companhia, depois o escalão batalhão e por fim o comando;</p>	<p>Uma equipa de busca deve ter no mínimo 5 operacionais. São eles, um guia, dois auxiliares, um socorrista (presta apoio às vítimas) e um operacional nas comunicações (para o posto de comando).</p>	<p>No pelotão de deteção de odor humano, existem duas equipas a 4 elementos, e a outra a 3, contudo o ideal é ter três equipas a 4 elementos. A equipa de 3 é a equipa vocacionada em 1ª intervenção em busca e resgate, depois temos as equipas de 4, em que uma é vocacionada para matérias perigosas e outra é de BREC. Todas estas equipas podem ainda ser empregues em meio aquático. Todas as equipas possuem um chefe de equipa.</p>	<p>Dado que no terreno apenas trabalha uma equipa, esta é constituída por um chefe de equipa um binómio/guia e dois auxiliares. Todos eles têm normalmente as mesmas competências por todos eles serem guias.</p>
P9 - Qual é o estado de prontidão dos binómios/ equipas?			
<p>Se os elementos estiverem apenas preparados e focados em ocorrências que impliquem o emprego de cães, respondem ao minuto; Caso contrário, 40 minutos.</p>	<p>Mediante a 24h para TO's internacionais e 2h para território nacional.</p> <p>disponibilidade profissional de cada um, tendo assim um tempo de 5 horas para ter a unidade pronta a sair para o TO.</p>		<p>Consoante o local pode ir desde 1 hora a 6 horas.</p>
P10 - Aquando da necessidade de empenhar binómios numa operação, como é que se procede desde à ativação dessa equipa até a que esta esteja no TO pronta a operar?			
<p>Contacto por telefone, onde referem o tipo de ocorrência, depois é só carregar material e cães e seguir para o TO e coordenar com quem possui o comando das operações.</p>	<p>Contacto por mensagem: "Ativação para situação real. Informe a sua disponibilidade". O equipamento encontra-se nas viaturas, faltando apenas colocar a logística que se encontra em caixas, já preparadas para o efeito. Segue-se o deslocamento para o TO onde à chegada informa o coordenador.</p>	<p>Militares que se encontram na territorial (patrulhamento dito normal) comunicam à sala de situação do comando territorial respetivo que por sua vez reporta ao comando operacional. Consoante houver necessidade ou não de pedir reforço, é formalizado o pedido ao GIC. Este informa se</p>	<p>A ativação da equipa é feita por mensagem ou por chamada. Após chegada ao TO, o chefe de equipa (s) deve contactar o responsável no local pelas operações, no intuito de recolher o máximo de informações, e comunicar a sua presença. Entretanto os elementos equipam-se</p>

	A equipa que chega começa o levantamento de dados para dar-se início ao planeamento.	tem ou não capacidade e a partir daí informa o comandante de companhia.	corretamente de acordo com o tipo de terreno e climatologia , e retirando os cães dos carros para que estes façam as suas necessidades , para que depois se possam concentrar melhor no trabalho. É escolhido um local para deixar o carro, de modo a que os cães possam estar tranquilos e confortáveis. O chefe de equipa deverá informar da situação os restantes elementos, e a partir daí delinear um plano de trabalho.
--	---	---	---

1

Fonte: Elaboração Própria

2

As questões P7 e P8 estão intimamente ligadas. Sendo que na P7 obtemos os quantitativos mínimos relativos à constituição das equipas para que estas possam atuar. Enquanto na P8 temos a constituição dessas mesmas equipas. Dos quatro entrevistados, o número mínimo de elementos que constituem a equipa mínima é de 3 três elementos (caso do RSBL, segundo afirmado por E1; e o caso da GNR, segundo afirmado por E3, que numa das equipas que constitui o Pelotão de Odor Humano é a três elementos apesar de se pretender ter todas as equipas a quatro). Apesar de um binómio tratar-se apenas de o Homem em conjunto com o cão, é possível concluir através do referido pelos quatro entrevistados que o binómio se encontra apoiado por mais elementos, nomeadamente, por auxiliares. Também na constituição das equipas, E2, E3 e E4 referem a existência de um chefe de equipa. Temos ainda o caso do E2 que refere a existência de um socorrista (que tem como intuito prestar apoio à vítima). A constituição das equipas pode assumir o quantitativo de três elementos (E1), a quatro elementos (E3 e E4) e cinco elementos (E2).

15

Relativamente à P9, são apresentados valores díspares. Esta disparidade pode-se justificar com alguns fatores. O primeiro, é o factor disponibilidade. Isto é, no caso das associações civis, excetuando o RSBL, o trabalho que fazem é não remunerado. Assim sendo, os elementos que compõem as equipas vêem-se obrigados a ter uma profissão

16

17

18

1 remunerada e a ter que fazer uma gestão do tempo. Isto leva a que a disponibilidade seja
 2 relativamente mais baixa que no caso da GNR e dos RSBL, que são profissionais e o único
 3 foco que têm é este. Contudo existem outros fatores associados que justificam os valores
 4 obtidos. Um desses é a área onde são empenhadas as equipas. A questão da distância ao TO
 5 condiciona o tempo de atuação das equipas.

6 Atendendo à P10, é possível verificar que o processo de ativação da equipa
 7 cinotécnica, no caso do RSBL, ARC e K9H-CIOPS é simples. Este cinge-se apenas ao
 8 contacto via mensagem ou chamada telefónica, depois segundo o que é possível ver pelas
 9 respostas do E1, E2 e E4, após haver contacto, é carregar material, deslocarem-se para o TO
 10 e coordenarem com quem tem o comando responsável pelas operações. No caso da GNR,
 11 segundo E3, já existe um processo hierárquico a seguir.

12

Tabela 3 - Síntese de repostas às questões enquadradas no Treino

E1	E2	E3	E4
P11 - Existem planos de curso para formação das equipas? Se sim, em que consistem?			
Os planos de treino são elaborados mensalmente, com base na formação que um dos elementos recebeu em Espanha, na Escola Nacional de Proteção Civil. Os treinos podem ser técnicos (campo de escombros), treinos de sociabilização com o cão e ainda treino no exterior, em diferentes ambientes (obras, edifícios a ser demolidos).	Não há um método ou uma linha de orientação que seja praticada por todas as equipas em geral. No entanto, o treino de sociabilização e o gosto de trabalhar o cão que traçam o plano a seguir.	Existe. No caso de busca e socorro há uma formação de 3 meses. Os militares também contam com uma formação em vários cursos.	Existem planos de treino e formação internos. A parte da formação está associada ao conhecimento do cão e do treino do cão e tudo que este implica. Em termos de treino do binómio, o treino ambiental assume grande importância.
P12 - Quanto tempo demora a formar um binómio?			
Para o cão atingir máximo de operacionalidade 10 a 12 meses. A partir daí é trabalho de manutenção do treino.	No caso das nossas equipas demoram cerca de 2 anos no máximo isto porque sendo uma equipa de voluntários não se consegue manter	3 a 4 ou a 6 a 8 meses para o cão mais 3 semanas para o militar.	Entre 1 ano e meio a 3 anos.

Só se inicia o treino do cão quando o guia está apto para tal, até lá tem que trabalhar como auxiliar e tirar a formação necessária.	a frequência de treinos. No máximo há três treinos por semana.		
P13 - Os binómios são submetidos a algum tipo de treino ambiental?			
Escombros, deslizamento de terras. Ambiente aquático não.	Os binómios devem treinar nos mais variados cenários, com diferentes condições atmosféricas e ambientais. Quanto mais próximo se conseguir aproximar de uma situação real melhor.	O primeiro passo é sempre treino ambiental. No caso da busca e socorro passa muito por estruturas amovíveis, colapsadas. Mas fazem também ambientação a meio aquático.	Entre os dois meses de idade e um ano de idade, é dado enfoque ao treino ambiental. É mostrado ao cão, diferentes ambientes para que este se familiarize com os mesmos.
P14 - Existe a necessidade de ter uma formação prévia de cinotecnia? Se sim, que tipo de formação estamos a falar?			
Sim, é o ideal. Ter formação com cães ou ter já trabalhado com cães facilita no trato com o cão e na perceção das suas necessidades.	Não existe. Contudo se o futuro guia possuir conhecimentos de cinotecnia, facilitará o processo de aprendizagem e por conseguinte será mais rápido.	Não existe. Ideias pré-concebidas dificultam a formação.	Não é necessário, mas existindo é uma mais valia.
P15 - As equipas estão certificadas? Se sim, qual a entidade que as certifica e como é feito o processo de certificação?			
Não existe certificação de equipas civis ainda. A médio prazo, serão a GNR e a PSP a fazer os testes de certificação, de modo a que as equipas possam ser empenhadas pela ANPC.	Toda e qualquer equipa civil em Portugal não é certificada. Não existe entidade em Portugal que certifique. A GNR criou um bolsa de voluntários, mas não foi dado continuidade à mesma.	Certificadas pela Agência FRONTEX em 4 áreas: Obediência, BREC, busca em área aberta e viaturas.	Não existe certificação de equipas a nível nacional. Existe sim certificação a nível interno consoante critérios que sejam estabelecidos.

1

Fonte: Elaboração Própria

2

A questão do treino deve ser tida em atenção. É através do treino que se consegue

3

maior proficiência na atuação das equipas e obtém-se melhores resultados. A GNR na

1 questão da busca e salvamento tem uma formação de três meses e depois existem várias
2 formações que os militares, devem possuir. Nas restantes entidades, de facto o treino existe,
3 sendo que no caso do RSBL, é feito um plano mensal de treinos e é publicado em ordem de
4 serviço. Nas restantes entidades também são estabelecidos planos de treino adaptados
5 consoante as equipas. É de salientar, que a formação tem um impacte positivo no treino,
6 além de garantir mais credibilidade.

7 A operacionalidade do cão está diretamente ligada com a questão do treino. Assim,
8 explica-se a necessidade de um período maior para atingir a operacionalidade de um binómio
9 na ARC e K9H-CIOPS, dado que a frequência de treinos é mais reduzida. No caso da GNR
10 e do RSBL, ambos referem que na operacionalidade do binómio, existe o treino do cão e a
11 formação/treino do Homem. A GNR conta a nível de treino do cão e de preparação do militar
12 com uma formação mais completa, dada pelos cursos que lhes são ministrados. Esta
13 formação reflete-se no tempo necessário para ter um binómio pronto a operar. Numa situação
14 em que o cão apresenta características que fazem dele um bom cão para busca e salvamento,
15 é possível ter um binómio operacional em sensivelmente quatro meses (três meses para o
16 cão mais três semanas para o militar). Dentro da questão do treino, é importante salientar a
17 pertinência do treino ambiental. Todos os entrevistados salientam a importância de fazer
18 treino ambiental, de modo a haver uma maior aproximação de possíveis situações reais.
19 Todos os entrevistados referem que os binómios treinam situações de BREC, dado estas
20 tratem-se de uma tipologia de cenário característico em Portugal.

21 Relativamente à P14, existe uma dualidade de pensamento. Por um lado, segundo o
22 E3, a formação prévia acarreta mais problemas que soluções. Os militares que chegam ao
23 curso com formação já em cinotecnia têm ideias pré-concebidas que dificultam a formação
24 ao longo do curso. Por outro lado, a formação prévia de cinotecnia ajuda e é uma mais valia,
25 dado que facilita o processo de aprendizagem e permite um trato com o cão de maior
26 qualidade.

27 A nível nacional apenas a GNR e a PSP têm certificação de equipas cinotécnicas. A
28 GNR certificou os seus binómios na Agência FRONTEX, em quatro áreas, sendo que uma
29 delas é a área de BREC. A nível nacional não existe um programa de certificação de equipas
30 e segundo a NATO (2018), cada nação deve conter o seu próprio programa de certificação
31 homologado. Existe sim um processo de inscrição da ARC e K9H-CIOPS nas Organizações
32 de Voluntariado de ProCiv, contudo ainda estão a decorrer. É responsabilidade da GNR e da
33 PSP certificar as entidades civis para que estas possam atuar sob o domínio da ANEPC.

Tabela 4- Síntese de repostas às questões enquadradas no Material

E1	E2	E3	E4
P16 - Que tipologia de viaturas as equipas/ binómios estão dotados?			
<p>Jipe de caixa fechada com um atrelado onde dá para transportar 4 cães. Podendo ainda transportar mais 2 na caixa, implicando uma limitação de material.</p>	<p>Carrinhas comerciais pertencentes aos operacionais. Sendo o preferencial, viaturas todo-terreno. Para transporte de cães, temos boxes em fibra, e procura-se que tenham certificação IATA (permite que seja transportada de avião). As boxes estão equipadas com ventoinhas, para deslocamentos mais longos e com temperaturas mais quentes.”</p>	<p>Jipe 4X4; separação física para militares e para os canídeos, ar condicionado independente. Possibilidade de transportar 4 elementos (uma equipa)</p>	<p>As viaturas existentes são viaturas particulares e não possuem quaisquer especificidades. O transporte dos cães é feito em caixa de transportes, também elas simples.</p>
P17 - Qual é o fardamento que os militares usam para treino? E para as operações?			
<p>Processo de renovação para um fato macaco adequado ao trabalho em escombros, com alguns reforços, mas sempre com luvas, capacete e botas normais. Em treino usam o fato de macaco normal, pois tem um menor custo e é mais vantajoso dado o treino provocar desgaste no fardamento.</p>	<p>Usa-se fato macaco tanto para treinos como para situações reais. Sendo que se o TO for de escombros acrescenta o equipamento proteção individual de escombros sendo este composto por máscara de poeiras, luvas de trabalho, óculos de proteção, capacete, joelheiras e cotovelleiras, <i>camel bag</i>, botas de proteção contra impactos e perfuração e apito.</p>	<p>Para treino é o fardamento de instrução, que é o fardamento simples (são duas peças) e um colete de treino que ostenta material de treino para o cão. Para operações, existe o, chamado de fardamento operacional que se trata de um fato macaco. Este não possui elásticos de modo a permitir uma circulação de ar pelo corpo todo, sendo também reforçado na zona dos cotovelos e joelhos. É anti-estático.</p>	<p>Fatos de macaco reforçados por oferecerem uma maior protecção e liberdade de movimentos tanto em meio urbano como em meio rural.</p>

1 Atendendo à questão do material, podemos concluir que relativamente às viaturas,
2 estas necessitam de proporcionar condições adequadas ao transporte de cães e dos elementos
3 que compõem o binómio. Caso os cães sejam transportados na viatura, esta deve possuir ar
4 condicionado independente para o cão e para o Homem. Se forem transportados num
5 atrelado, deve de igual modo respeitar a questão da climatização. Deve-se tratar de uma
6 viatura 4x4 dado a necessidade andar em todo-o-terreno. Ainda deve ter capacidade para
7 levantar o material necessário a que a equipa seja autossustentável por determinado período,
8 já previamente estabelecido. Em termos de fardamento, é dada primazia por todos os
9 entrevistados, ao uso de um fato macaco reforçado, sem elásticos de forma a permitir maior
10 liberdade de movimentos, que seja anti-estático e que permita carregar material necessário
11 para o cão e para o militar. O fato macaco deve fazer-se acompanhar de equipamento que
12 garanta a proteção do binómio. Em termos logísticos, para questões de treino, faz-se uso de
13 fardamento mais simples, dado que se desgasta mais rápido e evita grandes custos. Segundo
14 o INSARAG (2015) o material individual para o elemento humano em operações BREC
15 deve ser: capacete, luvas, botas adequadas, roupa/ fato com reforçado, arnês, óculos de
16 proteção, aparelho ou máscara de respiração e uma pá dobrável.
17

Tabela 5 - Síntese de repostas às questões enquadradas na Liderança

E1	E2	E3	E4
P18 - Que características o tratador/ condutor deve possuir de modo a conseguir estabelecer uma relação de confiança com o cão?			
Gosto por cães, não pode demonstrar atitudes de violência; controlo emocional.	Deve ser uma pessoa emocionalmente equilibrada, sem receios perante o cão nem quaisquer atitudes de agressividade.	Conseguir criar boas expectativas para o cão. Mostrar ao cão que o guia lhe consegue dar tudo. Obrigar o cão a fazer algo é errado. Trata-se de um método antigo cuja eficácia é reduzida.	Deve possuir as seguintes competências sociais: Paciência, Criatividade, Inovação, Alegria, Consistência, Brincalhão, Visionário. Deve conhecer e gostar do cão.
P19 - No caso de baixa de um dos elementos do binómio, como é feita essa gestão?			
Quem trata do cão é o guia, contudo, os restantes elementos estão habilitados a operar com esse cão dado a impossibilidade de o guia estar presente	No caso de baixa do elemento humano, aguarda-se pela recuperação do mesmo. Cada cão só trabalha com o seu guia. Um guia pode trabalhar até dois cães.	No caso da célula mínima, se o cão for uma baixa, torna-se necessário entender se consegue fazer face ao que foi pedido apenas com um cão. No caso de a baixa ser o militar, os restantes militares da equipa conseguem trabalhar com o cão.	Existe treino para que os cães sejam bastante sociáveis e permitam que outros elementos que não o guia trabalhem com esses cães. Contudo há cães que só trabalham com o guia.
P20 - Em momentos de elevado stress, próprio de situações de busca e salvamento, como deve ser feita a gestão de emoções por parte do tratador?			
Tem que ter autocontrolo, pois o cão percebe tudo que o guia sente.	Não pode mostrar nervosismo ou alterações do estado de espírito pois o cão pressente.	Boa gestão emocional. Saber e conseguir manter a própria calma, a calma das vítimas e dos familiares. Os militares contam com formação em primeiros-socorros psicológicos e acompanhamento por parte de profissionais ligados à psicologia.	Deve ser capaz de fazer autogestão emocional e deve ser capaz de lidar com fatores que possam destabilizar. Se necessário socorrer dos elementos com mais experiência.

1 Relativamente à questão da liderança e das competências que o guia deve possuir, é
 2 possível observar na P18 e na P19, que o guia deve-se tratar de uma pessoa emocionalmente
 3 equilibrada, ser capaz de fazer gestão das emoções e não deve ser uma pessoa com atitudes
 4 violentas. Pelo contrário deve tratar-se de uma pessoa que gosta do que está a fazer, gosta
 5 de cães e tem conhecimento sobre estes. O treino do cão não se deve fazer com base na
 6 obrigação, mas sim na criação de boas expectativas. O caso da GNR é um exemplo a ter em
 7 conta, na medida em que existe formação para os militares que os permite lidar de forma
 8 mais acertada com situações de stress. Há também acompanhamento no pós-ação em que
 9 profissionais ligados à psicologia acompanham os militares que estiveram sob situações de
 10 elevado stress.

11 Em situações em que há baixas (entenda-se impossibilidade de estar presente ou
 12 situações em que é ferido), tanto o E1, E3 e E4 afirmam que os cães, apesar da relação mais
 13 afinçada com o guia, os restantes elementos da equipa encontram-se aptos a trabalharem
 14 com estes. Enquanto que E2 afirma que os cães por norma apenas trabalham com o respetivo
 15 guia. Também E4 afirma que alguns cães só conseguem trabalhar com o respetivo guia.

16 **Tabela 6 - Síntese de repostas às questões enquadradas no Pessoal**

E1	E2	E3	E4
P21 - Quantos elementos integram as equipas?			
Cada equipa tem 10 elementos. Cada binómio trabalha a 3 elementos.	Uma equipa conta no mínimo com 5 elementos	O pelotão de odor humano tem 2 sargentos e 12 guardas. Uma equipa/secção é constituída a 4 elementos.	Uma equipa conta com 4 elementos.
P22 - Que requisitos um elemento deve possuir quando pertence a estas equipas?			
Disponibilidade, sacrifício em aspetos pessoais e dedicação.	Deve possuir robustez física, emocionalmente equilibrado, espírito de voluntariado e tempo disponível.	Deve ter o curso cinotécnico de busca e socorro. Deve também contar com alguma formação complementar: primeiros-socorros, suporte básico de vida, primeiros-socorros psicológicos e 1ª	Deve haver dedicação e estar capacitada da responsabilidade que tem em mãos.

		intervenção em busca e resgate.	
P23 - Possuem cães próprios? Se sim, como é que eles foram adquiridos?			
<p>Os primeiros cães que vieram foram comprados através da Escola de Proteção Civil Espanhola; para minimizar os custos passou-se a trabalhar com criadores em Portugal que cedessem cães, a valor 0; O ideal é ir buscar cães a ninhadas de cães que já fazem busca e salvamento. Atualmente os cães no RSBL são provenientes de doações.</p>	<p>Possui-se cães próprios, contudo alguns são doados.</p>	<p>Por norma dá-se preferência à aquisição de cães no estrangeiro. Procriação também é uma alternativa, onde procura-se dar seguimento à linhagem de cães voltados para a busca e salvamento. E por fim existe também as doações, contudo a taxa de reprovação dos cães é muito alta.</p>	<p>Possui-se cães próprios, mas também há alguns que são doados e outros são recuperados de canis.</p>
P24 - Quais os cães que melhor se adaptam a este tipo de equipas e até que idades podem operar?			
<p>Os cães Pastor são os mais adequados, são os mais ágeis, têm melhor faro e são extremamente fáceis de treinar. Pastor-belga malinois é um cão mais robusto, com mais força, bom faro e boa resistência; Border collie é um cão mais frágil, mas tem bom faro e boa resistência. São todos machos-alfa, pois é um cão dominante, autónomo e conseguem trabalhar sozinho.</p> <p>Um cão tem um tempo de vida útil de 9/10 anos de trabalho.</p>	<p>Não há raça definida para o trabalho de busca. No entanto há raças com predisposição genética para tal. É caso dos: labradores, pastor alemão, pastor-belga malinois, cockers, pastor-holandês, rottweiler, entre outras.</p> <p>Por norma trabalham até aos dez anos de idade. Têm 8 anos de serviço.</p>	<p>Pastor-belga malinois, pastor-holandês e também é possível encontrar algumas das características de um cão de busca e salvamento no pastor-alemão. O pastor- belga malinois dado a sua morfologia, consegue dar muitas garantias. Há cães da raça pastor-alemão que o instinto de presa (contudo não representam qualquer perigo para a vítima) é tão grande que mesmo que tenham mais peso ou mais dificuldade, durante a busca trabalham afincadamente. A idade padrão é de 10 anos.</p>	<p>Pastor-alemão, pastor-holandês, border collie, labrador retriever, pitbull terrier, beagle, cão de Água Português, pastor-belga malinois, rottweiler, e rafeiros, estes são alguns dos que usamos, em média entre os oito a dez anos.</p>

1 As respostas obtidas à P21 não mostram grande disparidade, sendo que E3 e E4 falam
2 em equipas mínimas a 4, já E1 refere que o mínimo é equipas a três e E2 refere como mínimo,
3 equipas a 5 elementos.

4 Em termos de requisitos para pertencer às respetivas equipas, a formação do Homem
5 representa um fator fundamental. Além das características físicas e psicológicas que devem
6 ser inerentes ou fundamentais de desenvolver, existe formação que serve de complemento
7 às características físicas e psicológicas. Este complemento garante uma melhor atuação do
8 binómio e aumenta as probabilidades de sucesso.

9 Relativamente à P23, podemos verificar várias modalidades adotadas. No caso do
10 RSBL, segundo E1, a questão logística tem influência na aquisição de cães e dá-se então
11 preferência a doações. O caso da K9H-CIOPS e da ARC, têm bastantes semelhanças, dado
12 que parte dos cães são pertencentes aos elementos, mas também existem cães provenientes
13 de doações. No caso da GNR, segundo E3, a preferência é a compra de cães no estrangeiro.
14 Também existem alguns provenientes de procriação e doações, contudo no primeiro caso
15 não é muito produtivo, dado que nem todos os cães de uma dada ninhada são aproveitados,
16 e o mesmo acontece nas doações. Apesar de a nível logístico tratar-se de uma mais valia, a
17 reprovação dos cães nos testes é elevada.

18 No que às raças de cães a empregar, há uma concordância entre os entrevistados. São
19 elas pastor-belga malinois (referido pelos quatros entrevistados), pastor-alemão e pastor-
20 holandês (referenciado por três entrevistados) e por fim border collie, rottweiler e labrador
21 (referenciado por dois dos entrevistados). É possível verificar uma maior predisposição
22 genética nos cães pastor. Segundo E1, a escolha por machos-alfa é uma mais valia, dado
23 oferecerem mais garantias. É um cão mais dominante, confiante, sociável e um líder nato
24 (Perkins & Dagley, 2005).

25 Em termos de tempo de vida útil de trabalho, não há grande discrepância, variando
26 entre os 8 e os 10 anos de serviço. Fruto das suas características, o cão possibilita
27 “alistamentos por períodos de dez anos sem quaisquer pretensões ou reivindicações” (MAI,
28 2007).

Tabela 7- Síntese de repostas às questões enquadradas nas Infraestruturas

E1	E2	E3	E4
P25 - Possuem infraestruturas para a estadia de cães? Que tipo de infraestruturas são as mais adequadas para a estadia de cães?			
<p>6 canis próprios, com espaços adequados, com boa orientação solar, mas com sombra; chão que permita lavagens frequentes, mas que não seja escorregadio; bebedouros automáticos, luz e tomada elétrica; devem ser divididos com paredes para evitar contato visual entre cães, mas com a frente em grades, devem ter bons escoamentos e isolamento para o frio e calor, uma cama ou casota de abrigo confortável.</p>	<p>7 boxes individuais e ainda 2 boxes de quarentena. As boxes têm 2 m2 e possuem telhado com telha térmica, paredes térmicas e uma cama.</p>	<p>O GIC está dotado de canis próprios, em que cada fila tem uma câmara de vigilância. Cada cão possui um espaço adequado, com as condições que lhe são necessárias.</p>	<p>Existem canis, mas há quem tenha os cães em casa. Nos canis são privilegiadas as seguintes características: espaços forrados a azulejos; telha térmica; o chão é antiderrapante; bebedouros automáticos e estratos de madeira.</p>
P26 - Possuem estruturas dedicadas ao treino das equipas? Que tipo de infraestruturas são as mais adequadas para o treino de cães?			
<p>Um campo de treino de escombros, sensivelmente 2000 m2, que possui túneis soterrados, poços, viaturas soterrados, esconderijos horizontais, verticais e aéreos (esconderijos acima da linha de trabalho do cão, de modo a cheirar odores que vêm de cima), uma pista de <i>agility</i>, uma caixa de fixação (instrumento que permite fixar o ladrar do cão, habitua o cão a ladrar quando é para marcar a vítima).</p>	<p>Um túnel de 6 metros de comprimento, com obstáculos no interior; à superfície e por cima do túnel, encontra-se uma pista de escombros. É possível encontrar também caixas para vítimas soterradas no solo e alguns obstáculos para treino.</p>	<p>Uma pista de escombros dedicada ao BREC. Treino na mata de Monsanto para iniciar a busca em área aberta. O meio aquático é treinado conjuntamente com o UEPS. Existe ainda uma pista de escombros no Fogueteiro, no centro de capacitação da GNR, mais elaborada e para um trabalho do cão mais avançado. Existem também vários campos de treino todos eles equipados com câmaras de vigilância onde é</p>	<p>Não possui pistas ou campos de treino. O treino é realizado sempre no exterior, aproveitando as matas e estruturas que estejam colapsadas.</p>

Possui ainda infraestruturas que encontramos na cidade de Lisboa que sirvam para treino.		possível, por exemplo, fazer treino de obediência e a ensinar/habituar a ladrar.	
--	--	--	--

1 Fonte: Elaboração Própria

2 As infraestruturas desempenham um papel importante no conforto que deve ser
3 proporcionado ao cão. Assim sendo, e segundo os entrevistados, é vantajoso para os cães
4 possuir canis próprios, que proporcionem o conforto e a higienização necessária.
5 Características como o isolamento térmico, bom escoamento e fácil limpeza do espaço, a
6 existência de bebedouros, camas e o facto de se encontram vigiadas através do uso de
7 videovigilância, são essenciais ao bem-estar do cão.

8 As infraestruturas desempenham um papel importante na questão do treino. É comum
9 a todos os entrevistados, a referência à existência de pistas de escombros para treino de
10 BREC. Estas possuem inúmeros obstáculos e permitem ainda simular diferentes cenários de
11 BREC. Contudo a questão da tipologia de infraestruturas de treino não se esgota nas pistas
12 de escombros. Para treino são usadas ainda infraestruturas que estejam em condições
13 debilitadas, fazem também uso de matas para treino de busca em grandes áreas e ainda há o
14 treino em meio aquático, que atentando ao caso da GNR, é feito conjuntamente com a
15 Unidade de Emergência de Proteção e Socorro.

16 Tabela 8- Síntese de repostas às questões enquadradas na Interoperabilidade

E1	E2	E3	E4
P27 - Quais são as potencialidades e as vulnerabilidades associadas aos binómios de busca e socorro?			
As potencialidades são a rápida obtenção de resultados; Mesmo com os aparelhos todos já existentes os cães mostram-se como sendo o meio mais eficaz. As vulnerabilidades são as condições climáticas (ambiente mais húmido facilita o fixar do odor,	Em termos de potencialidades, o cão tem um olfato e audição mais apurado que o ser humano. Em termos de vulnerabilidades temos as condições meteorológicas e o período de tempo que passa desde desaparecimento da	A grande potencialidade é a capacidade olfativa. Este também contam com maior resistência física. O uso do cão permite ainda a poupança de recursos humanos. A grande desvantagem é haver uma situação em que só está cão a	A grande potencialidade será a rápida obtenção de resultados tanto em locais de risco como em áreas de mato. A grande vulnerabilidade é o facto não haver ainda certificação para equipas civis, o que retira credibilidade no seu emprego.

mas também não pode chover) e os ferimentos que podem surgir enquanto operam.	vítima até a que se inicie a busca (dificulta a busca).	trabalhar perante um cenário de uma área grande, o que implica que a busca demore mais tempo.	
P28 - Existe treino conjunto com equipas de outro Ramo/ Entidade/ Organização? Quais a vantagens ou inconvenientes que advêm desse treino conjunto?			
Qualquer ocorrência em Lisboa conta sempre com o apoio da PSP dado também ser área de responsabilidade deles; O treino conjunto permite uma aprendizagem constante dado a muita troca de informação que existe e a experimentação de novos cenários.	Existem exercícios operacionais, em que forças de segurança e entidades estrangeiras também participam. É uma mais valia, pois permite reter um variado leque de conhecimento relativos às diferentes entidades, ao modo como elas atuam e permite ainda aprender a trabalhar em conjunto.	Treino não existe, formação sim. Os militares da GNR encontram-se a dar formação a guardas prisionais e aos ramos das FFAA. Existem apenas vantagens neste tipo de intercâmbio. Permite a troca de conhecimento e de ideias e a perceção correta do que outras entidades são capazes de fazer.	Existem treinos com outras equipas cinotécnicas quer nacionais e estrangeiras e também, treino com outras valências. Esta partilha só traz convenientes, pois permite uma evolução e a aquisição de maior conhecimento do que o que os outros fazem e como fazem.
P29 - Em que medida é que os cães se apresentam como sendo mais vantajosos que outros meios de busca e salvamento, como radares, câmaras térmicas, etc?			
Os equipamentos têm condicionantes que limitam o seu emprego. O cão dá um resultado quase imediato. A complementaridade do cão com os equipamentos é uma mais valia.	Os cães não substituem nenhum dos outros meios, mas a ideia de complementaridade é uma mais valia.	O cão é falível, contudo mais e melhor treino reduz a hipótese de falhar. O cão consegue separar e diferenciar inúmeros odores, e em termos de equipamentos ainda não existe nada que faça algo idêntico. O uso de equipamentos como complemento do emprego do cão surge como uma mais valia.	Os cães conseguem ouvir a uma distância quatro vezes maior que os humanos. Tal como também têm um olfato muito mais apurado que os humanos. Além do mais assumem riscos que aos humanos apresentam-se como sendo impensáveis.

1

Fonte: Elaboração Própria

2 Relativamente ao último grupo de questões, podemos afirmar, que as características
3 inatas do cão, nomeadamente, a audição e o olfato fazem dele uma mais valia e um meio
4 eficaz a empregar, que produz resultados rápidos. O sentido olfativo dos cães é bastante
5 sensível, fazendo com que este seja capaz de seguir um rasto. Os cães recebem o cheiro

1 trazido pelo ar que respiram, que depois entra em contacto com as membranas que revestem
2 o nariz, que são muito delicadas, o que facilita seguir determinado rasto (MAI, 2007).

3 Além destas, a resistência física é superior à resistência física do ser humano. O
4 emprego do cão resulta numa poupança de recursos humanos, dado que permite a
5 “substituição do homem no desempenho de determinadas missões com eficiência e garantia
6 de êxito” e a “economia de pessoal” (MAI, 2007). Contudo, mesmo com tantas
7 potencialidades, possui algumas vulnerabilidades, nomeadamente as condições climáticas
8 e o facto de estar suscetível a ferimentos durante o trabalho da busca. O facto de se assumir
9 como um meio vantajoso não coloca de lado o uso de equipamentos de busca e salvamento.
10 Aliás a ideia da complementaridade é muito bem aceite pelos entrevistados e acarreta em si
11 uma série de vantagens. O cão representa um “extraordinário valor (...) como mais um meio
12 para o cumprimento da missão”. (MAI, 2007)

13 3.1.2. Apresentação e análise das entrevistas do Guião B e C

14

Tabela 9 - Síntese de repostas à questão n.º 1

	E5	E6	E7
Questão n.º1	Do ponto de vista da ANEPC, é apenas uma mais valia, não há grande necessidade de que o Exército invista, porque a capacidade existe na GNR e na PSP. Estando assim capacitados de desenvolver ações de emergência e proteção civil. Contudo o Exército tem missões específicas que implicam o uso desta valência. Nomeadamente, caso tenham que ser projetadas para o estrangeiro de modo a acorrer numa emergência que envolva uma FND. Ou caso integram uma força NATO para acorrer a uma emergência num país em necessidade. A grande necessidade desta valência no Exército traduz-se na possibilidade de ser empregue ao abrigo da NATO.	Do ponto de vista da UAME, esta capacidade serve não só para apoiar a UAME como também todas as entidades nacionais e até mesmo internacionais, dado ser uma valência bastante requisitada em situações de catástrofes.	Esta capacidade na GNR, já possui um desenvolvimento avançado com bastante credibilidade e um reconhecimento a nível nacional. O baixo número de situações ocorridas até à data, têm sido de baixa dimensão em que tem se conseguido dar resposta. Contudo devemos sempre deixar em aberto a possibilidade de acontecer uma catástrofe de grandes dimensões e assim sendo todos e quaisquer recursos, são uma mais valia.

Questão n°2	Face aos riscos existentes, as entidades existentes colmatam as necessidades. Contudo num cenário catastrófico de grandes dimensões quanto mais equipas melhor.	Esta valência não será nunca vista como sendo supérflua. Contudo dado que no Exército se encontra a dar os primeiros passos, há a necessidade de ter uma certificação, de modo a ter credibilidade.	As situações que surgiram, após o levantamento desta capacidade na GNR, indicam que as forças de segurança e entidades civis têm sido suficientes. O treino diário não é suficiente para garantir padrões técnicos de qualidade elevados, é necessário operar em cenários reais.
--------------------	---	---	--

1

Fonte: Elaboração Própria

2 As questões n.º 1 e 2 encontram-se intimamente ligadas entre si. A existência desta
3 capacidade no Exército é vista como uma mais valia. Seja no âmbito da atuação em TO's
4 internacionais, como parte integrante de uma força NATO ou de uma de FND, seja em
5 cenários de catástrofe alargada, em que as capacidades existentes não conseguem prestar
6 resposta é mais uma ferramenta no âmbito da proteção civil. Porém, salienta-se que nestes
7 últimos anos, as capacidades existentes fizeram face às situações que se registaram. Surge
8 assim a problemática, de que não basta só haver treino, é também necessário haver emprego
9 em cenários reais. Através do treino consegue-se atingir padrões altos de qualidade, mas
10 torna-se necessário a atuação em situações reais de modo a garantir a operacionalidade da
11 força. Só assim se consegue obter credibilidade junto dos diversos agentes de ProCiv.

12

Tabela 10- Síntese de repostas à questão n.º 3

	E5	E6	E7
Questão n°3	Tanto a missão como o treino para um cão de guerra são diferentes para um cão de busca e salvamento. O Regimento de Lanceiros, sendo unidade de Polícia do Exército, com características e missões distintas faz sentido ter mais valência. Tendo esta valência é imperativo conseguir prestar a devida manutenção, o treino e a formação necessária.	Sim. Possui infraestruturas de qualidade, pessoal motivado para o trabalho da cinotecnia. Existe também doutrina de referência. O principal obstáculo surge do facto que, dado que no Exército ainda se encontra a dar os primeiros passos, os resultados de qualidade demoram tempo, e tempo é sempre um fator crítico.	O Exército tem o necessário para potenciar esta capacidade. A GNR tem vindo a ministrar formação anualmente a graduados.

13

Fonte: Elaboração Própria

1 Apesar do historial cinotécnico do Exército, é de ter em atenção que o treino de cães
 2 para busca e salvamento difere. Aliás, desde logo, difere na raça de cães usados para esta
 3 tipologia de missões. Contudo o referencial doutrinário existente a nível nacional (caso das
 4 forças de segurança) e a nível internacional (e.g.: Espanha) facilitam a tarefa do treino.
 5 Acrescido a este aspeto é ainda possível contar, a nível nacional, com formação dada pela
 6 GNR.

7

Tabela 11- Síntese de repostas à questão n.º 4

	E5	E6	E7
Questão n.º4	<p>Num cenário de catástrofe, a coordenação é feita pela sala de operações da ANEPC, através do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil. Neste processo de coordenação o SGO e o SIOPS assumem-se como instrumentos de coordenação.</p> <p>Primeiramente recorre-se aos órgãos de forças de segurança e entidades civis ligadas às ProCiv.</p> <p>Recorre-se ao Exército em situações previamente definidas no PAMEEX ou em situações que a capacidade da GNR e PSP se esgotam e é necessário recorrer às FFAA.</p>	<p>A questão da interoperabilidade entre equipas está facilitada pelo facto de a doutrina ser em tudo muito idêntica. O que muda é o ambiente. Aspeto este que poderá ser colmatado pela diversidade de treino.</p>	<p>A ANEPC tem diretivas para estas situações. Por norma no TO, as equipas cinotécnicas ao serviço da ANEPC são comandadas por graduados da GNR.</p>

8

Fonte: Elaboração Própria

9 Em missões de âmbito de ProCiv, quem possui o comando das operações é a ANEPC.
 10 O emprego do Exército encontra-se previsto nas diferentes situações ao nível do PAMEEX.
 11 A ativação de capacidades necessárias à intervenção num cenário de acidente ou catástrofe
 12 encontra-se dependente das necessidades da ANEPC.

13 “A colaboração das Forças Armadas será solicitada de acordo com os planos de
 14 envolvimento aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, de acordo
 15 com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, mas sempre
 16 enquadrada pelos respetivos comandos militares e legislação específica;” (ANEPC,
 17 2013, p.62).

1 O facto de a capacidade, no Exército, encontrar-se a dar os primeiros passos acarreta
2 algumas dificuldades, entre elas, a falta de credibilidade (fator importante que pode ditar o
3 emprego da mesma). Contudo, num cenário de calamidade alargada, todo e qualquer recurso
4 é favorável.

5 Dado que a nível nacional, a GNR possui elevada credibilidade na vertente
6 cinotécnica, leva a que esta assuma o comando das unidades cinotécnicas num TO.

7 **Tabela 12 - Síntese de repostas à questão n.º 5**

	E5	E6	E7
Questão n.º5	Em alguns dos distritos onde o exercício terá lugar, irá decorrer o treino desta valência. O treino operacional é sempre uma mais valia para a padronização de TTP's e uma maior evolução do desempenho operacional.	O treino é sempre importante e permite a evolução de um binómio. Estes exercícios traduzem-se numa mais valia para o desenvolvimento dos mesmos.	O treino das competências técnicas e das ferramentas e capacidades de comando e controlo são uma necessidade constante. Na medida em que os exercícios simulem cenários reais, não de ser sempre uma mais valia.

8 **Fonte: Elaboração Própria**

9 A questão do treino conjunto e do treino operacional é deveras importante, na medida
10 em que permite às forças que integram estes exercícios a aquisição de competências e
11 ferramentas que se traduzem numa mais valia. Exemplo disso é o CASCADE19 onde irá
12 haver treino desta valência em alguns distritos a nível nacional, com forças que vêm de fora.
13 A ideia deste treino conjunto entre forças nacionais com forças internacionais é sem dúvida
14 um marco importante no desenvolvimento desta capacidade.

15 **3.1.3. Busca e Salvamento com recurso à cinotecnia – Modelo da UME**

16 Relativo à questão da **Doutrina**, as equipas cinotécnicas pode atuar em situações de
17 desastre, de onde resultam pessoas soterradas em escombros, neve ou outro; busca em
18 grandes áreas e na deteção de cadáveres.⁴⁶ Podem ser empregues a nível nacional como em
19 TO estrangeiro, sendo que neste último caso as equipas são autossustentáveis entre 3 a 8 dias
20 (UME, 2013).

⁴⁶ Para a deteção de cadáveres deverá dispor de um binómio especializado para tal (UME, 2010).

1 No que diz respeito à **Organização**, o pelotão de apoio encontra-se subordinado à
2 SIER, apoiando-a assim no cumprimento de missões cinotécnicas. Por norma é composto,
3 no mínimo, por três binómios cinotécnicos vocacionadas para busca e salvamento. De
4 acordo com a missão em que será empenhado, o pelotão pode articular-se de duas formas
5 diferentes. A primeira forma⁴⁷ tem a seguinte composição: um comandante de pelotão
6 (também é guia, mas não possui cão); três binómios cinotécnicos de busca e salvamento
7 (cada binómio é constituído por um guia e dois cães, o que perfaz um total de seis cães); por
8 fim, dois condutores (sem cães). Enquanto que a segunda forma⁴⁸ tem a seguinte
9 constituição: um comandante de pelotão (também é guia) com o seu cão; três guias
10 acompanhados dos seus binómios; e dois condutores também com os seus cães. O Pelotão
11 poderá ainda dividir-se em duas equipas cinotécnicas, sendo que cada uma é constituída por
12 um chefe de equipa, que também é guia e possui o seu cão, e dois guias cada um com um
13 cão seu. O guia deve sempre ser apoiado por um auxiliar que o segue à distância e o avisa
14 sobre possíveis perigos. Até que a vítima seja encontrada, cada equipa trabalha entre vinte a
15 trinta minutos, sendo que depois descansa e há troca de equipa. Após a vítima ser marcada
16 por um binómio, esse sai e entra outro que irá confirmar (UME, 2010). É dado como garantia
17 pelo *Programa de Instrucción y Adiestramiento* das equipas da UME, que leva uma hora até
18 à ativação da equipa e se necessário tem duas horas e meia para estar a embarcar num avião,
19 com o todo material e equipamento necessário (UME, 2013). Pode acontecer que apenas um
20 binómio chegue ao TO, devido a períodos de ativação. Porém mesmo nestas condições o
21 binómio pode operar sendo que não conta com outro binómio para o substituir (UME, 2010).

22 Relativamente ao **Treino**, é possível de ver em anexo, o plano de treino das equipas
23 cinotécnicas.

24 No que ao **Material** diz respeito, a estrutura do pelotão de apoio encontra-se
25 reforçado com duas viaturas todo-o-terreno, 4x4 com atrelados para transporte dos cães, tal
26 como de material de segurança e treino do cão. Os cães devem sempre ir na mesma viatura
27 que o guia. A intervenção em operações BREC pode demorar vários dias, o que leva a que
28 seja requisito obrigatório ter material que permita a higiene do binómio. Relativamente ao
29 fardamento também é necessário ter alguns cuidados de forma a garantir a higiene e a
30 proteção adequada, caso contrário não é permitido o emprego da equipa cinotécnica. O
31 fardamento deve ser ligeiro, pouco volumoso, resistente, adequado à temperatura e deve ser
32 de secagem rápida.

⁴⁷ Cf. Anexo E – Modelo A – Organização do Pelotão de Apoio.

⁴⁸ Cf. Anexo E – Modelo B – Organização do Pelotão de Apoio.

1 Na questão da **Liderança**, caso o guia ou o chefe de equipa vejam o cão desmotivado,
2 sem vontade de trabalhar, sem motivação, ou com um comportamento diferente do habitual,
3 que leve a pensar que está a ter um mau desempenho, a equipa deverá sair da área, sendo
4 chamada para o local nova equipa. O cão deve trabalhar independente do guia, este apenas
5 lhe dará os comandos estritamente necessários de modo a direcionar o cão para áreas de
6 interesse. É necessário observar constantemente as atitudes do cão, dado ser essencial na
7 avaliação da possibilidade de resgate da vítima na área designada. O excesso de ordens,
8 assim como uma obediência rígida, pode gerar no cão uma dependência (de orientação do
9 guia) que pode resultar na necessidade de remover o animal da área pois compromete a
10 missão. O controlo e a capacidade de direcionar o cão são fundamentais quando se trata de
11 uma área que não é acessível ao guia.

12 Enquadrado no vetor de desenvolvimento **Pessoal**, no caso de o cão se magoar, é
13 preciso ter cuidado dado que a dor pode torná-lo violento. Se não houver um serviço
14 veterinário disponível que possa avaliar os ferimentos do cão, será o guia ou a equipa que
15 procede à avaliação e decidirá sobre o procedimento a ser seguido. No TO existem, por
16 norma equipas que prestam apoio ao cão e existem equipas que prestam apoio aos elementos
17 constituintes dos binómios. Trata-se de uma equipa de 1ª Intervenção da SIER.

18 Relativamente às **Infraestruturas**, há referência à necessidade de ter infraestruturas
19 vocacionadas para o treino de equipas, mas não é referido qualquer tipo de especificidade.

20 Em questão de **Interoperabilidade**, a UME, ao nível das suas subunidades é
21 empenhada em diversos exercícios seja a nível nacional ou internacional, onde são alvo de
22 treino, várias valências. Conta também com várias ocorrências em cenários reais em diversos
23 TO's (UME, 2010).

24 **3.1.4. Matriz SWOT – Capacidade Cinotécnica no RL2 vocacionada para a Busca e** 25 **Salvamento**

26 Com base na entrevista exploratória de carácter informal⁴⁹ e também com base no
27 que já foi dito previamente no Capítulo 1 – *Enquadramento Teórico*, foi elaborada a
28 seguinte matriz SWOT.

⁴⁹ Cf. Apêndice Q.

1

Tabela 13– Matriz SWOT – Capacidade cinotécnica no RL2 vocacionada para a busca e salvamento

<p style="text-align: center;"><i>Strengthens (Pontos Fortes)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Historial de atividade cinotécnica; • Necessidade da FRI possuir um ModCino com a valência de busca e salvamento; • Formação conjunta (desde a presença no seminário com a associação RedDog e a formação em intervenção cinotécnica na GNR); • Existência de dois canídeos em formação com características que podem ser aproveitadas para busca e salvamento; • Existe já um levantamento de uma lista de material necessário para equipar as equipas cinotécnicas; • Existência de viaturas próprias e adaptadas ao transporte de uma equipa, por cada viatura; 	<p style="text-align: center;"><i>Weaknesses (Pontos Fracos)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não existência de fardamento adequado, o fardamento existente (camuflado) carece de desenvolvimento; • Limitação a nível de pessoal, dificultando o emprego de equipas, dado não haver guias para os cães; • Não existem infraestruturas de treino no RL2, o que implica recorrer a outras entidades e locais no exterior para a questão do treino; • Existência de um cão que faz busca em grandes áreas, mas dado ser um cão de uso de força, não pode ser empregue em missões de busca e salvamento por ser violento;
<p style="text-align: center;"><i>Oportunities (Oportunidades)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Referencial doutrinário existente (GNR e em Espanha); • Potenciar esta capacidade no âmbito da FRI e do AME; • Treino conjunto (resultante de exercícios de ProCiv); • Espera para que sejam chamados para uma formação cinotécnica em BREC na GNR. 	<p style="text-align: center;"><i>Threatnesses (Ameaças)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade na certificação de binómios por não haver programa de certificação a nível nacional; • Dificuldade em obter credibilidade por a capacidade estar a dar o primeiro passo; • Não existe treino de cães para a busca e salvamento; • Existência da capacidade em forças de segurança e entidades civis.

2

Fonte: Elaboração Própria

3

CAPÍTULO 4-CONCLUSÕES

Este capítulo materializa em si o término do presente relatório, e como tal é possível afirmar que os objetivos estabelecidos para a investigação e que tiveram como foco a pergunta de partida, “em que medida o Exército pode desenvolver a capacidade cinotécnica em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência?”, foram cumpridos. Este trabalho surge como um contributo positivo para este novo projeto do Exército, que é a busca e salvamento com recurso à cinotecnia.

Dado esta capacidade já estar desenvolvida em diversos Agentes de ProCiv, nomeadamente nas forças de segurança e também em entidades civis, que é o caso do RSBL e das inúmeras ONG’s, surgem assim como um auxiliar fulcral para que se consiga transpor para o Exército, um modelo à semelhança daquele que elas possuem. Permitindo assim materializar a capacidade na FRI e também no âmbito do AME. Como já foi referido também os Espanhóis surgem como sendo alvo de análise, isto porque, eles possuem um modelo de AME bastante proficiente e com inúmeras provas dadas tanto a nível nacional como em TO’s estrangeiros. Este modelo de apoio militar de emergência, que se consubstancia na UME, surge como uma referência internacional.

Dado que a temática em questão apresenta uma dimensão considerável, pelo facto de existirem várias especificidades de busca e salvamento com cães, surgiu a necessidade de delimitar a investigação às operações BREC. De forma a possibilitar uma melhor contextualização da investigação, foi feita a delimitação temporal referente ao intervalo de tempo desde o momento em que surgiu, na diretiva da FRI, a necessidade de o Exército Português possuir esta capacidade, que estará implementada no RL2, e o ano em que a capacidade tem que estar pronta a operar. Com base em entrevistas de elementos ligados às entidades que serviram de objeto de estudo, foi possível perceber como os modelos relativos à capacidade supramencionada se encontram implementados. Após um cruzamento de dados com documentação, fornecida pelos entrevistados e/ou retirados da plataforma online, foi possível identificar aspetos que estão desenvolvidos e que são passíveis de serem implementados e lacunas que se traduzem em aspetos a desenvolver. Esta investigação culmina com a resposta às PD e à pergunta de partida e a proposta de modelo. Esta última apresenta um conjunto de aspetos que podem ser tidos em atenção no processo de desenvolvimento da capacidade no RL2.

1 A resposta à PD1, “como é que esta capacidade está desenvolvida em diferentes
2 agentes de proteção civil?”, é dada através da verificação dos através dos resultados obtidos
3 em questão de desenvolvimento da capacidade, que mostra a existência de diferentes
4 patamares. Porém esta diferença, que é notória em termos de desenvolvimento da
5 capacidade, não nos permite afirmar que influencia diretamente os resultados obtidos a nível
6 operacional, resultantes do emprego da mesma. Até porque não foi alvo de estudo por parte
7 do autor. Mas como já foi referido esta diferença é notória, desde logo num fator que é
8 essencial e determinante no emprego de equipas cinotécnicas no âmbito da busca e
9 salvamento, a certificação de equipas. Este aspeto é transversal a todas entidades a nível
10 nacional, isto porque Portugal não possui um programa de certificação de equipas
11 cinotécnicas, para nenhuma das valências existentes. Sem dúvida alguma, traduz-se numa
12 grande lacuna. Porém, é uma lacuna que, de certo modo, é contornada pela GNR, cujos cães
13 são certificados pela Agência FRONTEX. Em proveito desta certificação que permite o
14 emprego das equipas cinotécnicas em missões internacionais, no âmbito da FRONTEX, foi
15 feita a transposição e elaborado um programa, a GNR conjuntamente com a PSP, de
16 certificação de equipas cinotécnicas para que depois possam atuar ao abrigo da ANEPC.
17 Como aspeto diferenciador, a questão da profissionalização das equipas, sendo que no caso
18 das GNR e RSBL são equipas profissionais e remuneradas, enquanto que no caso da ARC e
19 K9H-CIOPS são organizações voluntárias sem qualquer tipo de remuneração. Através das
20 entrevistas realizadas, foi possível depreender que a GNR a nível nacional é uma entidade
21 de referência a nível da cinotecnia e, por conseguinte, da busca e salvamento com recurso à
22 cães, como prova disso, é o facto de inúmeras entidades recorrerem à formação que por eles
23 é ministrada (facto observável aquando do deslocamento ao GIC para realização da
24 entrevista exploratória informal) . Dado se tratarem de entidades diferentes, dificultou a
25 possível comparação entre as mesmas. Existem alguns aspetos em questão de doutrina que
26 não diferem muito entre elas, mas que por sinal existe a necessidade de adaptar à realidade
27 da organização. Realidade esta que se depreende dos meios e material, do pessoal e também
28 da parte logística. Apesar da diferença notória em alguns aspetos já previamente enunciados,
29 há uma concordância na mais valia que o cão e as suas características representam e também
30 no papel que o guia deve ter para exaltar essas características de modo a alcançar o sucesso
31 das equipas cinotécnicas.

32 Por forma a concluir a resposta à PD1, é necessário enaltecer ainda um aspeto que
33 consubstancia em si grande importância, a questão do treino conjunto. A partilha de
34 experiências, o conhecimento daquilo que as outras entidades conseguem fazer ou as suas

1 limitações é importante e é também ainda uma lacuna, dado que existe ainda muito pouco
2 de treino conjunto entre diferentes equipas.

3 Como resposta à PD2, “De que forma é que esta capacidade está desenvolvida na
4 *Unidad Militar de Emergencias?*”, foi possível verificar através da análise documental feita,
5 que naquilo que é a estrutura orgânica da UME, existe o Pelotão de Apoio, que através dos
6 seus meios cinotécnicos presta apoio à SIER. Apesar de não ter sido alvo de análise e
7 comparação, são evidenciadas algumas aproximações ao ModCino. O modelo espanhol
8 referente à busca e salvamento com cães está bem conseguido, contudo para melhor
9 compreensão seria necessário um estudo mais aprofundado em certos vetores de
10 desenvolvimento, algo que não foi possível perceber, única e exclusivamente, através da
11 análise documental. Porém do que foi possível analisar através dos manuais e artigos
12 disponibilizados, é que a capacidade tem um alargado espectro de atuação, que não se cinge
13 apenas a nível nacional, mas também em diferentes TO’s internacionais. Possui também um
14 programa de certificação e avaliação de equipas, que porventura pode ser visto como um
15 programa a adaptar a nível nacional. É ainda de realçar a questão do treino que também ele
16 se encontra estipulado no manual e ao qual é dado grande enfoque. Foi identificado
17 anteriormente o treino conjunto como sendo uma lacuna a nível nacional, contudo no caso
18 da UME, o mesmo não acontece, por força dos inúmeros cenários de treino e exercícios em
19 que são empenhados. A UME dadas as suas dimensões, implica que tenha necessariamente
20 mais meios, mais material e mais pessoal. Tendo esta maior panóplia de vertentes, necessita
21 de uma maior organização, o que é visível através do manual disponibilizado, onde estão
22 descritos todos os pormenores relativos emprego de equipas cinotécnicas. Ao nosso nível,
23 existe o PDE 0-20-18 *Cães Militares*, claramente mais limitado. O modelo de emprego da
24 UME é um modelo passível de ser seguido pelas equipas portuguesas, contudo necessita que
25 seja feita a correta transposição consoante a capacidade cinotecnia a nível nacional.

26 Dando assim resposta à PD3, “quais as vantagens ou inconvenientes de desenvolver/
27 potenciar esta capacidade no Exército Português?”, podemos afirmar emprego de cães
28 vocacionados para a busca e salvamento é uma mais valia, dado as características inatas do
29 cão, o que, por conseguinte, faz do desenvolvimento da capacidade uma mais valia. Existem
30 alguns entraves ou condicionamentos que podem dificultar o desenvolvimento da mesma.
31 São eles a questão de a capacidade já existir nas forças de segurança e em diversas entidades
32 civis, e de estas perante os cenários que têm vindo a ser empregues têm conseguido dar
33 resposta. Contudo o desenvolvimento de mais esta valência pode ser mais uma ferramenta
34 que a ANEPC pode utilizar. Num cenário de catástrofe alargada, e em que as capacidades

1 existentes podem não ser suficientes, quantas mais valências estiverem disponíveis mais
2 eficaz será a resposta dada. Além do mais não esqueçamos que o desenvolvimento de esta
3 valência é imposição por parte da diretiva para a FRI e representa sem dúvida uma mais valia
4 se pensarmos o emprego desta capacidade integrada numa FND ou uma força NATO.

5 Contudo o levantamento da capacidade por si só não chega, é necessário que esta
6 ganhe credibilidade, o que será possível não só com treino, mas também com o seu emprego
7 em cenários reais.

8 Atendendo à PD4 “Quais são os vetores a desenvolver para a capacidade de busca e
9 salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos?”, a resposta baseia -se essencialmente
10 na matriz SWOT anteriormente apresentada. De momento, a capacidade encontra-se numa
11 fase inicial de desenvolvimento, apresentando ainda diversos aspetos que necessitam de
12 serem tidos em conta. Foram identificados como vetores a desenvolver: a doutrina, pelo
13 facto de não haver ainda programa de certificação de equipas cinotécnicas; o material,
14 essencialmente a questão do fardamento; o pessoal, dado a necessidade de incorporar mais
15 militares de modo a ser possível sustentar em termos de efetivos a capacidade;
16 infraestruturas, dado a necessidade de ter tanto infraestruturas adequadas para estadia de cães
17 como infraestruturas vocacionadas para o treino das equipas e por fim a interoperabilidade,
18 dado a importância do treino conjunto, que se consubstancia em inúmeras vantagens já
19 referidas.

20 Por fim, podemos então apresentar uma resposta à pergunta de partida, “Em que
21 medida o Exército pode desenvolver a capacidade cinotécnica em missões de busca e
22 salvamento no âmbito do apoio militar de emergência?”. tendo em atenção todos os aspetos
23 previamente enunciados, para que seja possível a materialização desta valência é
24 recomendada a resolução das lacunas já identificadas. O caso Espanhol surge como um
25 modelo de referência que corretamente aplicado ao nosso nível pode garantir o sucesso desta
26 valência, assumindo-se como mais uma ferramenta para contribuir para o bem-estar e
27 segurança da população. A nível nacional, também o caso das entidades que foram alvo de
28 estudo têm aspetos que merecem ser tidos em conta e que fazem delas entidades de
29 referência. Porém, dado a vertente militar, existe uma aproximação mais evidente à GNR,
30 sendo assim também um modelo de referência a nível nacional.

31 Em termos de limitações, temos que para a investigação foi apresentada uma amostra
32 limitada, mais do que era intenção por parte do autor. Ela é limitada em número e em termos
33 de abrangência, dado que como objetivo final foi propor um modelo, era recomendado
34 analisar mais entidades. É de salientar dois aspetos que correram menos bem. O primeiro foi

1 o facto de o autor não ter conseguido realizar uma entrevista junto da PSP. De facto, houve
2 tentativa para que tal tivesse acontecido, contudo dado a necessidade de certos formalismos
3 associados, não foi conseguido estabelecer contacto, em tempo, com elementos da PSP,
4 nomeadamente do Grupo Operacional Cinotécnico. A necessidade de entrevistar um
5 elemento da PSP, requeria uma autorização que tinha de ser solicitada por email ao Diretor
6 Nacional da mesma, o que foi feito, mas não foi obtida qualquer resposta ao mesmo,
7 impedindo assim a realização da entrevista. Outra limitação associada à amostra, foi a
8 questão de o autor não ter conseguido realizar uma entrevista junto de um elemento da UME.
9 A nível pessoal houve impossibilidade em deslocar-se até Espanha e via email, apesar de o
10 parecer a responder à entrevista via email tenha sido positivo por parte dos Espanhóis,
11 também não foi conseguido obter uma resposta dentro do prazo esperado.

12 Com base na investigação realizada foi possível perceber que existem temáticas
13 relacionadas com a cinotecnia que merecem ser alvo de investigação. São assim propostas
14 duas temáticas para futuras investigações:

15 - A pertinência de haver cães, nas equipas cinotécnicas, vocacionados para a busca e
16 salvamento de pessoas e cães vocacionados para a deteção de cadáveres;

17 - Proposta de um modelo de certificação de binómios cinotécnicos que estão única e
18 exclusivamente vocacionadas para a busca e salvamento.

19

20

1

CAPÍTULO 5-PROPOSTA DE MODELO

2

3

4

5

6

7

Com base no descrito no Capítulo 3 – *Apresentação, Análise e Discussão de Resultados* é apresentada seguinte proposta de modelo de implementação da busca e salvamento com recurso à cinotecnia no Exército. Esta prospeção de modelo atende a oito eixos estruturantes que coincidem com os vetores de desenvolvimento de uma capacidade. Cada vetor pode desdobrar-se num conjunto de possibilidades. Através da conjugação das diversas possibilidades é possível obter um possível modelo.

8

Tabela 14 -Prospeção de um possível modelo a implementar

EIXO 1 – DOCTRINA	
DOCTRINA DE REFERÊNCIA	
1. Doutrina para emprego de cães segundo UME; 2. Doutrina para emprego de cães aplicada a nível nacional.	
EMPREGO EM OPERAÇÕES	
1. Apoio Sanitário: a. Profissional Veterinário que acompanha operações; b. Profissional Veterinário que fica na unidade/ organização; c. Recorrer a clínicas ou hospitais veterinários civis.	3. Tipologia de Cenários: a. Escombros; b. Meio aquático; c. Grandes Áreas; d. Detecção de Cadáveres; e. Mais do que um dos tópicos anteriores.
2. Apoio Logístico: a. Proveniente da própria Unidade; b. Proveniente da Unidade que apoia	4. Período de Autossustentação a. até 5 dias; b. de 5 a 10 dias; c. mais do que 10 dias.
5. Período de empenhamento dos binómios: a. Até 15 minutos; b. De 15 a 30 minutos; c. De 30 a 60 minutos; d. Mais de 60 minutos.	6. Número mínimo de binómios a empenhar: a. 1; b. 2; c. 3; d. Quantos tiver disponíveis.
EIXO 2 – ORGANIZAÇÃO	
EQUIPAS CINOTÉCNICAS	
1. Constituição dos binómios: a. Guia + cão; b. Guia + cão + auxiliares; c. Guia + cão + auxiliares + socorrista;	2. Tipo de Estrutura da força: a. Hierárquica; b. Não Hierárquica.
PRONTIDÃO DAS EQUIPAS	
1. Estados de prontidão: a. Até 1 hora; b. De 1 hora até 2 horas; c. Mais do que 2 horas;	
EIXO 3 – TREINO	
PLANOS DE TREINO	FORMAÇÃO PRÉVIA DE CINOTECNIA
a. Com base em experiência própria; b. Com base em formações em entidades nacionais; c. Com base em formações em entidades espanholas.	É necessário ter formação prévia em cinotecnia? a. Não, ideias pré-concebidas prejudicam. b. Sim é. Experiência no trato de cães. c. Sim é, cursos específicos;
FORMAÇÃO DO BINÓMIO	CERTIFICAÇÃO DE EQUIPAS
a. 3 a 8 meses; b. 8 a 12 meses; c. 1 a 2 anos;	a. Criação de um programa de certificação de equipas cinotécnicas a nível nacional; b. Adaptar tabelas, processo de certificação e

d. Mais de 3 anos.	avaliação que os Espanhóis da UME têm implementado; c. Com base na certificação da GNR conseguida junto da FRONTEX elaborar uma tabela de certificação de binómios.
EIXO 4 – MATERIAL	
VIATURAS	
a. Viaturas comerciais; b. Jipes 4X4.	
TRANSPORTE DE CÃES	
a. Jipes (separação física dos elementos e dos cães) b. Atrelados c. Caixas de Transportes	
FARDAMENTO	
1. O fardamento de treino é igual ao de operações? a. Sim; b. Não.	Tipologia de Fardamento: a. Fardamento a 2 peças; b. Fato macaco.
Características do Fardamento: a. Anti-estático; b. Fácil lavagem e rápida secagem; c. Sem elásticos; d. Reforçado; e. Equipado com material de treino de cão; f. Garante liberdade de movimentos; g. Garante proteção; h. Equipamentos em material de uso individual.	
EIXO 5 – LIDERANÇA	
GESTÃO EM CASO DE BAIXAS	
1. Caso o cão seja baixa: a. Chama nova equipa; b. Opera com o(s) binómio(s) remanescente(s).	2. Caso o guia seja baixa: a. Os restantes elementos da equipa estão aptos a trabalhar com o cão; b. É chamado a operar novo binómio, pois cada cão tem apenas um guia;
GESTÃO DO STRESS	
a. O guia deve ter formação em primeiros-socorros psicológicos; b. O guia deve ser acompanhado por uma estrutura de psicologia; c. O guia deve ter formação em primeiros socorros psicológicos e ser acompanhado por uma estrutura de psicologia.	
CARACTERÍSTICAS DO GUIA	
a. Pessoa não violenta; b. Capaz de criar boas expectativas no cão; c. Ter autocontrolo e gestão emocional; d. Capaz de manter a sua calma e a calma nos outros; e. Deve ter conhecimento de cães e gosto por estes.	
EIXO 6 – PESSOAL	
VALÊNCIAS PARA PERTENCER ÀS EQUIPAS CINOTÉCNICAS	
a. Especialização em pronto socorro (e.g: primeiros-socorros; suporte básico de vida; primeiros-socorros psicológicos) b. Especialização em busca e salvamento (e.g: 1ª intervenção em busca e resgate) c. Especialização em formação cinotécnica (e.g.: curso de tratador/ condutor de cão; curso de intervenção cinotécnica)	
AQUISIÇÃO DE CÃES	
a. Compra em Portugal; b. Compra no Estrangeiro; c. Doação; d. Resgate; e. Procriação.	
RAÇAS DE CÃES VOCACIONADAS À BUSCA E SALVAMENTO	
a. Pastor-belga malinois; b. Pastor-holandês; c. Pastor-alemão; d. Border collie; e. Labrador; f. Rottweiler.	
EIXO 7 – INFRAESTRUTURAS	
ESTADIA DE CÃES	
a. Canis; b. Boxes;	

c. Casa dos guias.	
CARACTERÍSTICAS QUE O ESPAÇO DEVE TER	
a. Espaço individual; b. Boa orientação solar; c. Chão antiderrapante; d. Cama; e. Bebedouros automáticos; f. Telha térmica; g. Paredes térmicas; h. Luz e tomada elétrica; i. Outras.	
INFRAESTRUTURAS DE TREINO	
a. Pistas de escombros; b. Túneis soterrados; c. Esconderijos horizontais; d. Esconderijos verticais; e. Esconderijos aéreos; f. Pista de agilidade; g. Caixa de fixação; h. Infraestruturas no exterior; i. Matas; j. Ambientes aquáticos; k. Caixas para vítimas soterradas.	
EIXO 8 – INTEROPERABILIDADE	
TREINO CONJUNTO	
a. Não. b. Sim, com forças ou entidades nacionais; c. Sim, com forças ou entidades estrangeiras; d. Sim, com forças ou entidades nacionais e estrangeiras.	a. Exercícios operacionais; b. Intercâmbios; c. Estágios.
FORMAÇÃO CONJUNTA	
a. Não. b. Sim, com forças ou entidades nacionais; c. Sim, com forças ou entidades estrangeiras; d. Sim, com forças ou entidades nacionais e estrangeiras.	a. Intercâmbios; b. Palestras; c. Estágios; d. Seminários.
COMPLEMENTARIDADE DO CÃO COM OUTROS EQUIPAMENTOS	
a. Sim, mas o cão atua em complementaridade aos equipamentos de busca e salvamento; b. Sim, mas os equipamentos atuam em complementaridade ao cão; c. Não.	

1

Fonte: Elaboração Própria

2

1 BIBLIOGRAFIA

- 2 Academia Militar - Direção de Ensino. (2016). Normas para a Redação de Trabalhos de
3 Investigação . *Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1.ª de 20 janeiro.*
- 4 Allsopp, N. (2011). *Cry Havoc : The History of War Dogs.* Austrália: New Holland
5 Publishers Pty Ltd.
- 6 Assembleia da República [AR]. (2005). *Constituição da República Portuguesa* (Vol. II).
7 Lisboa: Almedina.
- 8 Assembleia da República [AR]. (6 de Novembro de 2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de
9 Novembro. *Diário da República, 1.ª série - N.º 213, 8043 - 8051.*
- 10 Assembleia da República [AR]. (3 de agosto de 2015). Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto. *Diário*
11 *da República, 1.ª série — N.º 149, 5311-5326.*
- 12 Assembleia da República [AR]. (1 de abril de 2019). Decreto - Lei n.º 45/2019 de 1 de abril.
13 *Diário da República, 1.ª série - N.º 64, 1798-1808.*
- 14 Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil [ANEPC]. (2009). *Plano Especial de*
15 *Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos*
16 *Limítrofes.* Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- 17 Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil [ANEPC]. (2013). *Plano Nacional de*
18 *Emergência de Proteção Civil.* Obtido em 9 de Fevereiro de 2019, de Prociv:
19 http://www.prociv.pt/bk/RISCOSPREV/Documents/Componentes_p%C3%BAblicas.pdf
20
- 21 Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo.* (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trads.) São Paulo:
22 Edições 70.
- 23 Chefe de Estado Maior-General das Forças Armadas. (2018). *Diretiva Operacional N.º*
24 *004/CEMGFA/2018 - ALT I : Força de Reação Imediata.* Lisboa: EMGFA.
- 25 Conselho de Chefes de Estado-Maior [CCEM]. (2014a). *Conceito Estratégico Militar.*
26 Lisboa: Ministério de Defesa Nacional.
- 27 Conselho de Chefes de Estado-Maior [CCEM]. (2014b). *Missões das Forças Armadas.*
28 Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- 29 Costa, D. d. (23 de Março de 2019). Entrevista ao Comandante Operacional da ANEPC.
30 Estado-Maior do Exército [EME]. (2018). *Plano de Apoio Militar de Emergência*
31 *(PAMEEX).* Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- 32 Exército Português. (2012). *PDE 3-00 Operações.* Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

- 1 Exército Português. (2015). *PDE 0-20-18 Emprego de Cães Militares*. Lisboa: Ministério
2 da Defesa Nacional.
- 3 Fernandes, I., Figueiredo, H., Júnior, H., Sanches, S., & Brasil, Â. (2015). Planejamento
4 Estratégico: Análise SWOT. *Revista Conexão Eletrônica das Faculdades Integradas*
5 *de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul*(8.01).
- 6 FRONTEX. (25 de Fevereiro de 2019). *FRONTEX foreword*. Obtido de FRONTEX :
7 <https://frontex.europa.eu/about-frontex/foreword>
- 8 Gaspar, A. M. (24 de Setembro de 2014). Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas. *Pela*
9 *Lei e Pela Grei : Proteção e Socorro*(103), 24-29.
- 10 Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- 11 Godfrey-Smith, D. (fevereiro de 2004). Effective Use of Dogs in Search Management.
12 *Search & Rescue Dogs of Tasmania* .
- 13 Gomes, A. (2005). *Busca e Salvamento* (2ª ed., Vol. XI). Sintra: Escola Nacional de
14 Bombeiros.
- 15 Guarda Nacional Republicana [GNR]. (25 de Fevereiro de 2019). *GNR - Comunicado*.
16 Obtido de <http://www.gnr.pt/comunicado.aspx?linha=4402>.
- 17 Guarda Nacional Republicana [GNR]. (s.d.). *Estratégia da Guarda 2020 : Uma Estratégia*
18 *de Futuro*. Obtido em 24 de 02 de 2019, de <http://www.gnr.pt/estrategia.aspx>.
- 19 Inspección General de Sanidad de la Defensa. (2012). *Empleo del Perro en Defensa y*
20 *Seguridad: Técnicas de Adiestramiento e Instrucción del Guía Canino*. s/l:
21 Ministerio de Defensa.
- 22 International Search and Rescue Advisory Group [INSARAG]. (2015). *INSARAG:*
23 *Guidelines and Methodology* (Vol. 1). Genebra: United Nations, Office for the
24 Coordination of Humanitarian Affairs.
- 25 K9H - Corpo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro [K9H-CIOPS]. (2019).
26 *Força de Busca e Salvamento: Regulamento Interno*.
- 27 K9H-Corpo de Intervenção em Operações de Pronto Socorro [K9H-CIOPS]. (s.d.). Obtido
28 em 27 de março de 2019, de <http://www.ciops.pt>
- 29 Kólesar, S. (2016). *Modernization of Armed Forces of the Slovak Republic: Coming from*
30 *Cold War era to the 21st Century (Diploma thesis)*. Slovak Republic.
- 31 Laranjeira, J. A. (1987). A Proteção Civil e a Defesa Nacional. *Nação e Defesa*.
- 32 Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.).
33 São Paulo: Atlas.

- 1 Ministério da Administração Interna [MAI]. (15 de 03 de 2007). Parecer da Procuradoria-
2 Geral da República n.º 108/2006. *Diário da República*.
- 3 Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2014). Despacho n.º 11400/2014 : Diretiva
4 Ministerial de Planeamento de Defesa Militar. *Diário da República n.º 175/2014*,
5 *Série II de 2014-09-11*, 23656 - 23657.
- 6 Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2015). Quadro Orgânico n.º 09.07.07 : Regimento
7 de Lanceiros N.º 2 (RL2) Amadora .
- 8 Ministerio de Defensa. (s.d.). *Equipo "SP USAR UME"*. Obtido em 1 de março de 2019, de
9 Defensa: <http://www.defensa.gob.es/ume/usar/index.html>
- 10 Miranda, P. J., Casinha, A. M., Balinha, P. J., & Coelho, R. M. (2018). *Apoio do Exército*
11 *na Prevenção e Resposta a Acidentes Graves e Catástrofes*. Trabalho de investigação
12 de grupo, Curso Promoção a Oficial Superior do Exército, em Instituto Universitário
13 Militar, Lisboa .
- 14 NATO. (2018). *AMDWP-1: Military Working Dog Capabilities*. Bruxelas: NATO
15 Standardization Office.
- 16 Patrick, V. H. (s/d). *What about DOTMLPFI?* Obtido em 20 de Fevereiro de 2019, de
17 Webdiver: [https://www.webdiver.be/Non_diving/Docs/Article-03-What-about-](https://www.webdiver.be/Non_diving/Docs/Article-03-What-about-DOTMLPFI.pdf)
18 [DOTMLPFI.pdf](https://www.webdiver.be/Non_diving/Docs/Article-03-What-about-DOTMLPFI.pdf)
- 19 Perkins, J. R., & Dagley, K. (2005). Current Issues and Research in Veterinary Behavioural
20 Medicine. *Canine Behaviour Type Index*.
- 21 Pinto, M. A. (2013). A Cinotecnia na Guarda - Novo Ciclo. *Pela Lei e Pela Grei*(100), 24-
22 59.
- 23 Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e*
24 *Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2ª ed.). Novo Hamburgo:
25 Universidade Feevale.
- 26 *Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa [RSBL]*. (s.d.). Obtido em 4 de março de
27 2019, de CM-Lisboa: [http://www.cm-lisboa.pt/viver/seguranca/regimento-de-](http://www.cm-lisboa.pt/viver/seguranca/regimento-de-sapadores-bombeiros)
28 [sapadores-bombeiros](http://www.cm-lisboa.pt/viver/seguranca/regimento-de-sapadores-bombeiros)
- 29 Resolução de Conselho de Ministros. (2013b). *Defesa 2020*. Obtido em 20 de 02 de 2019,
30 de Defesa: <https://www.defesa.pt/documents/livro%20defesa%202020.pdf>
- 31 Resolução do Conselho de Ministros. (2013a). *Defesa 2020*. Lisboa: Diário da República.
- 32 Santos, G. (18 de março de 2019). Entrevista.
- 33 Santos, L. A., & Lima, J. M. (2016). *Orientações metodológicas para a elaboração de*
34 *trabalhos de investigação*. Lisboa: Cadernos do IESM N.º 8.

1 Unidad Militar de Emergencia [UME]. (2013). UME A Fondo - Equipos Cinológicos.
2 *Soldados de otra raza.*

3 Unidad Militar de Emergencias [UME]. (2010). *Orientaciones: Empleo de los Equipos*
4 *Cinológicos de los Pelotones de Apoyo UME.* s/l: s/n.

5 Yin, R. K. (1994). *Case Study Research : Design and Methods* (3ª ed., Vols. 5 - Applied
6 Social Research Methods Series). California: SAGE Publications, Inc.

7 Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (2ª ed.). (D. Grassi, Trad.) São
8 Paulo: Armed Editora Ltda.

9

10

11

APÊNDICES

Apêndice A - Modelo de Análise

Tabela 15 - Modelo de Análise

Título	O emprego dos binómios Cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência. O caso do Exército Português.	
Argumento	Proposta de Modelo da Capacidade de Busca e Salvamento com Binómios Cinotécnicos no Exército Português	
Objetivo Geral	Aferir quais são os aspetos a desenvolver para que seja possível criar a capacidade de busca e salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos no Exército Português, aferindo as suas vantagens e inconvenientes neste processo.	
Objetivos Específicos	Perguntas Derivadas	Pergunta de Partida
OE1: Analisar como a capacidade suprarreferida está desenvolvida em diferentes Agentes de Proteção Civil e Forças e Serviços de Segurança.	PD1- Como é que esta capacidade está desenvolvida em diferentes agentes de proteção civil?	Em que medida o Exército pode desenvolver a capacidade cinotécnica em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência?
OE2: Analisar como a capacidade está desenvolvida na <i>Unidad Militar de Emergencias</i> .	PD2- De que forma é que esta capacidade está desenvolvida na <i>Unidad Militar de Emergencias</i> ?	
O3: Aferir quais as vantagens e inconvenientes de desenvolver esta capacidade no Exército do Português.	PD3- Quais as vantagens ou inconvenientes de desenvolver/ potenciar esta capacidade no Exército Português?	
O4: Aferir as necessidades e os vetores a desenvolver de modo a esta potenciar capacidade no Exército.	PD4- Quais são os vetores a desenvolver para a capacidade de busca e salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos?	

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice B-Vetores DOTMLPII/ Vetores de Desenvolvimento

Tabela 16 – Vetores DOTMLPII / Vetores de Desenvolvimento

Vetor	Descrição
Doutrina	Aferir as técnicas, táticas e procedimentos para a condução de operações. Compreende o <i>know-how</i> .
Organização	Toda e qualquer capacidade militar tem por base um organigrama/ uma estrutura. Assim sendo este vetor pretende aferir qual a estrutura/ organigrama de modo a operar e sustentar determinada capacidade. Pretende também aferir se a estrutura é modular e flexível, permitindo fazer face aos desafios que surjam. Este vetor está diretamente pendente do vetor <i>Doutrina</i> .
Treino	Aferir a prontidão de uma determinada U/E/O para o cumprimento de determinada missão. Aferir qual a preparação que é feita a nível do emprego da U/E/O para determinada operação e aferir em que nível da organização é que essa preparação é aplicada (dentro do organigrama, onde e a quem é aplicado essa preparação). Este vetor visa a aprendizagem do <i>know-how</i> e o seu emprego de forma eficaz numa determinada operação.
Material	Aferir quais os materiais, equipamentos, sobressalentes e tecnologia necessários para equipar determinada U/E/O. Aferir também qual a disponibilidade dos mesmos e qual a prontidão dos mesmos a fim de serem empregues na condução de determinada operação.
Liderança	Destina-se a conferir as competências necessárias ao desempenho do respetivo cargo dentro de determinada capacidade. Está relacionado com a formação do indivíduo e com as competências associadas ao comando e chefia que este deve possuir.
Pessoal	Conferir quais são os quantitativos necessários em recursos humanos para operar e sustentar determinada capacidade.
Infraestruturas	Neste vetor temos que pensar em infraestruturas para o pessoal e para o material. É um vetor que apresenta significativa importância para os referidos previamente. Assim sendo, importa aferir quais as infraestruturas necessárias para o alojamento, treino e aprontamento de forças bem como para o alojamento e manutenção de material.
Interoperabilidade	Permite conferir coerência à capacidade em questão e consolida a sua eficácia no cumprimento dos objetivos pré-estabelecidos (táticos, operacionais e/ou estratégicos). É um processo de cooperação e coordenação com diferentes U/E/O, visando a normalização e o correto emprego e sincronização de todos os vetores anteriormente descritos, em determinada capacidade.

Fonte: Adaptado a partir de Kólesar (2016) e Patrick (s/d)

Apêndice C - Relação entre a recolha de dados e as Perguntas Derivadas

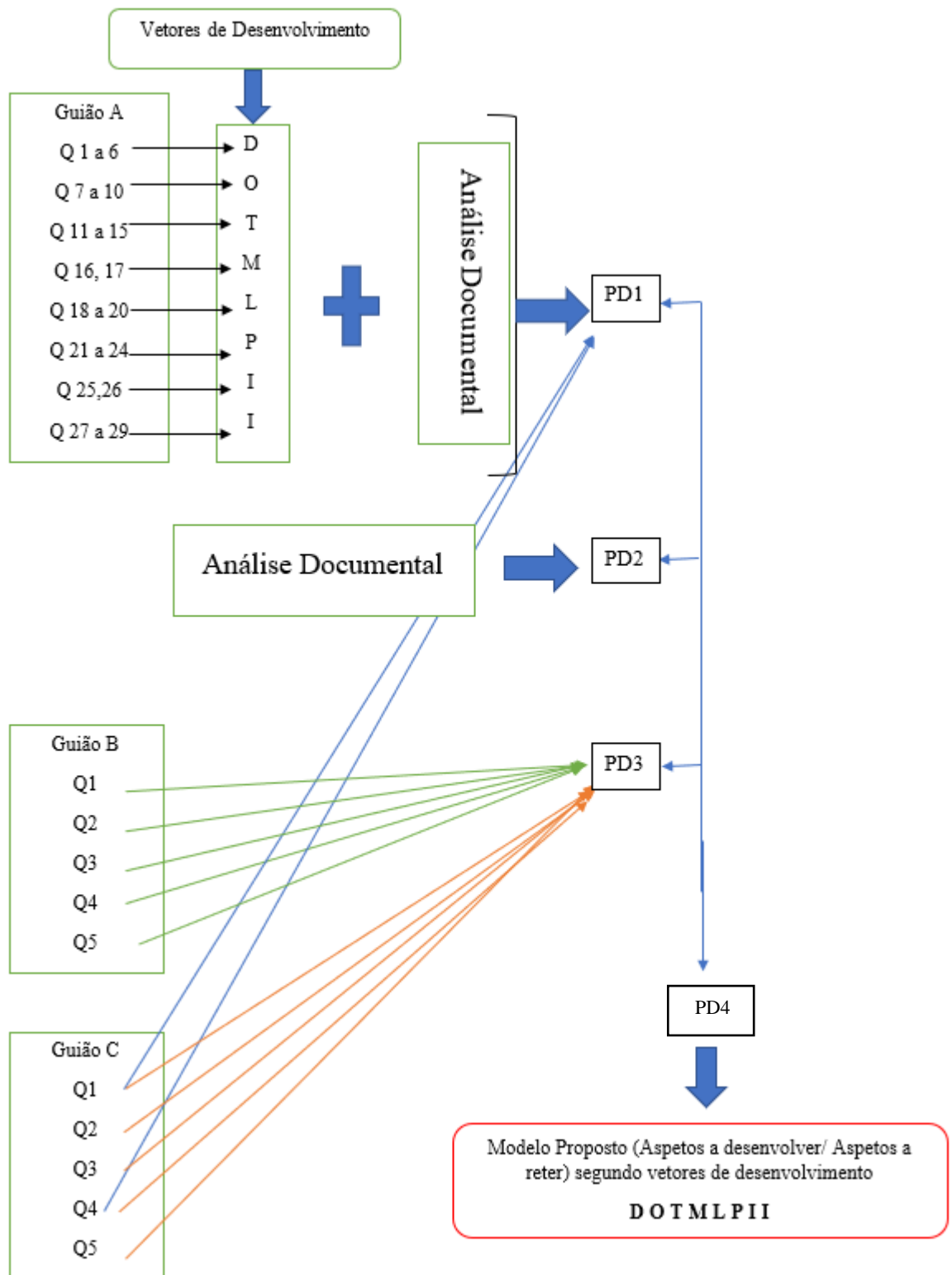


Figura 1: Relação entre a recolha de dados e as Perguntas Derivadas

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice D - Tabela de Pessoas Entrevistadas

Tabela 17 – Tabela de Pessoas Entrevistadas

	Nome	Género	Idade	Posto	Função	Local
E1	Mário José Figueiredo Ferreira	Masculino	45	Subchefe 1ª Classe	Formação	Chelas (RBSL)
E2	Hermínio Sérgio Soares Jesus	Masculino	39	Coordenador operacional da força de busca e salvamento	Instrutor da unidade cinotécnica	Águas-Santas, Maia (Base Operacional do K9H – CIOPS)
E3	André Samuel Ginete Sobreira	Masculino	28	Capitão	Comandante de Companhia do GIC	Queluz (GIC)
E4	Gonçalo Alexandre Costa Santos	Masculino	43	Presidente da ARC	Binómio Operacional	Colares-Sintra
E5	Duarte da Costa	Masculino	58	Brigadeiro-General	Comandante Operacional de Emergência e Proteção Civil	Carnaxide (ANEPC)
E6	Mário Alexandre de Meneses Patrício Álvares	Masculino	53	Coronel	Comandante do RAME	Abrantes (RAME)

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice E - Carta de Apresentação para Guiões de Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

O emprego dos binómios cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência. O caso do Exército Português.

Autor: Aspirante de Cavalaria Davide Miguel Sá da Silva

Orientador: Coronel de Artilharia César Reis

Co-Orientador: Major de Engenharia Sérgio Trindade

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019

1. Informação Fornecida ao Entrevistado

- a) Pedido de autorização para gravar em áudio a entrevista.
- b) Apresentação do entrevistador ao entrevistado e posterior definição dos objetivos e critérios da entrevista.

Gostaria antes de mais de agradecer-lhe pela sua disponibilidade em participar nesta entrevista. Sou o Aspirante de Cavalaria Davide Silva e de momento estou a realizar o meu Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “O emprego dos binómios cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência. O caso do Exército Português.”

Como objetivo geral desta entrevista, pretende-se aferir quais são os aspetos a desenvolver para que seja possível criar a capacidade de busca e salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos no Exército Português, aferindo as suas vantagens e inconvenientes neste processo.

Sendo assim os objetivos específicos desta investigação são:

Analisar como a capacidade suprarreferida está desenvolvida em diferentes Agentes de Proteção Civil;

Analisar como a capacidade está desenvolvida na *Unidad Militar de Emergencias*;

Aferir quais as vantagens e inconvenientes de desenvolver esta capacidade no Exército do Português;

Aferir as necessidades e os vetores a desenvolver de modo a potenciar a capacidade no Exército.

A duração da entrevista dependerá da disponibilidade do entrevistado e consoante autorização seja concedida, será gravada em áudio. O entrevistado possui também o direito de responder ou não às perguntas que serão colocadas.

O guião apresenta um total de vinte e nove questões, contendo algumas questões de resposta direta e outras de desenvolvimento. Apesar da sua extensão, agradeço a compreensão.

As questões estão diretamente correlacionadas com os vetores de desenvolvimento de uma capacidade, nomeadamente, Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade.

2. Consentimento de realização de Entrevista

É lhe pedido que leia atentamente o documento de consentimento de realização de entrevista e que assine o mesmo como indicado, caso esteja de acordo com o mesmo.

3. Identificação do Entrevistado

Nome:

Género:

Idade:

Posto:

Função:

Local:

Data:

4. Entrevista

Todas as respostas dadas nesta entrevista serão alvo de análise à posteriori sendo o seu conteúdo fundamental para a investigação. Assim sendo, é lhe pedido que as suas respostas sejam o mais completas possíveis.

Caso pretenda realizar uma análise das respostas posteriormente, as mesmas serão disponibilizadas. O trabalho final poderá também ser lhe facultado após a sua aprovação sendo que o mesmo estará disponível no Repositório Comum da biblioteca da Academia Militar.

Apêndice F - Declaração de Consentimento para realização de Entrevistas

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Tomei conhecimento que o no âmbito do ciclo de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria se encontra a realizar um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “O emprego dos binómios cinotécnicos em missões de busca e salvamento no âmbito do apoio militar de emergência. O caso do Exército Português.” O Trabalho de Investigação Aplicado supramencionado está a ser realizado pelo Aspirante de Cavalaria Davide Silva e com a orientação do Coronel de Artilharia César Reis e do Major de Engenharia Paraquedista Sérgio Trindade.

Com esta declaração, concordo em participar numa entrevista presencial realizada pelo Aspirante Davide Silva onde serão efetuadas um conjunto de perguntas previamente definidas. Declaro ainda que não irei usufruir de qualquer compensação proveniente da entrevista. Após a investigação os resultados poderão ser obtidos através do investigador ou através do Repositório Comum da biblioteca da Academia Militar.

Aceito participar na entrevista proposta.

Assinatura: _____

Data: __/__/____

Obrigado pela sua disponibilidade e colaboração

Davide Silva

Aspirante de Cavalaria

Contacto: 932414309

E-mail: davidesilva351@gmail.com

Apêndice G – Corpo de Questões Guião de Entrevista A

Tabela 18 - Corpo de Questões

<p style="text-align: center;">Doutrina</p>	<p>1 - Quanto tempo é que a capacidade da busca e salvamento demora a ser levantada?</p> <p>2 - Qual o método escolhido para quantificar quantos binómios são necessários empenhar (área, vítimas desaparecidas, tempo de busca ou outro)?</p> <p>3 - Em que situações a força é empenhada?</p> <p>4 - Quais as necessidades que os binómios devem ter quando estão a operar no TO em termos de sustentação? Qual o período que uma equipa/ força consegue ser autossustentável?</p> <p>5 - Como é que é prestado o apoio sanitário aos canídeos?</p> <p>6 - Qual é o tempo médio que um vetor pessoal-animal consegue operar no TO?</p>
<p style="text-align: center;">Organização</p>	<p>7 - A força é constituída por quantos binómios?</p> <p>8 - Como é que a força deve estar organizada?</p> <p>9 - Qual é o estado de prontidão dos binómios/ equipas?</p> <p>10 - Aquando da necessidade de empenhar binómios numa operação, como é que se procede desde à ativação dessa equipa até a que esta esteja no TO pronta a operar?</p>
<p style="text-align: center;">Treino</p>	<p>11 - Existem planos de curso para formação das equipas? Se sim, em que consistem?</p> <p>12 - Quanto tempo demora a formar um binómio?</p> <p>13 - Os binómios são submetidos a algum tipo de treino ambiental?</p> <p>14 - Existe a necessidade de ter uma formação prévia de cinotecnia? Se sim, que tipo de formação estamos a falar?</p> <p>15 - As equipas estão certificadas? Se sim, qual a entidade que as certifica e como é feito o processo de certificação?</p>
<p style="text-align: center;">Material</p>	<p>16 - Que tipologia de viaturas as equipas/ binómios estão dotados?</p>

	<p>17 - Qual é o fardamento que os militares usam para treino? E para as operações?</p>
Liderança	<p>18 - Que características o tratador/condutor deve possuir de modo a conseguir estabelecer uma relação de confiança com o cão?</p> <p>19 - No caso de baixa de um dos elementos do binómio, como é feita essa gestão?</p> <p>20 - Em momentos de elevado stress, próprio de situações de busca e salvamento, como deve ser feita a gestão de emoções por parte do tratador?</p>
Pessoal	<p>21 - Quantos elementos integram as equipas?</p> <p>22 - Que requisitos um elemento deve possuir quando pertence a estas equipas?</p> <p>23 - Possuem cães próprios? Se sim, como é que eles foram adquiridos?</p> <p>24 - Quais os cães que melhor se adaptam a este tipo de equipas e até que idades podem operar?</p>
Infraestruturas	<p>25 - Possuem infraestruturas para a estadia de cães? Que tipo de infraestruturas são as mais adequadas para a estadia de cães?</p> <p>26 - Possuem estruturas dedicadas ao treino das equipas? Que tipo de infraestruturas são as mais adequadas para o treino de cães?</p>
Interoperabilidade	<p>27 - Quais são as potencialidades e as vulnerabilidades associadas aos binómios de busca e socorro?</p> <p>28 - Existe treino conjunto com equipas de outro Ramo/ Entidade/ Organização? Quais as vantagens ou inconvenientes que advêm desse treino conjunto?</p> <p>29 - Em que medida é que os cães se apresentam como sendo mais vantajosos que outros meios de busca e salvamento, como radares, câmaras térmicas, etc?</p>

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice H - Corpo de Questões Guião de Entrevista B

Corpo de Questões:

Questão n.º 1

- Recentemente, surgiu a necessidade do GPE do RL2 desenvolver a valência da busca e salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos. Na sua opinião em que medida é que esta capacidade pode apoiar a ANEPC/ UAME?

R:

Questão n.º 2

- Considera, o desenvolvimento desta capacidade uma mais valia para o apoio do Exército em Operações de Apoio Civil? Ou as entidades civis que possuem esta capacidade colmatam as necessidades existentes?

R:

Questão n.º 3

- A cinotecnia no Exército Português encontra-se vocacionada essencialmente para os cães de guerra. Do conhecimento que tem do Exército, será o necessário para potenciar a busca e salvamento com cães?

R:

Questão n.º 4

- É sabido que existem várias entidades civis, forças de segurança e outros agentes de proteção civil que possuem a capacidade suprarreferida. Como é que está prevista a coordenação destes meios? O emprego das equipas do Exército enquadra-se sob a mesma forma de coordenação ou carece de diretivas específicas?

R:

Questão n.º 5

- Existem exercícios em que se treine a valência da Busca e Salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos e a interoperabilidade entre os vários agentes de proteção civil? No grande exercício de Proteção Civil, Cascade'19, está previsto o treino desta valência? Se sim, onde é que podemos ver e que forças é que irão estar empenhadas? Se não, considera uma lacuna? Julga conveniente ser um aspeto a ter em atenção para treinos/ exercícios futuros?

R:

Apêndice I – Corpo de Questões Guião de Entrevista C

Corpo de Questões:

Questão n.º 1

- Recentemente, surgiu a necessidade do GPE do RL2 desenvolver a valência da busca e salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos. Na sua opinião em que medida é que esta capacidade pode-se coordenar com o GIC ou até complementar?

R:

Questão n.º 2

- Considera, o desenvolvimento desta capacidade uma mais valia para o apoio do Exército em Operações de Apoio Civil? Ou as entidades civis que possuem esta capacidade colmatam as necessidades existentes?

R:

Questão n.º 3

- A cinotecnia no Exército Português encontra-se, até à data, vocacionada essencialmente para os cães de guerra. Do conhecimento que tem do Exército, terá este o necessário para potenciar a busca e salvamento com cães?

R:

Questão n.º 4

- É sabido que existem várias entidades civis, forças de segurança e outros agentes de proteção civil que possuem a capacidade suprarreferida. Como é que está prevista a coordenação da capacidade na GNR junto da ANEPC? Carece de diretivas específicas?

R:

Questão n.º 5

- Existem exercícios em que se treina a valência da Busca e Salvamento com recurso aos binómios cinotécnicos e a interoperabilidade entre os vários agentes de proteção civil? Considera este intercâmbio de conhecimento e treino uma mais valia? Se sim, em que medida?

R:

Apêndice J - Entrevista Sr. Mário Ferreira (RSBL)

1. “Passa por duas fases, a fase inicial que é a formação do guia. A primeira fase de formação do cão, pode ser modular e demorar 2 a 3 meses, como pode ser uma formação de 6 meses como pode ser uma que nós vamos tirar agora que é de 1 ano. Depois tem a formação do cão! Por norma os cães vêm para nós com 4 a 5 meses e passa depois por um período de habituação onde se verifica se possuem as características para a busca e salvamento. Se não possuir é devolvido ao proprietário. Se as reunir entra numa fase de treino aí pelos 9 meses de idade. Para o cão atingir o patamar máximo de operacionalidade estamos a falar em 10 a 12 meses (isto só treino do cão).”

2. “Acaba por passar um pouco por esses fatores e mais alguns. No caso de uma situação de escombros temos que trabalhar no mínimo com 2 binómios, uma marca e sai e depois vem o outro cão e confirma. Aqui no regimento temos como mínimo para sair para qualquer ocorrência 3 binómios, que de momento são todos os que temos operacionais de momento.”

3. “Derrocadas de edifícios, deslizamento de terras, explosões (dá origem a escombros ou projeção de escombros) (...) Depois se houver solicitação externa seja pela Proteção Civil seja entidades estrangeiras que solicitem a Portugal este tipo de meios.”

4. “Depende da organização da força, integrados no módulo do Regimento temos de autonomia 10 dias, se a unidade cinotécnica sair por si só, cerca de 4 dias.”

5. “No Regimento temos uma médica veterinária, se sairmos para fora temos essa possibilidade de termos connosco a médica veterinária a apoiar.”

6. “Aqui em Lisboa os nossos cães são especializados em escombros (...) conseguirá trabalhar cerca de 15/20 minutos seguidos, trata-se de um esforço muito grande. No caso de grandes áreas, como exemplo os desaparecimentos em florestas, consegue trabalhar 1/2 horas seguidas, dado que o cenário é diferente e menos desgastante.”

7. “Neste momento temos 3 binómios operacionais.”

8. “Estes elementos que aqui estão integrados na companhia, nas equipas, são bombeiros que fazem socorro normalmente. Não é a situação ideal, pois supondo que estão a combater um incêndio, caso surja uma situação que seja necessário sair com os binómios não temos os elementos para sair com os cães. A situação não é a ideal, mas por limitações de pessoal é a possível. Temos os elementos que estão colocados na companhia e que fazem de binómios e auxiliares na unidade, são o patamar mais baixo na hierarquia, acima deles estou eu que sou o chefe da equipa. Acima temos a companhia e segue a hierarquia normal,

temos o comandante de batalhão acima e depois temos o Comando. A equipa tem 9 elementos comigo, sendo que 3 são binómios e os restantes são auxiliares. Cada binómio tem no mínimo 1 auxiliar, para controlar o terreno, sendo que nós aqui usamos 2.”

9. “Se os elementos estiverem unicamente focados apenas em ocorrências que impliquem o emprego de cães, respondem ao minuto. Mal se saiba da derrocada de um edifício, eles intervêm de imediato, é só o tempo de colocar os cães no atrelado. Se por motivo de folgas, férias, entre outros, os elementos não estejam no quartel, desde o momento em que a central aciona as equipas até estarem prontos a sair já com tudo pronto, 40 minutos.”

10. “Nós somos contactados por telefone onde apenas nos dizem o tipo de ocorrência, de seguida é só carregar material e cães para o jipe e seguir para o teatro de operações e coordenar com quem possui o comando das operações.”

11. “Temos um elemento que recebeu formação em Espanha, na Escola Nacional de Proteção Civil (em 2000) e com base nessa formação eu elaboro um plano de treino mensal em que eles têm treinos aqui no quartel, técnicos, ali no campo de escombros; treinos de sociabilização com o cão e ainda treinos no exterior, em que saem do quartel e vão para edifícios que estejam a ser demolidos, obras de modo a sujeitar os cães a diferentes ambientes de forma a produzir diferentes estímulos. Esses treinos são publicados em ordem de serviço”

12. “Para determinado cão atingir o patamar máximo de operacionalidade estamos a falar em 10 a 12 meses (isto só treino do cão). Para formar um binómio caso o guia já tenha formação poderá demorar até 12 meses a formar o cão, e a partir daí é um trabalho de manutenção do treino para o resto da vida operacional do binómio. Caso o guia não tenha formação o ideal será fazer cursos especializados que têm duração diferente conforme o nível do próprio curso, depois antes de ter um cão atribuído o ideal será trabalhar como auxiliar e ganhar experiência para conhecer o comportamento canino, e só depois ter um cão e iniciar a formação deste.”

13. “Nós aqui em Lisboa não estamos preparados para situações como a de Moçambique. O sucesso seria diminuto! É um ambiente que eles não estão treinados, dado que nós temos como cenário a realidade da cidade de Lisboa. O factor água condiciona desde logo. Treinamos essencialmente escombros e deslizamentos de terra.”

14. “O ideal é haver... por vezes só gostar não chega. Quem tem formação já tem alguma sensibilidade no trato com o cão e percebe mais facilmente as suas necessidades (...) a falta de pessoal surge como limitação.”

15. “Neste momento em Portugal, não existe certificação das equipas. Futuramente, já a curto médio prazo, a certificação passará por um documento da ANPC, em que são a PSP e a GNR que submetem as equipas ao processo de certificação. Esse documento contempla o módulo de BREC, em que a integração dos binómios Cinotécnicos passa por testes que são a PSP e a GNR que os fazem. Caso os binómios estejam aptos nesses testes estão aptos a serem empregues pela a ANPC que é o órgão máximo que nos pode empenhar (...) A GNR possui grande parte de cães especializados em Busca em grandes áreas. No Regimento nós temos os próprios processos de certificação, mas são nossos e servem mais como garantia para que o trabalho esteja a ser bem feito.”

16. “Nós temos um jipe, um Land Rover, de caixa fechada onde temos uma série de equipamento e depois ainda temos um atrelado onde podemos transportar 4 cães. O jipe tem ainda a mais valia de transportar 2 cães na caixa. Podemos no máximo 6 cães, contudo depois também ficamos limitados de material.”

17. “Não é o mesmo que usamos em incêndios ou acidentes! Estamos em processo de renovação onde mais para a frente será possível utilizarem um fato macaco adequado ao trabalho em escombros, com alguns reforços. Em treino usam o fato de macaco normal, pois tem um menor custo e é mais vantajoso dado o treino provocar desgaste no fardamento. Nas ocorrências usam a farda de trabalho, que é de uso corrente, mas sempre com luvas, capacete e botas normais. A equipa cinotécnica é sempre a primeira a trabalhar, contudo quando é necessário fazer o resgate em escombros e os cães já não forem precisos, os elementos equipam o equipam o equipamento de proteção e fazem o resgate. Tem duplo uso!”

18. “Tem que gostar dos cães e de trabalhar com eles; não pode ter qualquer atitude de violência para com animais; tem que ser alguém que tenha controlo emocional, dado que por vezes o treino é exigente física e psicologicamente”

19. “Normalmente cada cão tem um guia. Aqui no Regimento, quem trata do cão, quem cuida dele é o guia, contudo, os restantes elementos estão habilitados a operar com esse cão dado a impossibilidade de o guia estar presente. Sabe-se os comandos, os procedimentos antes de iniciar a busca e consegue pô-lo a trabalhar e obter resultados”

20. “Tem que grande autocontrolo! No momento que está a trabalhar com o cão tem que ter bastante cuidado pois o cão percebe tudo que o guia sente”

21. “Comigo, nove elementos.”

22. “Disponibilidade, sacrifício em aspetos pessoas e dedicação.”

23. “Quando começamos a equipa no ano de 2000, os primeiros cães que vieram foram comprados através da Escola de Proteção Civil Espanhola. Aquando da compra recebemos logo formação com esses cães, então já vinham com parte do treino. Eram cães com cerca de 1 ano de idade! Para minimizar os custos passamos a trabalhar com criadores em Portugal que cedessem cães, a custo zero. Chegamos a ter cães que as famílias nos davam. O ideal é ir buscar cães a ninhadas de cães que já fazem busca e salvamento, pois já trazem linhagem direcionada para tal. Neste momento todos os cães que temos são provenientes de doações”

24. “Os cães Pastor, pois são os mais adequados, são mais ágeis, têm melhor faro e são extremamente fáceis de treinar. Pastor-belga malinois é um cão mais robusto, com mais força, bom faro e boa resistência; Border collie é um cão mais frágil, mas tem bom faro e boa resistência. Têm que ser todos machos-alfa, pois é um cão dominante, autónomo e conseguem trabalhar sozinhos...reúnem as melhores condições para busca. Um cão tem um tempo de vida útil de 9/10 anos de trabalho.”

25. “Quanto a instalações, temos 6 canis próprios, onde vivem os cães em permanência. Deverão ser espaços adequados ao tamanho do cão com boa orientação solar, mas com sombra, chão que permita lavagens frequentes, mas que não seja escorregadio. Bebedouros automáticos, luz e tomada elétrica. Devem ser divididos entre si com paredes para evitar contato visual entre cães, mas com a frente em grades. Devem ter bons escoamentos e isolamento para o frio e calor. Uma cama ou casota de abrigo confortável.”

26. “Temos um campo de treino de escombros, sensivelmente 2000 m², que possui túneis soterrados, poços, viaturas soterrados, esconderijos horizontais, verticais e aéreos (esconderijos acima da linha de trabalho do cão, de modo a cheirar odores que vêm de cima), uma pista de agility, uma caixa de fixação (instrumento que permite fixar o ladrar do cão, habitua o cão a ladrar quando é para marcar a vítima). Usamos ainda infraestruturas que encontramos na cidade de Lisboa que sirvam para treino”

27. “Em termos operacionais nós conseguimos por um cão a trabalhar e ele nos resolver um cenário, isto é dar sinais que a zona não tem ninguém, de 2000 a 3000 m² de área em 5 min. Os nossos cães só marcam pessoas vivas. Mesmo com os aparelhos todos já existentes os cães mostram-se como sendo o meio mais eficaz. Como vulnerabilidades temos as condições climatéricas. Quanto mais húmido tiver mais fácil é para o cão fixar o odor, mas também não pode chover. Os ferimentos que podem surgir durante o trabalho, são também uma vulnerabilidade (...) já nos aconteceu, quedas em edifícios (cães estarem demasiados focados a trabalharem e caírem de janelas).”

28. “Qualquer ocorrência em Lisboa, fazemo-nos sempre valer do apoio da PSP dado também ser área de responsabilidade deles! O primeiro a chegar ao local começa logo a trabalhar. Já trabalhamos com GNR, PSP, Associação de Resgate Cinotécnico. Permite uma aprendizagem constante, pois existe muita troca de informação e permite aos cães experimentarem novos cenários.”

29. “As câmaras de imagem térmica estão limitadas pois só detetam fontes de calor, caso a vítima esteja a uma profundidade maior não conseguimos detetar(...) temos câmaras que filmam, que têm e que possuem microfone dando assim para falar com a vítima mas está limitada na medida em que precisamos de ter uma localização minimamente exata e que precisamos de ter acesso caso contrário torna o processo de busca demorado(...) temos também o vibrafone, que é um sistema de microfones que são espalhados pela área e que de seguida é necessário fazer silêncio numa área de colapso e numa área de catástrofe o silêncio é a coisa mais difícil de se conseguir! O silêncio tem que feito de modo a ser possível ouvir algum gemido, barulho...O cão dá-nos um resultado quase imediato. A partir do momento em que odor chega à superfície o cão consegue segui-lo até à sua fonte mais próxima. Por vezes o cão marca um sítio e depois vem o outro cão e marca ligeiramente ao lado, e aí aplicamos esses equipamentos para tirar maior rendimento.”

Apêndice K - Entrevista Capitão GNR Cavalaria Rui Sobreira (GNR)

1. “Depende de uma parte técnica (está associada aos cães), tática e logística e naturalmente os recursos humanos. Depende também da qualidade dos cães, pois se um cão for bom permite uma evolução rápida na parte técnica. Um bom cão demorará três a quatro meses a estar pronto. Um cão médio demora à volta dos seis a oito meses. A parte da logística é algo que leva tempo e não tem um valor taxativo, depende da capacidade da estrutura de comando e dos vários organismos. Existe uma grande parte logística a ser adquirida, não basta ter a parte técnica (os cães). Depois temos a parte tática, que depende essencialmente dos militares e que tem uma duração fixa de três semanas. Estas componentes não se misturam, assim sendo e dando valores padrão, que não são taxativos, temos a parte técnica com três a quatro meses mais as três semanas da parte tática. Relativamente à logística, essa não depende de nós, mas sim das verbas disponibilizadas e das necessidades elencadas”

2. “São estas características todas e mais algumas. Nós temos vários tipos de busca: uma busca primária, uma busca subjetiva e uma busca objetiva. Essas buscas são escolhidas consoante a análise do terreno. A equipa mínima é sempre dois binómios, e trabalha um cão de cada vez. Podemos ter várias equipas, mas funciona sempre com dois homens e um cão. Assim que um cão tiver cansado troca para o outro. O militar livre serve com o intuito de auxiliar a vítima em caso de necessidade. O tempo de busca varia consoante o cão, a área e outros fatores, mas um tempo padrão é de uma hora, depois convém trocar para outro cão. Será uma hora a trabalhar e uma hora a descansar. Cansam-se rápido, mas também descansam rápido.”

3. “Catástrofes naturais: avalanches, rios (vítimas afogadas, os cães no barco conseguem marcar a vítima caso os mergulhadores não consigam mergulhar por a corrente estar muito forte), estruturas colapsadas. No caso de uma catástrofe numa área territorial, o comandante de posto reporta ao comando territorial e este reporta ao comando operacional. Aí o comando operacional com a sua estrutura de comando é que decide quem é empenhado e como. O GIC pertence a uma unidade de reserva que só atua à ordem. No âmbito da Proteção Civil poderá ser o comando da ANPC a decidir quem é empenhado. O controlo operacional é da ANPC e nós somos apenas mais uma valência. Eles decidem onde somos empenhados, mas a parte tática é nossa. Depois temos também os TO's internacionais onde somos empenhados em cenários catastróficos, caso de Moçambique e somos também empenhados na deteção e localização de pessoas nas fronteiras externas da União Europeia. Neste momento, estamos a fazer este trabalho na Bulgária, na Grécia e em Espanha.”

4. “A nível de autossustentabilidade temos um período mínimo de dez dias, independentemente se estamos ou não integrados numa força. Não temos grandes necessidades...necessitamos de alojamento (mas conseguimos contornar com tendas, burros de matos), alimentação (ração de combate para os dez dias), ração para os cães e material/equipamento orgânico.”

5. “Temos médicos-veterinários, mas a Guarda não tem capacidade para enviar um médico-veterinário cada vez que sai. Contudo para combater esta lacuna, os nossos militares têm todos formação em primeiros-socorros veterinários ao qual fazem-se acompanhar de um kit de primeiro-socorros para canídeos. Eles têm formação especializada para prestar os primeiros-socorros, caso não o consigam fazer, têm o contacto dos médicos-veterinários que lhes dão o parecer acerca do que devem fazer e caso estes não consigam dar um parecer acerca da situação, os militares deslocam-se a um veterinário civil mais próximo em que os custos à posteriori serão ressarcidos pela Guarda.”

6. “Por norma um cão trabalha até uma hora, mas não existe um valor taxativo, isso depende do cão.”

7. “Um pelotão tem treze militares e cada militar tem um cão atribuído.”

8. “O GIC é constituído a duas companhias mais o centro de formação cinotécnica. Temos uma companhia de intervenção cinotécnica, que por sua vez é constituída a três pelotões de intervenção cinotécnica (empregues por exemplo em ordem pública). Temos outra companhia, companhia de deteção cinotécnica, a dois pelotões. Um de substâncias diversas (como droga e explosivos) e outro de deteção de odor humano. Um pelotão tem três equipas (termo de uso comum empregue na GNR) /secções. No caso do pelotão de deteção de odor humano, este tem duas equipas a quatro elementos, e a outra a três, contudo estamos a fazer por ter três equipas a quatro elementos. A equipa de três é a equipa que atua em 1ª intervenção em busca e resgate, depois temos as equipas de quatro, em que uma é de matérias perigosas (numa situação em que haja libertação de gases, esta equipa verifica se existem condições apropriadas para empenhar os binómios) e outra é de BREC. Todas estas equipas podem ainda ser empregues em meio aquático. Atualmente temos um 1º Sargento como comandante de pelotão, uma 2º Sargento como adjunto do pelotão e guardas como chefes de equipa. Se tiver que empenhar as três equipas até o comandante de pelotão e adjunto vão, até eventualmente eu posso ir. Contudo, por norma não empenhamos os sargentos pois temos total e plena confiança nos guardas, pois têm muita experiência e são muito bons tecnicamente.”

9. “24 horas para TO’s internacionais e duas horas para território nacional.”

10. “Há um alerta que por norma é sempre dos militares que se encontram na territorial, no policiamento dito normal, comunicam à sala de situação do comando territorial deles. Este faz uma análise da situação, se há ou não necessidade de pedir reforço, reportam ao comando operacional. Este é quem decide quem vai empenhar e como vai empenhar. A partir daí o comandante operacional formaliza o pedido ao comandante do GIC, e este diz se tem ou não capacidade, a partir daí informa o comandante de companhia e este tem as tais duas horas para estar pronto a operar.”

11. “Existe sim. Neste caso para a busca e socorro temos uma formação de três meses. São doze semanas em que versam as diversas áreas. Esta formação é suficiente para pôr os cães a trabalhar, contudo não permite fazer tudo. Dá para garantir os mínimos, mas é preciso continuar a trabalhar. Os militares têm depois formação em primeiros-socorros, primeiros-socorros psicológicos, 1ª intervenção busca e resgate, BREC, área aberta, meio aquático, entre outros.”

12. “Três a quatro ou a seis a oito meses para o cão, mais três semanas para o militar.”

13. “O primeiro passo é sempre treino ambiental. No caso da busca e socorro passa muito por estruturas amovíveis, colapsadas. No caso do cenário de Moçambique, também é treino ambiental e os nossos cães fazem e conseguem marcar vítimas (são treinados a andar em barcos)”

14. “Não existe. Pode ajudar, mas com base na nossa experiência não tem ajudado muito, pois os militares chegam aqui com ideias pré-concebidas o que por vezes dificulta a formação.”

15. “Sim, estão certificadas pela Agência FRONTEX. O processo é feito através da certificação em quatro áreas: obediência, busca em estruturas colapsadas, busca em área aberta e viaturas. Esta é agência responsável pela segurança nas fronteiras externas da União Europeia. Neste caso é a agência com os padrões mais altos de atingir” “Há um projeto, aliás já é diploma legal, em que o intuito é certificar equipas civis, em que já vamos começar este ano. Este documento versa nestas quatro áreas, contudo já está ligeiramente desatualizado.”

16. “Nós optamos por uma tipologia 4X4, do género das Toyota Hilux. Estamos a falar em viaturas que para este tipo de serviço possui separação física para os militares em relação aos canídeos, possui ainda ar condicionado independente. Conseguem transportar quatro cães, daí as equipas serem a quatro.”

17. “O fardamento que os militares usam para treino é o fardamento de instrução, que é o fardamento simples (são duas peças). Temos também o colete de treino que ostenta

material para o treino do cão. Para operações temos o que nós chamamos de fardamento operacional, que é apenas uma peça, um fato macaco. Não tem elásticos para permitir a circulação de ar pelo corpo todo. É reforçado na parte dos cotovelos e joelhos. É anti estático, tudo que é pelo do cão e mesmo baba sai facilmente”

18. “Antes de mais, temos que criar boas expectativas para o cão, aquilo que nós chamamos de *comfort provider*. Isto é, o cão tem que perceber que é o tratador que lhe consegue dar tudo, não podemos obrigar o cão a fazer algo. Essa obrigação irá se tornar em expectativas negativas. A obrigação e a criação de expectativas negativas são um método antigo e não possui tanta eficácia.”

19. “Se tivermos a falar da célula mínima, no caso de um cão baixar, é necessário perceber se apenas com um cão consegue fazer face ao que é pedido apenas com um cão, caso contrário tem que se pedir reforço. No caso de a baixa tratar-se de um dos militares, a equipa já não pode operar, sendo obrigatório chamar reforços.” “Como os militares trabalham todos juntos, qualquer um consegue operar com o cão, se forem bons cães isso não será problema. Porém admito que a qualidade poderá não ser a mesma do que se o cão estivesse a trabalhar com o guia.”

20. “Têm que ter uma boa gestão pois eles encontram de tudo. Têm que ser os primeiros a manter a própria calma e a calma das vítimas e dos familiares. Têm também a formação em primeiros-socorros psicológicos. Após a busca têm acompanhamento por parte da estrutura de psicologia da Guarda.”

21. “Neste momento uma equipa tem dois sargentos e doze guardas.”

22. “Deve ter o curso base, curso Cinotécnico de busca e socorro, é condição essencial. Deve também ter alguma formação complementar, como primeiros-socorros, suporte básico de vida, primeiros-suporte psicológicos e 1ª intervenção em busca e resgate.”

23. “Por norma vamos adquirir ao estrangeiro, pois aqui não encontramos cães de qualidade. Normalmente adquirimos nos países do norte da Europa, pois possuem cultura cinotécnica, países como a Polónia, a Eslováquia, a Holanda, Alemanha entre outros (têm muito bons criadores e muito bons cães). Também podemos procriar, selecionamos reprodutores com características genéticas e morfológicas ideais para a busca e salvamento. Existe ainda outra forma de obter os cães, através de doações. Esses são numa fase inicial submetidos a um teste de modo a verificar se possui as características que nós pretendemos. Não consigo falar taxativamente, mas a percentagem de reprovação é muito alta.”

24. “Na linha do pastor-belga malinois, pastor-holandês. Também conseguimos ir buscar um pouco ao pastor-alemão. O pastor- belga malinois são de facto uma linha que

dado a sua morfologia, nos dão muitas garantias. Contudo também temos pastores-alemães que o instinto de presa é tão grande que mesmo que tenham mais peso ou mais dificuldade em passar escombros, aquilo para eles não é nada, pois quando estão a trabalhar, durante a busca, dão tudo mesmo que depois se encontrem de rastos. A idade padrão é de dez anos, apesar de poderem variar.”

25. “Sim temos canis próprios, em que cada fila está sob videovigilância 24/24. Cada cão possui um espaço próprio e adequado àquilo que são as suas necessidades e que lhes proporciona o conforto devido. Estão dotados de bebedouros, camas, etc. No fundo, estão proporcionados os aspetos necessários a que tenham o devido conforto, para que também se sintam motivados para trabalhar.”

26. “Temos aqui a pista de escombros com túneis, que permite simular várias situações no âmbito da busca e salvamento em estruturas colapsadas. Temos também a mata de Monsanto para iniciar a área aberta, a parte do meio aquático com o GIPS. E depois temos uma pista no Fogueteiro, onde está o centro de capacitação da GNR, onde existe uma pista de escombros mais elaborado, para um trabalho mais à frente. Temos ainda vários campos de treino, que foram construídos pelos nossos militares, equipados com câmaras de videovigilância, que viga 24/24. Nestes campos de treino, treina-se a parte da obediência, a mordida, a agressividade do cão, ensina-se o cão a ladrar, entre outros. A questão do ladrar é importante, pois é assim que os nossos cães marcam as vítimas em situações de busca.”

27. “A grande potencialidade é a capacidade olfativa. É quarenta vezes superior à nossa. Numa área onde consigo empenhar um cão apenas, em termos de militares preciso de empenhar vários militares. Há uma poupança de recursos humanos, e consigo chegar mais rápido a uma fonte de odor do que ver a vítima a olho nu, sendo esta a diferença entre encontrar a vítima viva e morta. As principais potencialidades são a capacidade olfativa, a resistência física (muito superior à do homem levando a um menor tempo de busca) e a poupança de recursos humanos. As vulnerabilidades tenho dificuldade em encontrar quais são, eventualmente numa área grande ter apenas um cão, sendo que ele só pode trabalhar durante uma hora, vai demorar bastante mais tempo, contudo neste caso não acontece pois empenhamos sempre dois no mínimo.”

28. “Treino não existe, existe sim a formação. Neste momento damos formação aos guardas prisionais aos três ramos das FFAA. Só vejo vantagens neste tipo de intercâmbio, não vejo qualquer inconveniente. O conhecimento é sempre nos dois sentidos. O conhecimento que temos fomos buscá-lo à Agência FRONTEX. O treino conjunto é uma

mais valia e faz todo o sentido, sendo que iria permitir que houvesse um maior conhecimento das capacidades do cão e das capacidades de diferentes equipas.”

29. “A capacidade do cão até hoje nunca foi questionada. De facto, o cão é falível, mas com bom treino é menos falível que todos os equipamentos existentes. Todos os países europeus com quem tenho contacto e que são muito bons nesta área, não abdicam dos cães. O grau de veracidade é completamente diferente, dado a capacidade olfativa. O cão consegue separar e diferenciar inúmeros odores. Para já ainda não existe nada que substitua isto. A ideia da complementaridade só traz mais valias, pois permite colmatar lacunas e aumentar o grau de sucesso.”

Apêndice L - Entrevista Sr. Gonçalo Santos (ARC)

1. “Em média demora entre um ano e meio e os dois anos, isto porque compreende formar pessoas e cães.”

2. “O método escolhido está pendente de vários fatores, mas acrescentaria no vosso caso se seria dentro ou fora do país também. O ideal é, no mínimo trabalhar com 4 binómios, um de cada vez, contudo aqui na associação leva-se sempre o disponível.”

3. “Abalos sísmicos, desabamentos de terras, colapsamento de edifícios, acidentes em obras de construção explosões, pessoas que se perdem durante passeios pedestres, etc.”

4. “As necessidades terão sempre a ver com apoio de comunicações, cartografia e logística alimentar. Mas no nosso caso temos capacidade de autossustentação até cinco dias.”

5. “Não existe médico veterinário, contudo é possível contar com o apoio de uma Parceria existente com o Hospital Veterinário de Colares. Além do mais contamos ainda com formação de primeiros socorros que todos os guias têm.”

6. “Em média o tempo de trabalho ronda entre os trinta minutos a uma hora, não nos esquecendo quanto mais tempo tivermos o nosso cão a trabalhar mais tempo vai demorar a sua recuperação para uma nova busca.”

7. “Temos, de momento, 11 binómios, em que cinco estão operacionais e seis encontram-se em formação.”

8. “Quando estamos a operar, apenas temos uma equipa no terreno, esta é constituída por um chefe de equipa um binómio/guia e dois auxiliares. Todos eles, por norma, têm as mesmas competências pois todos eles são também guias.”

9. “Dependendo do local, mas varia entre uma a seis horas, podendo no caso de serem locais fora do dito local de actuação normal, que neste caso é no concelho de Sintra, pode aumentar o período de prontidão.”

10. “A activação da equipa normalmente é feita por mensagem ou por chamada. Uma vez chegado ao local, o chefe das equipas Cinotécnicas deve contactar o responsável no local pelas operações, seja protecção civil, bombeiros ou outros serviços de emergência, no intuito de recolher o máximo de informações, e de comunicar a sua presença, enquanto isto os outros elementos do grupo vão se equipando corretamente de acordo com o tipo de terreno e condições climáticas. Retiram-se também os cães dos carros para que estes façam as suas necessidades, para que depois se possam concentrar melhor no trabalho. Deverá

também ser escolhido um local para deixar o carro, de modo a que os cães possam estar tranquilos e confortáveis. O chefe de equipa deverá reunir com os restantes elementos para os informar da situação, e a partir daí delinear um plano de trabalho, tendo em conta a situação apresentada.”

11. “Existem planos de formação internos que vão desde objetos necessários para o cão, higiene e outros cuidados, anatomia, fisiologia e etologia, instintos, psicologia canina e comportamentos, figurante perfil, princípios de ensino, entre outros. E depois há também a questão do treino ambiental que, obviamente assume grande importância.”

12. “Entre um ano e meio a três anos.”

13. “Temos definido que entre os dois meses de idade e um ano de idade, é dado enfoque ao treino ambiental, que consiste em mostrar ao cão, diferentes ambientes para que este se familiarize com os mesmos.”

14. “Não é obrigatório, mas acaba por ser conveniente. Sem dúvida alguma que ter formação cinotécnica traduz-se numa mais valia.”

15. “As equipas civis ainda não têm certificação disponível em Portugal. A única certificação existente é num plano interno e é consoante os critérios das equipas.”

16. “As viaturas existentes são dos particulares e caracterizam-se por serem normais. Normalmente, preferimos fazer o transporte em caixas de transporte visto poderem ser com facilidade transportadas para outro meio de transporte necessário.”

17. “Os fardamentos que usamos são fatos de macaco por nos darem uma maior protecção tanto em meio urbano como em meio rural.”

18. “Um guia canino, deve possuir algumas competências sociais, extra, de entre elas destaque: Paciência, Criatividade, Inovação, Alegria, Consistência, Brincalhão, Visionário. É importante conhecer o cão e os seus comportamentos e gostar dele. Todas estas características sociais, descrevem um treinador de cães de qualidade. Um bom treinador, conhece o animal e está consciente do meio ambiente. Os animais, são expostos ao ambiente, e, por conseguinte, os reforços serão afetados pelo mesmo, certamente, deverão conhecer pelo menos, os meandros da ciência do comportamento animal e da etologia, e as respetivas geometrias de gestão e ou modificação do comportamento canino, ou seja, as diferentes forças que afectam os animais ao nosso cuidado.”

19. “Por norma todos nos tentamos que os nossos cães sejam bastante sociáveis ao ponto de trabalharem com outro colega, apesar de haver cães que só trabalham com o seu guia.”

20. “Deve ser feita de igual forma como é feita no treino, ou seja, estar preparado para conseguir tentar ignorar as coisas que possam destabilizar e socorrendo-se sempre dos elementos com mais experiência. Tem que ser capaz de fazer autogestão emocional.”

21. “Como já referi, dado apenas se tratar uma só equipa cinotécnica a trabalhar no terreno, normalmente é composta quatro elementos. Um chefe de equipa, um binómio e dois auxiliares e todos eles tem normalmente as mesmas competências por também serem todos eles binómios.”

22. “Deve ser acima de tudo uma pessoa dedicada e estar capacitada que esta é uma área de muito trabalho, e todas as referências assinaladas na pergunta 18.”

23. “Sim possuímos cães próprios, que são dos seus guias. Temos também alguns comprados, outros recuperados de canil e também alguns oferecidos.”

24. “Pastor Alemão, Pastor Holandês, Border Collie, Labrador Retriever, Pit Bull Terrier, Beagle, Cão de Água Português, Pastor-Belga Malinois, Rottweiler, e rafeiros, estes são alguns dos que usamos. Em média, trabalha entre os oito a dez anos.”

25. “Por norma canis, mas há quem tenha os cães em casa. Nos canis são privilegiadas as seguintes características: espaços forrados a azulejos; telha térmica; o chão é antiderrapante; bebedouros automáticos e estratos de madeira.”

26. “A maior parte dos nossos cães treinam em grandes áreas, que consiste em buscas em áreas de mato, serras, pinhais, algumas zonas onde se misturam a malha urbana com a área rural. A parte do treino em escombros é realizado em infraestruturas no exterior. Não possuímos qualquer pista de escombros. Temos como objetivo, em cada treino, aproximar o mais possível a situação à realidade.”

27. “As potencialidades são sempre de poder num curto espaço de tempo localizar as pessoas desaparecidas, seja em locais de risco ou em áreas de mato, as vulnerabilidades, neste momento será a falta de certificação das equipas civis para poder haver uma maior credibilidade no seu trabalho.”

28. “Sim existem treinos com equipas tanto com outras valências como com equipas cinotécnicas quer nacionais quer estrangeiras. Não vejo quaisquer inconvenientes só vantagens pois a partilha faz nos evoluir e mitiga a possibilidade de errar.”

29. “Dependendo da raça eles conseguem escutar a uma distância quatro vezes maior que a dos humanos. Com suas orelhas direccionáveis, os cães captam a direcção e origem do som com precisão em seis centésimos de segundo e, enquanto um som que passe os 20 mil hertz seja inaudível para nós, os cães chegam a escutar até os 45 mil hertz. Essa incrível capacidade de ouvir os ultras som (vibração numa frequência superior à audível pelo

sistema auditivo humano), conseguem também ter um olfacto muito superior aos humanos é um enquanto o homem possui cerca de 6 milhões de células olfactivas dentro do nariz, nos cachorros existem entre 120 e 300 milhões! A natureza “farejadora” também está relacionada à quantidade de ramificações dos nervos olfácticos na cavidade nasal, que ocupam 160cm² (no homem o número é de 5cm²), e de sensores olfácticos, trinta vezes maior que a de um ser humano, portanto sem duvida que é um complemento muito útil, além disso assumem riscos em cenários que doutra maneira poderiam por as pessoas que trabalham em risco.”

Apêndice M - Entrevista Sr. Hermínio (K9H-CIOPS)

1. “Relativamente a esta valência, é necessário reconhecimento da ANEPC que pode levar cerca de 1 ano, e simultaneamente a esse reconhecimento desenvolve-se a formação do guia e o treino para o cão. Numa situação real, em seja solicitado um binómio, dependendo do teatro de operações e sempre nunca esquecendo o mais importante estarem reunidas as condições de segurança o planeamento para iniciar a busca deve ser logo levantado com um prazo máximo de 30 minutos.”

2. “São necessários vários fatores para determinar o emprego dos binómios, um dos mais importantes prende-se com as condições meteorológicas, de seguida fazer um levantamento se possível do número de vitimas assim como a janela temporal em caso de desaparecimentos, após isso delimita-se a área a trabalhar atribuindo a cada binómio uma área de trabalho, outro aspeto fundamental é a coordenação das equipas cinotécnicas com as restantes forças para que não exista sobreposições e consequente o caos aleando ainda a estratégia, saber o tipo de cães e quais os melhores consoante a área de trabalho. Normalmente para cada área 3 binómios.”

3. “A unidade cinotécnica é empenhada nos mais variados teatros de operações desde catástrofes naturais como o exemplo de sismos, cheias ou provocadas pela ação do homem como as explosões ou derrocadas, situações que resultem em escombros.”

4. “Neste momento a nossa unidade cinotécnica tem capacidade para trabalhar 5 dias consecutivos. Ter em conta a alimentação tanto do canídeo como do guia sempre com refeições ligeiras “barras de cereais, barras energéticas, frutos secos e conservas. A alimentação do canídeo deve ser feita nas horas de descanso da equipa.”

5. “Todos os nossos guias têm formação de primeiros socorros animais e a unidade tem em sua posse sacos de primeiros socorros para animais, no local do teatro de operações deve ser criado um local para descanso e outro para as necessidades dos animais o mais longe possível do posto de concentração das equipas. Para apoiar a equipa encontra-se também no local uma enfermeira veterinária.”

6. “Dependendo de situação para situação, e de área para área, mas é média e o previsto é os binómios trabalharem cerca de 30 minutos por área.”

7. “Neste momento a força é constituída por cinco binómios. Três dos quais operacionais e dois em formação.”

8. “As equipas de busca constituem-se no mínimo com 5 operacionais. Um guia, dois auxiliares, um socorrista, para apoiar as vítimas e um operacional para as comunicações.”

9. “Neste momento conseguimos ter quase no imediato, operacionais prontos para seguir para o TO no entanto e mediante a disponibilidade profissional de cada um num espaço de cinco horas conseguimos ter a unidade pronta para seguir para o TO.”

10. “A ativação é sempre feita através de mensagem para o número de telemóvel do operacional. A mensagem é a seguinte “Ativação para situação real. Informe a sua disponibilidade.” Por norma o equipamento está nas viaturas e é só necessário colocar a logística que já se encontra em caixas preparadas para o efeito na base. Segue-se o deslocamento para o TO a chegada informa o coordenador e a equipa que chega começa logo o levantamento de dados para se iniciar o planeamento.”

11. “O plano de treino consiste desde a tenra idade do cachorro em que se deve familiarizar o cachorro aos mais diferentes cenários e sons, depois deve-se seguir um plano de treino para cada binómio. Não há um método ou uma linha de orientação que seja praticada por todas as equipas em geral, no entanto o importante é a sociabilização e gosto de trabalhar do cachorro que traçam o plano a seguir.”

12. “No caso de equipas como a nossa demora cerca de dois anos no máximo isto porque sendo uma equipa de voluntários não se consegue manter a frequência de treinos que se desejaria no máximo três treinos por semana.”

13. “Sim, os binómios têm que saber trabalhar nas diversas condições atmosféricas e ambientais para isso os treinos são os mais variados possíveis sempre a tentar aproximar ao máximo de uma situação real, para que o treino seja o mais real possível.”

14. “Não existe a necessidade de uma formação prévia, no entanto, se o futuro guia já tiver conhecimentos e formações de cinotécnica vai facilitar o processo de aprendizagem, traduzindo-se numa formação mais célere.”

15. “As equipas existentes em Portugal não são certificadas isto a nível de bombeiros e ONGs, talvez porque não existe em Portugal nenhuma entidade que certifique. Em tempos a Guarda Nacional Republicana criou uma bolsa de voluntários, mas não houve seguimento da mesma.”

16. “Os operacionais possuem viaturas comerciais de carga as Renault Kangoo, dando-se preferência à de todo-o-terreno. Para o transporte dos cães usam-se boxes em fibra, procurando ter sempre a certificação IATA (possível de ser transportada em avião), estas

boxes estão equipadas com ventoinhas para situações de maiores deslocamentos e quando a temperatura é maior.”

17. “Os operacionais utilizam o fato-macaco tanto para treinos como para situações reais. Mas situações em que o TO é de escombros acrescenta-se o equipamento proteção individual de escombros sendo este composto por: Máscara de poeiras, luvas de trabalho, óculos de proteção, capacete, joelheiras e cotoveleiras, *camel bag*, botas de proteção contra impactos e perfuração, apito. Em grandes áreas apenas capacete, *camel bag*, luvas, apito.”

18. “O guia deve ser uma pessoa emocionalmente equilibrada, sem receios e nunca em momento algum deve mostrar agressividade para com o cão.”

19. “Quando se verifica baixa humana ou animal, aguarda-se pela recuperação dos mesmos. Deve-se ter em atenção que o cão apenas trabalha com um guia, por outro lado um guia pode trabalhar no máximo até com 2 cães.”

20. “O guia nunca pode mostrar nervosismo ou alguma alteração do estado de espírito, o cão presente e sente tudo o for fora do seu estado habitual. Estas situações também devem ser treinadas.”

21. “As equipas de busca devem ter pelo menos cinco operacionais sendo eles um guia, dois auxiliares do guia, um socorrista e um operacional nas comunicações. O guia apenas se deve focar no trabalho do cão os auxiliares orientar e delimitar as áreas para onde se vai trabalhar o socorrista no caso de uma vítima desaparecida se for encontrada prestar os primeiros socorros e o outro elemento só para as comunicações com o posto de comando.”

22. “Deve possuir uma boa robustez física, ser equilibrado emocionalmente, ter espírito de voluntariado pois vai dar sem receber nada em troca e o fator mais importante ter tempo disponível.”

23. “Sim possuímos alguns cães sendo que alguns deles foram doados à unidade.”

24. “Não há raça definida para o trabalho de busca no entanto há raças com predisposição genética para tal como é o caso dos labradores, pastor alemão, pastor belga malinois, cockers, beagles, pastor holandês, rottweiler entre outras menos conhecidas, normalmente trabalham até aos dez anos de idade ou seja se começarem de cachorros tem oito anos de serviço.”

25. “Sim possuímos canil para alguns dos nossos cães, eles estão em boxes individuais no centro de treinos operacional. Possuímos 7 boxes individuais e 2 boxes para situações de quarentena. As boxes têm dimensões de 2m², as boxes têm telhado com telha térmica assim como as paredes e uma cama.”

26. “Sim possuímos desde “um túnel com seis metros de comprimento para passar no interior com obstáculos em que em cima está coberto de escombros, caixas para vítimas enterradas no solo e alguns obstáculos para treino.”

27. “A nível de potencialidade um cão tem o olfato e a audição muito mais apurado do que um humano sendo uma excelente ferramenta de trabalho. As vulnerabilidades associadas aos cães são influências pelas questões meteorológicas e as janelas temporais entre o desaparecimento da vítima até ao início da busca.”

28. “Sim existem os exercícios operacionais em que hoje em dia as forças de segurança também participam e assim como entidades estrangeiras sendo uma mais-valia para todos pois só se aprende se trabalhar em conjunto. Com estes treinos é possível cruzar diferentes conhecimentos e técnicas do modo de atuar de cada um.”

29. “Os cães não substituem nenhum dos outros meios de busca são sim aliados desses meios de busca num amontoado de escombros uma camara térmica obtém resultados muito mais rápidos, mas certamente em água um cão descobre o odor muito mais rápido.”

Apêndice N - Entrevista Brigadeiro-General Duarte da Costa (ANEPC)

1. “Uma das questões que eu tenho que procurar relativamente à atividade operacional da ANEPC é que ela seja eficaz e seja eficiente. Do ponto de vista da ANEPC, é apenas uma mais valia, não vejo grande necessidade de que o Exército invista, porque a capacidade existe na GNR e na PSP. Ambos têm cães treinados para a questão do *search*, do andar à procura e poder inclusivamente desenvolver ações de emergência e proteção civil. Contudo eu tenho que pensar um pouco mais além, não me posso ficar apenas pela questão da proteção civil. Tenho que pensar nas missões que as Forças Armadas têm, e que, por conseguinte, o Exército tem. Sendo eu um oficial general do Exército, não poderia ficar pela primeira parte da resposta. É óbvio que o Exército tem missões específicas que implicam o uso desta valência. Neste caso e para já, em dois tipos de missões. Uma, quando podem ser projetadas como forças para um determinado TO em que possa a vir ocorrer um tipo de emergência em que essa necessidade seja necessária. Sendo as FFAA que estão lá fora, a lógica é que as FFAA detenham e possam usar essa capacidade. Outra, quando falamos em intercâmbios internacionais e as FFAA de um país, nomeadamente FFAA da NATO no âmbito daquilo que podem ser capacidades militares usadas pela NATO no desenvolvimento de situações para acorrer a emergências e proteção civil noutros países que seja pedido a Portugal, que dentro das suas valências possa disponibilizar a busca e salvamento com cães para “dentro” da NATO e onde pode ser aplicada. Uma valência existindo transforma-se numa capacidade que projetada acarreta benefícios para a força onde está inserida. Finalizando a resposta, em termos de ANEPC é sempre bom ter mais capacidades pois num cenário de calamidade alargada poderão ser necessárias várias equipas e tanto a GNR como a PSP com as suas modalidades de equipas cinotécnicas poderão não ter a capacidade para dar resposta. É sempre bom ter mais, mas não é por aí que eu veria a grande necessidade. Por um lado, é mais uma valência que possui, contudo, é sobretudo um espaço que o Exército deve ter e é importante que essa valência exista em termos daquilo que podem ser as necessidades do Exército, em última análise das FFAA, para aplicar no seio da NATO. Situações possam ocorrer que pela perigosidade, pela ameaça latente estando ou não garantidas as condições de segurança há que largar mãos das FFAA em cenários que tanto a GNR e a PSP não consigam prestar apoio ou não tenham capacidade. Duas áreas, o apoio à ANEPC, mas também valências intrínsecas para o respeito daquilo que são as suas capacidades e daquilo que se espera delas, atuação interna e sobretudo atuação externa, quer no seio de missões que existam no âmbito interno quer no âmbito externo.”

2. “Neste momento face ao quadro de riscos que tenho colmatam. Contudo se pensarmos num cenário de calamidade alargada, com quantas mais equipas puder contar melhor será.”

3. “Os cães de guerra têm uma missão completamente diferente daquilo que é a busca e salvamento. Têm um papel fundamental não só na preservação da segurança das unidades em que estão colocados, mas também no desenvolvimento de algumas capacidades em termos de combate. Podem ser assim considerados um multiplicador do potencial de combate. Um cão de guerra não tem os mesmos processos de treino que um cão de busca e salvamento. Temos que induzir um conjunto de reflexos condicionados de forma a que ele responda aos estímulos para cada uma das áreas. Vejo com alguma dificuldade um cão de guerra a desenvolver capacidades de busca e salvamento e vice-versa. São duas áreas diversificadas. O que nós temos que perceber é que unidades é que precisam de cães de guerra e que unidades é que precisam de cães de busca e salvamento. Parece-me lógico perceber que uma unidade do estilo, características e valências do Regimento de Lanceiros, nomeadamente sendo unidade de Polícia do Exército, faz todo o sentido possuir essa valência, não quer dizer que não possam estar noutra sítio. Mas temos que ser eficientes. Não basta ter por ter. É preciso prestar cuidados, treiná-lo, empregá-los e conseguir dar formação. Penso não vale divergir em capacidades por outras unidades, deve ser em Lanceiros que a busca e salvamento com cães deve ser vincada.”

4. “Por indicação do General do CFT, os vários planos dispersos foram traduzidos num só, o PAMEEX. Nele estão contidas diversas capacidades existentes e/ou outras que venham a criar, que possam ser dadas à ANEPC. Numa situação de catástrofe, são identificadas as capacidades que são necessárias para acorrer à mesma, em que são controladas pela sala de operações da ANEPC e através do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil. Depois de ser feito o levantamento dessas necessidades vamos buscar esses meios. Numa primeira fase recorreremos aos órgãos de entidades civis que estão ligadas à Proteção Civil. Normalmente recorreremos ao Exército ou para missões que já estão perfeitamente determinadas no PAMEEX (aí eu não tenho que pedir, basta haver a necessidade e são logo acionadas). Ou então em situações em que esgotar a capacidade da GNR ou PSP, ou mesmo para atuar ao mesmo tempo, vou pedir às FFAA. A coordenação é sempre feita e é constante. Existe um Sistema de Gestão de Operações onde integramos os processos de controle de todas as entidades que participam numa catástrofe ou numa operação em termos de reposta a uma emergência. Essas capacidades entram e são comandadas pelo Comandante Operacional que está no terreno. No caso do Exército é mais

fácil pois já existe um elemento de coordenação, o PAMEEX. O instrumento de coordenação a montante são os planos existentes, a jusante é o Sistema de Gestão Operacional (SGO) e o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro. E também não podemos esquecer o Oficial de Ligação, que estabelece o contacto com as FFAA.”

5. “Essa valência há de ser treinada por equipas tanto nacionais como estrangeiras. O Exercício terá lugar em quatro distritos, Évora, Setúbal, Aveiro e Lisboa. Em alguns destes distritos irá ser aplicada a valência da busca e salvamento. De facto, é uma mais valia! Estas valências necessitam de treino operacional. Não vale a pena investirmos num projeto e depois sermos incapazes de incutirmos rotinas ou a manutenção dessas rotinas através do treino operacional. O treino operacional é fundamental para o nivelamento de procedimentos, standardização de procedimentos, desempenho e evolução do desempenho operacional de todas as entidades. das questões que eu tenho que procurar relativamente à atividade operacional da ANEPC é que ela seja eficaz e seja eficiente.”

Apêndice O – Entrevista Coronel de Infantaria Mário Álvares (RAME)

1. “Esta capacidade não só pode apoiar a UAME, como todas as entidades civis nacionais e até mesmo internacionais, pois é uma valência altamente requisitada na sequência de catástrofes. Poderá apoiar por exemplo na busca de pessoas “perdidas” na confusão de um incêndio, ou encontrar vítimas em escombros.”

2. “Sim. O desenvolvimento desta capacidade pode ser sempre visto como uma mais-valia. Os binómios traduzem uma vertente específica das operações de socorro. Embora o Exército esteja nos primeiros passos, a consolidação desta capacidade reforça aquilo que já vem sendo feito em termos civis. Ou seja, nunca será vista como uma capacidade supérflua ou em excesso. Todavia, os critérios de certificação terão que ser respeitados. A ausência de certificação poderá comportar debilidades que, neste âmbito, não são passíveis de tornear ou minimizar. Acima de tudo, há uma credibilidade que importa antever e atingir, nem que o processo de certificação leve mais tempo do que o originalmente esperado.”

3. “Do que conheço sim. Aliás, possuí infraestruturas de qualidade, pessoal motivado para sustentação da capacidade, e já há alguma doutrina. O principal obstáculo é que nesta vertente os resultados de qualidade levam tempo a aparecer, algo para o qual a organização nem sempre está preparada.”

4. “A coordenação destes meios será feita como em outras situações. A integração ou interoperabilidade com outros binómios será bastante simples. O emprego e a maneira de operar será sempre semelhante pois a doutrina é a mesma, tal como um binómio de deteção de explosivos militar ou civil. O que poderia mudar é o ambiente. E, nesse âmbito, só a diversidade de treino versus emprego permitirá o crescimento para a projeção de binómios eficazes e eficientes.”

5. “Como referi anteriormente quantas mais experiências o binómio possuir mais completo este se torna. Todavia, penso que temos de dar um passo de cada vez. Ou seja, primeiro criar a valência, depois consolidá-la por exemplo num exercício como o FENIX, e só depois pensar e projetar algo mais ambicioso como o CASCADE. Saliento que poderá demorar anos até ter um binómio certificado.”

Apêndice P - Entrevista Tenente-Coronel GNR Cavalaria Marco Pinto (GNR)

1. “Importa perceber de onde decorre a necessidade identificada: existe competência legalmente atribuída para o desenvolvimento da referida capacidade? E para que situações? Importa esclarecer que a localização de pessoas desaparecidas é da competência das forças de segurança com competência territorial na zona do desaparecimento. Já a resposta do estado as situações de calamidade, emergência entre outras, desde que envolvam um grupo de vítimas, é da competência da ANEPC. A GNR desenvolveu a capacidade cinotécnica de busca e socorro em 1996, em resposta às necessidades operacionais e para o cumprimento de missões legalmente atribuídas e por em Portugal esta capacidade ser, na altura, inexistente. A Guarda desenvolveu esta capacidade, em complemento à já existente, também na GNR de cães pisteiros, e disponibilizou-a, também, para o então serviço nacional de bombeiros e de proteção civil. A capacidade instalada da GNR, em todo o território nacional faz deste tipo de recursos aqueles a que a ANEPC recorre, em primeira mão, em situação de emergência. A prontidão treino e experiência operacional são considerados a competência distintiva deste tipo de recurso. Em caso duma catástrofe de grandes dimensões quaisquer recursos, sejam eles do Exército, de ONG’s e/ou de entidades internacionais serão sempre escassos para acorrer a todas as situações. Para as situações que têm ocorrido, felizmente de baixa dimensão e impacto nas populações, a Guarda tem tido capacidade de resposta. Por outro lado, a Guarda tem um procedimento de certificação de binómios civis de busca e salvamento, que verifica as competências técnicas deste tipo de recursos que passam a fazer parte duma bolsa de voluntários que a Guarda pode utilizar, em situações operacionais ou indicar à ANEPC aquelas que estão certificadas.”

2. “Em caso de catástrofes de grandes dimensões todos os recursos são escassos. Um terramoto com o impacto do de 1755 é um desses casos. Para as situações que ocorreram desde 1996, os recursos da GNR, PSP e civis julgo que são suficientes. Alerto que o facto duma força estar criada e de treinar diariamente não é suficiente para garantir elevados padrões técnicos de qualidade. A atividade operacional constante, tal como têm os binómios da GNR, são uma fonte importante de validação técnica e de constante melhoramento. A ausência de atividade operacional é uma forte condicionante ao bom desempenho técnico em situações reais.”

3. “O Exército tem pessoal com formação cinotécnica suficiente para iniciar uma atividade deste género. A GNR tem vindo a ministrar formação cinotécnica anualmente a vários graduados. A qualidade e vocação desses militares é muito elevada.”

4. “A ANEPC tem diretivas operacionais para estas situações. Por norma as equipas cinotécnicas ao serviço da ANEPC são comandadas pelos graduados da GNR que estão a comandar as nossas equipas. Tal como nas FA, a GNR tem sempre as suas equipas lideradas por um Sargento ou por um oficial, em função do escalão da Unidade empenhada. Em função da complexidade do cenário o próprio Comandante de Batalhão (o GIC é uma unidade de escalão batalhão) assume o Comando dessas equipas. O facto da GNR certificar as equipas civis motiva, junto da ANEPC, esta conduta operacional.”

5. “Sim. Sem dúvida. O treino das competências técnicas e das ferramentas e capacidades de comando e controlo são uma necessidade premente. Desde que os exercícios sejam situações que simulem de forma aproximada os cenários operacionais reais.”

Apêndice Q – Entrevista Exploratória Informal 1º Sargento de Cavalaria Fábio Laforêt

A FRI possui a valência da busca e salvamento, valência essa que foi imposta ao GPE. Lanceiros não possui essa capacidade e de momento encontra-se a levantar a mesma.

Neste processo de levantamento da capacidade, só existe ainda um levantamento de materiais necessários para equipar uma equipa cinotécnica de busca e salvamento. Este levantamento irá aparecer na nova versão que está a ser criada do PDE 0-20-18 Cães Militares.

Apesar de existir o Módulo Cinotécnico, não existe qualquer cão de busca e salvamento. Há sim um cão que faz buscas em grandes áreas, mas é um cão de uso de força. Assim sendo, em caso de haver a necessidade de ser empenhado em buscas, tem que levar um açaimo de rede. Esse canídeo, ao detetar algum indivíduo, efetua marcação por forma de ladrido, podendo ocorrer o toque no indivíduo, o que não é de todo o que se pretende dado que esta pode encontrar-se numa situação debilitada. Contudo existem dois canídeos em formação com características que podem ser aproveitadas para a capacidade/treino em busca e salvamento.

A primeira e única tentativa até à data de ter cães vocacionadas para a busca e salvamento materializou-se num seminário que se realizou com a *RedDog* (associação civil de busca e salvamento muito conceituada na Suíça). Dado que esta organização é conceituada a nível de busca e salvamento, possui centenas de binómios e atua em inúmeros cenários, foi questionado (dado que havia intenção do GPE para tal) junto da mesma qual o tempo suposto para ter a capacidade de busca e salvamento com cães pronta a operar ao qual a resposta (mais realista) foi dois anos.

O 1º Sargento de Cavalaria Fábio Laforêt, tirou em 2014 o curso de intervenção cinotécnica, nas valências de deteção de odores diversos e uso da força/BGA, na UI/GNR. Atualmente e dado a necessidade de levantar a capacidade em questão, Lanceiros aguarda que os militares do Módulo sejam chamados para uma formação cinotécnica em BREC na GNR.

A capacidade cinotécnica vocacionada para a busca e salvamento deve ser pensada como uma capacidade de duplo uso, no qual a prioridade, dado a condição militar, deve ser o emprego em operações militares. Porém é também uma valência passível de ser empregue em operações de apoio civil.

A capacidade cinotécnica em Lanceiros encontra-se a passar por um período de algumas dificuldades, o que condiciona na íntegra o levantamento desta capacidade. As dificuldades são as seguintes:

O modelo de apoio militar de emergência português é baseado no modelo espanhol, da UME. Contudo a UME possui capacidades (meios e pessoal) que Portugal não possui nem tem capacidade para tal;

Existe uma grande limitação a nível pessoal, prova disso é o caso dos binómios de deteção. É suposto serem empregues três binómios de deteção de drogas (dado que as equipas são a três e cada viatura leva uma equipa; o Módulo Cinotécnico dispõe de duas Mitsubishi L200 4X4), mas dado a limitação de pessoal só se empenham dois, que é o número mínimo de binómios a serem empregues em qualquer situação. O número mínimo são dois binómios, pois numa situação de deteção de droga, um binómio marca e o outro confirma, já numa situação de busca são necessários para que enquanto um trabalha o outro descansa e vice-versa;

A questão da certificação também é uma grande limitação, dado que a nível nacional não existe qualquer entidade que certifique. A GNR possui binómios certificados pela FRONTEX. É imperativo existir ou criar uma tabela de certificação de binómios a nível nacional. Segundo a NATO no AMWP-Capabilities (2018), refere que cada nação deve possuir um programa de certificação homologado;

Existe também uma limitação no que diz respeito às infraestruturas, dado que atualmente não existem estruturas dedicadas ao treino de canídeos. Para as buscas em grandes áreas o treino pode ser feito em qualquer área arborizada vedada ao público, para o treino em edifícios e em estruturas colapsadas devem ser usadas infraestruturas como as existentes, como a pista de escombros no GIC;

A questão do fardamento também carece de desenvolvimento. No Módulo Cinotécnico, por forma a prolongar o tempo de vida útil do fardamento, é permitido aos militares envergar combinações não militares durante o treino. Durante o desempenho das missões cinotécnicas, o fardamento autorizado é o Uniforme nº3, vulgo camuflado. Assim sendo, urge implementar uniforme especial para operador cinotécnico.

Relativamente a aspetos que são tidos em conta pelo Módulo Cinotécnico para o levantamento da capacidade previamente referida, temos que:

A capacidade cinotécnica, seja qual for a valência empregue, nunca é empregue isolada, mas sempre em contexto de force packaging, com o apoio logístico, sanitário e de segurança a serem providenciados pela unidade/entidade apoiada;

O apoio sanitário é prestado pela a Clínica Veterinária Militar de Canídeos (CVMC), para casos não urgentes e para casos urgentes em caso de evacuação atempada (ou seja, o canídeo a socorrer estará próximo da região de Lisboa). Em casos urgentes fora do raio de evacuação atempada, onde o superior interesse da vida/integridade física do canídeo seja o principal foco, podem ser prestados socorros por serviços veterinários civis credenciados.;

A ativação do módulo para missões cinotécnicas é dado através do Comando do Grupo PE que emite a ordem preparatória; a Força PE prepara para cumprir a missão e é atualizada a informação por parte do Comando, sobre a missão a cumprir. Após isso é informado o Comandante do Pelotão de Apoio e é ativado o Módulo Cinotécnico;

Para os cursos de especialização cinotécnica, é desejável possuir um curso base, geralmente voltados para a vertente do uso da força, na GNR existe o Curso de Intervenção Cinotécnica (do antecedente, Binómios de Guarda e Patrulha), e no Regimento de Paraquedistas, o Tratador/Conductor de Cães Militares;

Atualmente na comunidade cinotécnica militar e policial são empregues canídeos com alguma capacidade de resistência, com uma morfologia equilibrada no rácio peso/altura, e carácter equilibrado, com capacidade olfativa apurada, dentro destes padrões existem diversas raças, contudo as que são mais empregues são o Cão de Pastor Alemão, o Cão de Pastor Belga, o Retriever do Labrador e o Border Collie;

Em termos de infraestruturas relativas à estadia de cães, existem no Módulos, estruturas permanentes, do tipo canil, dado serem as mais adequadas, contudo, em operações são usadas as transportadoras ou os canis táticos.

Apêndice R – Entrevista Exploratória Informal Tenente GNR Cavalaria Luís Pires (ideias a reter)

- Apesar da GNR tiver a capacidade já levantada e a nível nacional ser a força/entidade que tem a “coisa mais bem agarrada”, a documentação (e.g. legislação) é praticamente inexistente e a que existe não é a melhor para ser utilizada para o trabalho;
- Na prática o que acontece (em seguimento do tópico anterior) é dito ao GIC o que é preciso e este prepara-se e treina para essa necessidade (e.g. Existe a necessidade de ter um cão que detete paletes de madeira, então treina-se um cão para detetar paletes de madeira e no momento em que este é chamado para atuar, o mesmo encontra-se pronto);
- O GIC sendo parte de uma força de segurança tem missões de cariz diferente ao do Exército (o Exército tem empenhamentos diferentes da GNR); pode ter missões autónomas, mas por norma atua como reforço da UEPS;
- Está a decorrer no GIC, o curso FRONTEX que habilita e certifica as forças/ entidades que ingressam no curso com os Padrões FRONTEX. A FRONTEX é uma organização europeia e define estes *standards* como necessários para as forças de segurança que queiram atuar no estrangeiro;
- O GIC não aposta na reprodução de cães, pois não representa a opção vantajosa. Os cães (busca e salvamento) que lá se encontram foram comprados na Polónia;
- No ato da busca, por norma o cão encontra-se aproximadamente 1km à frente do militar/binómio. A busca (e.g. de vítimas) é feita através do odor humano (existe um odor que é comum ao ser humano, independentemente da raça, género, idade ou outro indicador quaisquer). Foi ainda referido os cães não fazem e não são treinados para pistar;
- O GIC tem vários campos de treino, todos eles equipados com câmaras de vigilância. Os canis possuem também câmaras de vigilância, não em cada “casa”, mas em todas as linhas. Este aspeto tem diversas finalidades, seja para melhor controlo dos cães (saber se está tudo bem, caso haja algum incidente perceber mais facilmente o que se passou, etc) seja para efeitos didáticos ou algo mais; Possui ainda um campo de treino de catástrofes onde está materializado o cenário de uma catástrofe (Escombros);
- Possui também viaturas devidamente capacitadas para efeitos de transporte tanto dos militares como dos cães e também de todo o material necessário para ações de busca e salvamento (e.g. cordas);
- O treino dos binómios é bipartido. Numa primeira parte temos o treino nestes campos de treino que acima referi, em que o foco é a obediência. Numa segunda parte existe o treino fora da unidade. (e.g.: Dois binómios estavam a treinar na Serra de Sintra quando foram chamados para um desaparecimento de uma pessoa em Torres Vedras). Apesar da existência de um campo de treino de catástrofes, este não é nem deve ser muito usado para treino na medida em que os cães comecem a reconhecer o local, não sendo assim vantajoso.
- É necessário ter confiança entre guardas, sargentos e oficiais de uma força cinotécnica. Isto porque quando os binómios são empenhados, estes atuam de forma isolada, sendo necessário a um comandante destas equipas demonstrar plena confiança nos seus homens.

ANEXOS

Anexo A-Estados de alerta, níveis e graus de prontidão dos ModInter

Tabela 19 - Estados de alerta, níveis e graus de prontidão dos ModInterv

Estado	Níveis	Grau de Prontidão
Normal	VERDE Risco Baixo	Determina o aprontamento de forças em 72 horas
Especial	AZUL Risco Moderado	Determina o aprontamento de forças em 24 horas
	AMARELO Risco Alto	Determina o aprontamento de forças em 12 horas
	LARANJA Risco Elevado	Determina o aprontamento de forças em 6 horas
	VERMELHO Risco Extremo	Determina o aprontamento de forças em imediato

Fonte: Retirado de (EME, 2018)

Anexo B- Requisitos necessários às operações BREC, de acordo com os vetores de desenvolvimento

Tabela 20 - Requisitos necessários às operações BREC, de acordo com os vetores de desenvolvimento

Doutrina	<ul style="list-style-type: none"> • Durante toda a operação, ter um sistema contínuo de comando e controlo (C2). Consoante o C2 proceder às alterações necessárias ao plano operacional; • TTP's nos seguintes âmbitos: <ul style="list-style-type: none"> • Emprego de cães de busca para a localização de vítimas; • Operações de busca técnica, utilizando equipamentos, como câmaras térmicas, dispositivos de escuta e outros para a localização da vítima; • Capacidade para cortar, quebrar e romper através de paredes de cimento, pisos, colunas e vigas, aço estrutural, barras de reforço, madeira e conteúdo do edifício (escombros); • Montagem de um sistema para elevação e movimentação de pilares e vigas de cimento estrutural como parte de uma operação.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> • USAR <i>Light</i>; • USAR <i>Medium</i>; • USAR <i>Heavy</i>.
Treino	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoal treinado para trabalhar com a estrutura do <i>Local Emergency Management Authority</i> (LEMA) e equipas internacionais da USAR ou outros atores internacionais, conforme apropriado; • Conduzir avaliações a estruturas; • Identificação de perigos, a avaliação de riscos e conseguinte disseminação de resultados para a LEMA (problemas de saúde, riscos ambientais, eletricidade, segurança e ameaças secundárias); • Montagem de um sistema para elevação e movimentação de pilares e vigas de cimento estrutural como parte de uma operação; • Capacidade de analisar e realizar operações de estabilização de elementos estruturais; • Capacidade técnica com cordas para: <ul style="list-style-type: none"> • Construir e utilizar um sistema vertical de elevação e descensão; • Construi um sistema que permita o movimento de uma carga (incluindo vítimas) de um ponto alto, lateralmente, até um ponto seguro.
Material	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamento dedicado para operarem as equipas USAR apropriado à situação; • Possuir equipamento de busca apropriado para o local onde decorre a operação; • Ferramentas manuais e alguns equipamentos de apoio; • Equipamentos, Ferramentas e Acessórios (elétricos, hidráulicos e pneumáticos). • Máquinas pesadas.
Liderança	Abrange as atividades de liderança e formação individual destinadas a conferir as competências necessárias ao desempenho de cargos específicos.
Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • USAR <i>Light</i> – 18 Elementos; • USAR <i>Medium</i> – 40 Elementos;

	<ul style="list-style-type: none">• USAR <i>Heavy</i> – 59 Elementos.
Infraestruturas	Infraestruturas necessárias para alojar, treinar e aprontar forças, bem como operar e sustentar meios.
Interoperabilidade	Outras equipas internacionais USAR ou outros atores internacionais.

Fonte: Retirado a partir de (Miranda, Casinha, Balinha, & Coelho, 2018)

Anexo C-Atuação das equipas USAR

Tabela 21 - Atuação das equipas USAR

Nível	Autonomia	Campo de Ação	Equipamento
<i>Light</i>	24 horas	Resgate superficial	Ferramentas manuais e alguns equipamentos de apoio
<i>Medium</i>	7 dias	Vítimas presas	Equipamentos, Ferramentas e Acessórios (elétricos, hidráulicos e pneumáticos)
<i>Heavy</i>	10 dias	Vítimas presas complexas	Máquinas pesadas

Fonte: Adaptado de INSARAG (2015)

Anexo D – Organograma da UME

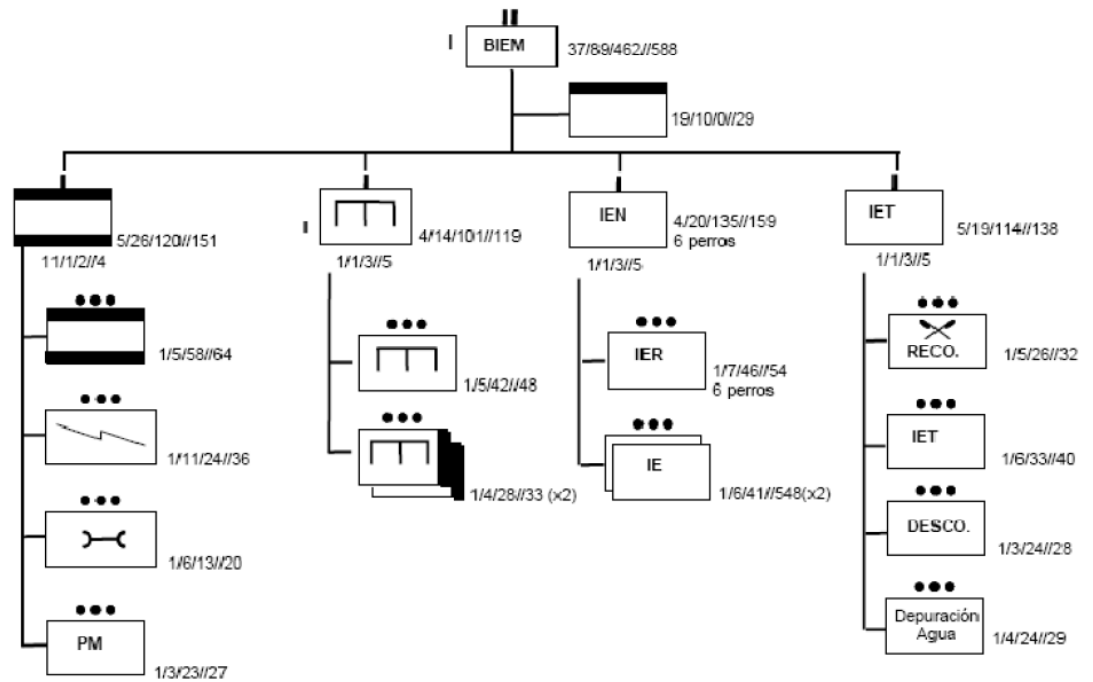


Figura 2 – Organograma da UME

Fonte: Retirado de UME (2010)

Anexo E – Organização das Equipas Cinotécnicas



Figura 3 - Organização da Equipa Cinotécnica A

Fonte: Retirado de UME (2010)



Figura 4- Organização da Equipa Cinotécnica B

Fonte: Retirado de UME (2010)

Anexo F – Plano de Treino das Equipas Cinotécnicas

PROGRAMA DE INSTRUCCIÓN Y ADIESTRAMIENTO DE EQUIPOS CINOLÓGICOS								
Mensual	Rescate Urbano	Grandes Áreas	Educación física	Rescate vertical	Coordinación Agilidad	Deslizamientos Aludes	Obediencia	Veterinaria
Sesiones	6-8	2-4	8-12	1-2	4-6	1-2	4-6	1
Semestral	1 Escuelas Prácticas	1 Instrucción continuada con otro BIEM						
Anual	2 Escuelas Prácticas	2 Instrucción continuada Ejercicios 'Alfa', 'Beta', 'Gamma' Cursos Escuela Nacional de Protección Civil y Emergencias Simulacros, exhibiciones Campeonato Fuerzas Armadas, trofeo 'General Coll' (UME)						

Figura 5 - Plano de Treinos

Fonte: Retirado de UME (2010)